



Parceria de fomento



Realização



# PLANEJAMENTO ALTERNATIVO

propostas e reflexões coletivas

organização:

Danielle Klintowitz, Felipe Moreira e Vitor Nisida

# PLANEJAMENTO ALTERNATIVO

propostas e reflexões coletivas

ORGANIZAÇÃO:

Danielle Klintowitz,  
Felipe Moreira  
e Vitor Nisida

Instituto **Pólis**

São Paulo, 2019

## PÓLIS – INSTITUTO DE ESTUDOS, FORMAÇÃO E ASSESSORIA EM POLÍTICAS SOCIAIS

Centro de Documentação e Informação (CDI)

Planejamento alternativo: propostas e reflexões coletivas / Instituto Pólis [et al.], organização Danielle Klintowitz, Felipe de Freitas Moreira e Vitor Coelho Nisida. – São Paulo : Instituto Pólis, 2019.

229 p.

ISBN 978-85-7561-091-6 (Publicação Digitalizada)

1. Planejamento alternativo. 2. Planejamento conflitual. 3. Planejamento insurgente. 4. Planejamento contra-hegemônico). 5. Lutas urbanas. 6. Direito à cidade. 7. Direito à moradia. I. Título. II. Instituto Pólis. III. Klintowitz, Danielle. IV. Moreira, Felipe de Freitas. V. Nisida, Vitor Coelho. VI. Tanaka, Giselle. VII. Teixeira, Sandra Maria de Souza. VIII. Pequeno, Renato. IX. Pinheiro, Valéria. X. Fernandes, Pedro. XI. Lustosa, Geruza. XII. Linhares, Juliana. XIII. Nascimento, Denise. XIV. Graças, Maria das. XV. Silva, Cassia Aparecida da. XVI. Rubano, Lizete. XVII. Santo Amore, Caio. XVIII. Comaru, Francisco. XIX. Rolnik, Raquel.

CDD 307.76

CDU 316.7

Esta publicação é fruto de uma reflexão coletiva promovida pelo Seminário Nacional de Planejamento Alternativo, realizado em fevereiro de 2019 pelo Instituto Pólis e com parceria de fomento do CAU/SP.

## EQUIPE INSTITUTO PÓLIS

- Danielle Cavalcanti Klintowitz: Arquiteta Urbanista (Coordenadora Geral)
- Margareth Matiko Uemura: Arquiteta Urbanista (Coordenadora Executiva)
- Natasha Mincoff Menegon: Arquiteta Urbanista
- Vitor Coelho Nisida: Arquiteto Urbanista
- Felipe de Freitas Moreira: Arquiteto Urbanista
- Francesca Palaferri: Arquiteta Urbanista

## PALESTRANTES

- Raquel Rolnik - FAU USP
- Giselle Tanaka - UFRJ
- Sandra Maria Teixeira - moradora da Vila Autódromo, Rio de Janeiro, RJ
- Valéria Pinheiro - Lehab UFC
- Pedro Fernandes - morador do Serviluz, Fortaleza, CE
- Geruza Lustosa - Praxis UFMG
- Maria das Graças (Morena) - Vila Acaba Mundo, Belo Horizonte, MG
- Danielle Klintowitz - Pólis
- Lizete Rubano - FAU Mack
- Cássia Aparecida da Silva - Campos Elíseos
- Caio Santo Amore - FAU USP
- Renato Pequeno - UFC
- Francisco Comaru - UFABC

## EQUIPE DE APOIO ÀS OFICINAS

- Mosaico - Escritório Modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/Mackenzie
- ONG É de lei
- LEW - Laboratório de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social/Mackenzie
- Colaboradores do Fórum Aberto Mundaréu da Luz
  - Talita Gonsales
  - Renato Abramowicz
  - Natalina Ribeiro

## PROJETO GRÁFICO

- Vitor Coelho Nisida
- Felipe de Freitas Moreira
- Francesca Palaferri

## REVISÃO DOS TEXTOS

- Bianca Tavolari

## TRANSCRIÇÃO

- Eunice Remondini

# A MISSÃO DA ARQUITETURA E URBANISMO DO SÉCULO XXI

Consolidar o processo democrático no Brasil é garantir “o direito à cidade” a todos os cidadãos. Para o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP – autarquia criada pela lei federal 12.378/10, também deve-se somar o “direito ao projeto” para constituir uma sociedade democrática digna deste nome.

A obra “Planejamento Alternativo” foi produzida pelo Instituto Pólis com o apoio do CAU/SP por meio de parceria de fomento. Traz uma série de estudos de caso que revelam os sucessos e percalços de arquitetos engajados em ouvir e atender à população de baixa renda.

Mas o livro mostra, principalmente, os esforços de comunidades marginalizadas por moradia e inserção urbana convenientes.

Temos a satisfação de apoiar esta iniciativa porque entendemos que faz parte de nossa missão institucional fomentar o acesso à Arquitetura e Urbanismo a todos os cidadãos.

Uma moradia bem projetada e construída, situada num bairro servido de equipamentos urbanos e conectado de forma eficiente à malha viária, não deveria ser, como infelizmente é hoje, um privilégio.

A notória pesquisa do instituto Datafolha de 2015, encomendada pelo CAU/BR, indicou que 85% das obras de construção ou reforma no país são feitas sem a assistência de um arquiteto.

Muitas comunidades pobres, como é vastamente demonstrado neste livro, também estão localizadas em áreas isoladas e mal atendidas pelo transporte público, o que dificulta o acesso a empregos, saúde e educação.

Para enfrentar esses desafios, diversos profissionais arquitetos e urbanistas optaram pelo envolvimento com essas comunidades, assistindo tecnicamente não somente em obras ou reformas de residências, mas também nos processos para legitimar a posse de áreas ocupadas informalmente por décadas às vezes.

Na medida de suas possibilidades, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo tem apoiado estas iniciativas, através do suporte a livros, cursos e seminários e, recentemente, destinando parcela de seu orçamento para suportar propostas na área de assistência técnica para habitação de interesse social.

Esperamos que esta obra, e outras iniciativas, possam contribuir para o avanço destas práticas de atendimento à população de baixa renda, na verdade, o principal público a ser alcançado pela Arquitetura e Urbanismo do século XXI.

José Roberto Geraldine Júnior  
Presidente do CAU/SP

# SUMÁRIO

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 Introdução.....	10
---------------------	----

## 2. EXPERIÊNCIAS PRÁTICAS

### 2.1 VILA AUTÓDROMO NO RIO DE JANEIRO (RJ)

2.11 Planejamento conflitual: o Plano Popular da Vila Autódromo (Giselle Tanaka, UFRJ).....	18
---	----

2.12 Vila Autódromo: mais do que luta, um símbolo de memória! (Sandra Maria, moradora da Vila Autódromo).....	54
---	----

### 2.2 SERVILUZ EM FORTALEZA (CE)

2.21 Práticas de pesquisa-ação do LEHAB em Fortaleza: desafios na luta pelo direito à cidade (Renato Pequeno e Valéria Pinheiro, UFC).....	68
--	----

2.22 Serviluz, sinônimo de luta e resistência (Pedro Fernandes, morador).....	92
---	----

### 2.3 VILA ACABA MUNDO EM BELO HORIZONTE (MG)

2.31 Práticas em assessoria técnica: a experiência do PRAXIS-EA/UFMG na Vila Acaba Mundo (Geruza Lustosa, Juliana Linhares, Denise Nascimento, UFMG).....	106
---	-----

2.32 Vila Acaba Mundo e os desafios da representação Maria das Graças (Morena, moradora).....	126
---	-----

### 2.4 CAMPOS ELÍSEOS EM SÃO PAULO (SP)

2.41 Campos Elíseos: um território em disputa (Danielle Klintowitz, Vitor Coelho Nisida, Felipe Moreira. Instituto Pólis).....	134
--	-----

2.42 Campos Elíseos: pela perspectiva de uma liderança (Cassia Aparecida).....	164
--	-----

### 2.5 Reflexões finais de práticas alternativas

2.51 Um balanço das práticas alternativas de planejamento nas grandes cidades brasileiras (Renato Pequeno, UFC).....	180
--	-----

## 3. OFICINAS TEMÁTICAS

3.1 Práticas de Assistência Técnica e projeto arquitetônico compartilhado.....	190
--	-----

3.2 Estratégias de mobilização e participação.....	206
--	-----

3.3 Interfaces do planejamento alternativo e políticas públicas habitacionais e urbanas: avanços, limites e desafios Estratégias de mobilização e participação....	222
--	-----

# INTRODUÇÃO

No cenário de crise econômica e de recrudescimento das ações do Estado, tem se agravado a situação de vulnerabilidade das famílias de baixa renda no Brasil. Não à toa, há um crescimento do número de pessoas vivendo em territórios vulneráveis, sejam eles favelas, cortiços ou ocupações. Esse crescimento é ainda mais significativo nas grandes cidades, mas também está presente em municípios médios de todo país. Assim, intervir em territórios com esta natureza de modo articulado, inclusivo e participativo é um desafio central para a atuação do profissional de arquitetura e do urbanismo em âmbito nacional.

Remoções forçadas e projetos públicos que ignoram a existência de populações locais e suas demandas têm provocado processos de resistência, que buscam repensar o território e propor formas alternativas de intervenções, as quais sejam pensadas pelos próprios moradores com apoio de técnicos ligados a vários perfis e disciplinas profissionais e acadêmicas. Esses processos têm sido denominados por estudiosos de Planejamento Alternativo ou Planejamento Contra Hegemônico.

Por reconhecer e valorizar a importância de tais processos de resistência para o planejamento urbano brasileiro e para as lutas relacionadas ao direito à cidade, o Instituto Pólis propôs construir uma ampla reflexão sobre o tema através do seminário “Planejamento Alternativo: alternativas participativas, inclusivas e insurgentes” e também de sua publicação resultante, o livro digital “Planejamento Alternativo: propostas e reflexões coletivas”.

Esta publicação é fruto dos debates, das análises e trocas que ocorreram durante o evento organizado pelo Pólis em fevereiro de 2019 com parceria de fomento do CAUSP<sup>1</sup>. O seminário foi estruturado a partir de experiências locais de planos alternativos e/ou projetos coletivos que foram ou estão sendo desenvolvidos em quatro cidades brasileiras: Belo Horizonte, Fortaleza, Rio de Janeiro e São Paulo. Essas experiências trazem para a cena da arquitetura e do urbanismo ferramentas importantes para a formulação de políticas públicas e de projetos que enfrentam de forma interdisciplinar e politicamente engajada, o desafio posto.

Foram convidadas lideranças locais para representarem suas respectivas comunidades e apresentarem as práticas alternativas de planejamento e de projeto junto a técnicos e acadêmicos que acompanharam os processos em cada cidade. Além de promover uma reflexão crítica e de capacitar os estudantes e profissionais de diversas áreas, o evento abriu a possibilidade de debater o tema e criar uma rede multidisciplinar de instituições ligadas a este novo modo - o Planejamento Alternativo - para reflexões contínuas e profícuas sobre as ações desenvolvidas em diferentes contextos do país.

Como esforço de síntese e organização de todo o conteúdo discutido durante os três dias de evento, esta publicação é composta por duas partes. A primeira reúne avaliações críticas a respeito das quatro experiências de planejamento alternativo ou contra-hegemônico:

1 - A realização do Seminário de Planejamento Alternativo foi a atividade principal da proposta pactuada Termo de Fomento N°003/2018-CAU/SP

- **Campos Elíseos Vivo** (São Paulo): construção de um plano com moradores do bairro Campos Elíseos a partir da iniciativa do Fórum Aberto Mundaréu da Luz, uma articulação de dezenas de entidades que propuseram um processo de resistência às remoções no centro de São Paulo a partir da formulação de uma contraproposta aos projetos oficiais;
- **Plano Popular da Vila Autódromo** (Rio de Janeiro): experiência premiada internacionalmente que construiu um plano alternativo à remoção da comunidade, ameaçada pelo projeto do parque olímpico do Rio de Janeiro e de tantas outras grandes intervenções públicas;
- **Comunidade Serviluz** (Fortaleza): experiência de resistência de uma comunidade litorânea em uma zona de fronteira da especulação imobiliária de Fortaleza, Ceará. e que tem sido assistida pelo Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB);
- **Vila Acaba Mundo** (Belo Horizonte): traz reflexões sobre a experiência de projeto compartilhado que vem sendo desenvolvida pelo grupo de pesquisa da UFMG Praxis, em uma vila da cidade Belo Horizonte.

Cada palestrante acadêmico escreveu um texto que trouxesse as principais questões da experiência local, apresentando seus desafios, as conquistas e as limitações observadas. Às moradoras e aos moradores, foi requisitado um relato sobre o plano ou projeto, a partir de sua visão, de suas experiências, suas vivências e de seu envolvimento no processo.

O Instituto Polis ofereceu total liberdade para as autoras e autores quanto à abordagem e formato do texto, podendo ou não optar pela linguagem acadêmica. Assim, todo conteúdo dos textos (incluindo as reflexões, dados e imagens) são de responsabilidade de suas respectivas autoras e autores.

A segunda parte da publicação reúne a sistematização das três oficinas temáticas que ocorreram no dia de encerramento do mesmo evento. Elas tinham como objetivo avançar em pontos estratégicos para a construção de políticas públicas mais ancoradas aos desejos e necessidades da população que vive em áreas de grande vulnerabilidade socioterritorial, quais sejam:

- Oficina 1- Práticas de assistência técnica e projeto arquitetônico compartilhado;
- Oficina 2 - Estratégias de mobilização e participação e
- Oficina 3 - Interfaces do planejamento alternativo e políticas públicas habitacionais e urbanas: avanços, limites e desafios.

As oficinas participativas foram mediadas pelo Instituto Polis e pelo Mosaico, escritório modelo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie, com participação de parceiras e parceiros do Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

EXPERIÊNCIAS  
PRÁTICAS



RIO DE JANEIRO - RJ  
VILA AUTÓDROMO

# PLANEJAMENTO CONFLITUAL: O PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO

Giselle Tanaka

## INTRODUÇÃO

No contexto da realização das Olimpíadas no Rio de Janeiro, a luta dos moradores da Vila Autódromo contra a remoção, se tornou emblemática no país e também atingiu ampla repercussão internacional. Esse alcance se deve a vários fatores. Dentre eles, a elaboração do “Plano Popular da Vila Autódromo: plano de desenvolvimento urbano, social e cultural” ganha destaque. É um plano de desenvolvimento urbano, social e cultural, desenvolvido pelos moradores com a assessoria técnica de universidades, ganha destaque. O Plano Popular se tornou um instrumento de luta política.

O objetivo inicial do Plano Popular da Vila Autódromo, tal como demandado pelas lideranças da comunidade, foi mostrar que a comunidade poderia permanecer no local

e ser urbanizada ao mesmo tempo, mesmo com as obras das Olimpíadas previstas para o terreno adjacente às moradias. O Plano também responderia a uma provocação do prefeito da cidade, que disse que os moradores estariam apenas “sendo do contra”, sem propor qualquer alternativa. Para as defensoras públicas do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH/Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro), o plano seria uma peça importante para a defesa jurídica das famílias contra a remoção. O NUTH já havia elaborado um documento com apoio de assessores técnicos, entregue ao Comitê Olímpico Internacional, que demonstrava não haver argumento consistente para a remoção da Vila no contexto das Olimpíadas<sup>1</sup>.

Para a universidade, além de assessorar as famílias na defesa de seus direitos, seria uma forma de demonstrar a possibilidade

Figura 1. Foto aérea com a localização da Vila Autódromo.



Fonte: Foto Agência Brasil/Fotos Públicas

1 - “Notificação ao COI sobre a proposta de remoção da Comunidade Vila Autódromo para definição de um perímetro de segurança para os Jogos Olímpicos de 2016”, NUTH/Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Grupo de Apoio Técnico, 2011.

de uma construção democrática da cidade, dispondo ao coletivo popular instrumentos de planejamento urbano. Através da linguagem técnica do planejamento, uma população ameaçada, em condição subalterna, teria condições de enfrentar o poder público aliado a forças políticas e econômicas poderosas.

O Plano Popular respondeu a esses objetivos e atingiu um alcance muito maior e inesperado em várias dimensões. Vamos desdobrar algumas delas aqui: mobilização interna da comunidade em torno de um objetivo comum, formando um coletivo popular organizado, com um horizonte de futuro compartilhado; conformação de um discurso unificado envolvendo movimentos sociais, entidades apoiadoras da luta contra as remoções, lideranças políticas e universidades; elaboração de um Plano que veio a se tornar referência para outras lutas urbanas. Além disso, o processo de construção conjunta do Plano Popular revelou as principais características do projeto dominante para a cidade e demonstrou que havia uma alternativa.

## A ELABORAÇÃO DO PLANO POPULAR

Em setembro de 2011, em uma reunião do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (Comitê Popular Rio), uma liderança da Vila Autódromo, Inalva Mendes Brito, manifestou que a comunidade precisava de apoio para a elaboração de um plano alternativo. O coordenador do ETTERN/IPPUR/UFRJ<sup>2</sup>, Carlos Vainer, estava presente e se comprometeu a montar uma equipe técnica, no Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual – NEPLAC, para elaborar o plano. Em poucos dias foi mobilizado um coletivo técnico, ao qual se integrou o Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos – NEPHU, coordenado por Regina Bienenstein, e iniciaram-se os trabalhos para a elaboração do plano.

A primeira visita da equipe de assessoria à Vila Autódromo aconteceu no início de outubro, quando os moradores manifestaram que precisavam do plano “para ontem”. A

comunidade já contabilizava sete argumentos diferentes, desde o governo César Maia, utilizados pela prefeitura para tentar remover as cerca de 450 famílias que lá habitavam. Os moradores vinham resistindo e mobilizando amplos apoios. Para além do NUTH, que realizava a assessoria jurídica dos moradores contra a remoção desde o início dos anos 1990, os moradores estavam articulados com outros movimentos de luta por moradia, parlamentares de esquerda e ONGs. Buscavam estar presentes em espaços de luta pela moradia na cidade e também em espaços institucionais.

O coletivo técnico, que passou a ser chamado pelos moradores de “equipe do plano popular”, mobilizou professores, pesquisadores e profissionais multidisciplinares, estudantes e ativistas, e definiu, junto com os moradores, em assembleia, uma metodologia e um cronograma que previa que a primeira proposta do plano seria apresentada até dezembro. Na mesma assembleia foram definidos grupos de trabalho compostos por assessores técnicos e

moradores. Na semana seguinte começaram os trabalhos de organização documental, a realização de levantamentos de campo, o cadastro das famílias, e uma agenda de reuniões e oficinas teve início. A associação realizava a mobilização interna, com um grupo de moradores que estava sempre disposto a participar dos trabalhos e facilitar a relação entre assessoria e comunidade. As lideranças da associação – neste momento, principalmente Inalva, o presidente Altair Guimarães e Jane Nascimento, já bastante envolvidos na luta pela regularização fundiária e contra a remoção há anos – ajudavam a dispor os documentos jurídicos, plantas e dados das famílias, organizando todos os documentos na associação. Além das lideranças, moradores mais antigos traziam seus relatos do histórico de lutas e da relação com os diversos órgãos públicos – alguns a favor da regularização fundiária, como o NUTH e o ITERJ<sup>3</sup>, e aqueles que vinham tentando realizar a remoção, como o prefeito e os órgãos diretamente ligados à promoção dos jogos olímpicos.

2 - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

3 - Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro.

Junto com os levantamentos, as reuniões e oficinas de diagnóstico apontaram problemas, demandas e possíveis soluções, além de questões mais polêmicas a serem enfrentadas ao longo do desenvolvimento do plano. A primeira proposta do Plano Popular foi apresentada em assembleia no dia 18 de dezembro, demonstrando que seria possível a urbanização da Vila Autódromo. O Plano previa mais de uma alternativa, considerando diferentes cenários. Alguns moradores defendiam que a Vila Autódromo deveria ser urbanizada mantendo a área total ocupada até aquele momento, sem considerar as obras previstas pelas Olimpíadas ou o projeto do Parque Olímpico que deveria ser adaptado (havia terreno de sobra para a readequação do Parque Olímpico sem incidir sobre a área da comunidade). Outros moradores defendiam que esta seria uma batalha muito grande a ser enfrentada. Diante disto, o desenho deveria considerar uma via prevista no projeto do Parque Olímpico<sup>4</sup> que cortava a comunidade, realocando as famílias atingidas dentro do perímetro remanescente.

As soluções de moradia para realocação, tanto destas famílias quanto das famílias em área ambientalmente frágil, foram propostas também em mais de um cenário alternativo, para aprofundamento do debate nos meses seguintes. Essas propostas foram apresentadas à assembleia cheia, ocupando o campinho de futebol da associação de moradores. Em dezembro de 2011, a Vila Autódromo tinha seu plano alternativo, o *Plano Popular da Vila Autódromo: plano de desenvolvimento urbano, social e cultural*.

Em outubro, enquanto o plano estava sendo elaborado, o jornal *O Globo* publicou uma matéria anunciando a abertura da licitação, pela prefeitura, para a concessão pública das obras de implantação do Parque Olímpico. A matéria informava que o edital de licitação previa a remoção da Vila Autódromo, a ser realizada até 2013. Imediatamente, o NUTH ajuizou uma ação civil pública para contestar a vinculação da remoção às obras do Parque Olímpico. A primeira versão do Plano Popular

foi anexada ao processo, incluindo dados que mostravam que não havia justificativa técnica para tal. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas divulgou um *release* para a imprensa, também publicado em suas redes sociais, em que a Vila Autódromo apresentava uma alternativa: a remoção não era necessária para a realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro.

Nos meses seguintes, as atividades de elaboração do plano continuaram detalhando as alternativas e aprofundando as propostas. Foram definidos representantes de ruas para integrar um Conselho do Plano Popular. Também foram apresentadas algumas propostas preliminares, como demandas por serviços e equipamentos públicos, propostas para áreas de cultura e lazer. As ações de mobilização continuaram a ser desenvolvidas. Havia questões polêmicas internamente, tais como: onde e em que condições realocar as famílias situadas na Área de Proteção Permanente da beira da Lagoa de Jacarepaguá

e do Rio Pavuninha, como realocar as famílias que moravam em áreas insalubres e aquelas atingidas pela via de acesso ao Parque Olímpico. Estas questões continuaram a ser debatidas, com o objetivo de alcançar uma solução coletiva.

Em junho de 2012, uma nova versão do Plano Popular foi apresentada em assembleia, considerada pronta para ser divulgada amplamente e para ser entregue à prefeitura. A associação de moradores protocolou o pedido de uma audiência com o prefeito para apresentar o plano. O prefeito Eduardo Paes aceitou receber os moradores no dia 16 de agosto. O Comitê Popular da Copa e Olimpíadas preparou um *release* de imprensa, incluindo um comparativo entre a proposta da prefeitura – que pretendia remover as famílias para um conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida, o Parque Carioca – e a proposta do Plano Popular.

4 - Até aquele momento o projeto divulgado publicamente era o vencedor do concurso internacional promovido pela prefeitura em conjunto com o IAB/RJ, elaborado pelo escritório de arquitetura inglês AECOM.

Figura 2. Quadro comparativo entre o Parque Carioca e o Plano Popular.

Plano Popular da Vila Autódromo	Remoção e Reassentamento dos Moradores
<p><b>Planejamento Popular:</b> O Plano é resultado da organização dos moradores da comunidade, com assessoria das universidades. Para sua elaboração, foram realizadas 3 oficinas de trabalho, 6 Assembléias com ampla participação dos moradores, além de reuniões com grupos de moradores, e do COnselho Popular do Plano, instaurado em janeiro.</p>	<p>A notícia da remoção chegou para os moradores através da mídia, sem contato anterior ou informações da Prefeitura direta para os moradores. Em reuniões com os moradores, a Prefeitura reafirmou que estava certa a remoção, sem possibilidade de diálogo ou apresentação de alternativas. A proposta de reassentamento foi apresentada aos moradores em uma reunião, e foi questionada pela maioria dos presentes (Veja em <a href="http://youtube/lrc8AtSFpEo">http://youtube/lrc8AtSFpEo</a>) Não houve audiência pública sobre o empreendimento proposto para reassentamento das famílias.</p>
<p><b>Custo do Terreno: R\$0,00</b> Moradores possuem direito de posse do terreno - Concessão de Direito Real de Uso para Moradia, concedido pelo Governo do Estado, desde a década de 1990.</p>	<p><b>Custo do Terreno: R\$19,9 milhões</b> Estão previstas 920 unidades no terreno adquirido, considerando que são 450 famílias da Vila Autódromo (as demais viriam de outras comunidades removidas), a fração da área do terreno para o reassentamento da Vila Autódromo corresponde ao valor de <b>R\$9.733.695,60</b> de terreno. Terreno que está sendo adquirido pela Prefeitura, pertencente a duas empresas que fizeram doações à campanha do Prefeito Eduardo Paes de pelo menos R\$245mil, e que se beneficiam com a remoção da comunidade com novos lançamentos imobiliários vizinhos à área. *</p>
<p><b>Custo estimado da Urbanização e Reassentamento na própria comunidade: 13.526.000,00</b> (Inclui estimativa de custo para urbanização, produção de 82 novas unidades, recuperação ambiental da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, e áreas de uso comunitário, esporte e lazer)</p>	<p><b>Custo estimado da Produção Habitacional para o Reassentamento no novo terreno: 28.350.000,00</b> (Referência de R\$63mil por unidade habitacional, limite do Programa Minha Casa, Minha Vida, para 450 famílias - sem considerar o elevado valor do terreno adquirido pela prefeitura)</p>
<p>Moradores que permanecem em suas casas: 368 Reassentamentos na mesma comunidade: 82</p>	<p>Moradores que permanecem em suas casas: 0 Reassentamentos em nova área: 450</p>
<p>Novas Unidades Habitacionais: 82 Área média: 76mq Unidades variando de 58mq a 95mq, com 1 a 3 quartos, com tipologias diferenciadas considerando as características das famílias que serão reassentadas. As unidades de 58mq são sobrados e casas unifamiliares, com possibilidade de ampliação para 72mq e 93mq, respectivamente. O menor apartamento, de 1 quarto tem área de 66mq. Área de reestruturação para produção de novas moradias: 5.710mq</p>	<p>Novas Unidades Habitacionais: 920 Área média: 49mq Unidades variando de 45mq a 62mq 50 blocos de pavimentos, com 720 apartamentos de 2 quartos, e 200 de 3 quartos (não é possível identificar qual serão destinados à Vila Autódromo)</p>
<p>Equipamentos sociais, comunitários e áreas de lazer: creche comunitária, parquinho infantil, academia da 3ª idade, trilha ecológica, campo de futebol.</p>	<p>Equipamentos sociais e áreas de lazer: quadra esportiva, escola, trilha ecológica.</p>
<p><b>Recuperação Ambiental:</b> O Plano prevê área de recuperação ambiental de Faixa Marginal da Lagoa e Beira de Córrego: 23mil mq Atende à Resolução CONAMA no. 369/2006, que dispõe sobre a regularização fundiária sustentável em área urbana nos casos de interesse social, para faixas de APP - Área de Preservação Permanente, definidas no Código Florestal.</p>	<p><b>Fragilidade Ambiental:</b> O terreno adquirido era antiga área de mineração, e a maior parte de sua área está qualificada como de alto e médio risco, segundo mapa de suscetibilidade ao escorregamento da GeoRIO. A implantação das novas unidades, segundo projeto apresentado pela prefeitura desconsidera as fragilidades ambientais do terreno, e não foi apresentado para licenciamento ambiental</p>

\*Fonte: “Rio para R\$19,9mi por área de doador de Paes”, O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2011.

Fonte: NEPLAC, 2012.

## O PLANO POPULAR NA MOBILIZAÇÃO PELA VILA AUTÓDROMO

A Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA<sup>5</sup>) foi criada em 1987 para buscar melhorias para o bairro e, desde o início, colocou-se à frente de uma luta por direitos. Lideranças da AMPAVA tinham um histórico de participação na luta pela redemocratização do país e participaram ativamente da constituição de espaços institucionais de defesa do direito à moradia, como o Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (NUTH). Como resultado deste primeiro momento de lutas, a Vila Autódromo conquistou a regularização fundiária junto ao Governo do Estado, por meio de títulos de concessão de posse<sup>6</sup>. Diante das ameaças crescentes de remoção, lideranças da Vila passaram a atuar com movimentos de luta pela moradia, buscando apoio de movimentos como o Movimento Nacional de Luta por

Moradia – MNLM e a Central de Movimentos Populares – CMP, a Pastoral de Favelas e organizações pela reforma urbana na cidade. As lideranças participaram de movimentos como o Movimento União Popular – MUP, que, nos anos 2000, lutava contra ameaças de remoções na Zona Oeste. Participaram ainda da criação do Conselho Popular, que, com apoio da Pastoral de Favelas, reunia lideranças populares e buscava mobilizar apoio técnico e jurídico para regularização fundiária de comunidades, e, em 2005, também participaram ativamente da criação do Comitê Social do Pan contra as remoções associadas à preparação da cidade para os Jogos Panamericanos. A experiência do Comitê Social do Pan impulsionou a formação, em 2009, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Comitês se definiam como espaço de articulação política, compostos por uma rede de entidades, movimentos e ativistas reunidos por uma pauta comum relacionada aos impactos dos jogos, principalmente contra a violação de direitos humanos.

5 - A associação foi criada com esse nome, gestão posterior retirou o amigos do nome, passando a se identificar como AMPVA.

6 - A área da Vila Autódromo pertencia ao Governo do Estado do Rio de Janeiro.

A associação mobilizava os moradores e conseguia apoios para a realização de pequenas obras de infraestrutura, de esgoto e drenagem, de melhorias nas ruas e nas áreas de lazer, como o parquinho para as crianças e o campinho de futebol. Os moradores também se organizavam por ruas para realizar pequenas melhorias, como a ponte de acesso ao ponto de ônibus, para diminuir o problema dos mosquitos, realizar campanhas de limpeza e melhorias ambientais. Os moradores da área da Beira da Lagoa buscavam conscientizar novos moradores sobre a importância de se deixar uma faixa de 15m de proteção ambiental nos quintais e valorizar a relação com as águas, que estavam na origem da comunidade, com os primeiros pescadores que ocupavam a região, alguns deles ainda remanescentes.

A comunidade havia crescido muito nas últimas décadas e muitas das novas famílias tinham pouca relação com este histórico. Tanto a associação de moradores quanto os moradores mais antigos realizavam este trabalho de valorizar sua história, chamando as famílias para a organização coletiva. Os moradores afirmavam com orgulho que a Vila era uma comunidade “pacífica e ordeira”, um lugar privilegiado para se viver, sem o controle

do tráfico de drogas ou milícia, e que lutava por seu reconhecimento na cidade.

A elaboração do Plano Popular foi um mote para ampliação da mobilização interna. A cada atividade do plano, formavam-se grupos de moradores para passar de casa em casa, convidando as famílias e informando o que estava acontecendo. A assessoria técnica ajudava na preparação de folhetos de divulgação e informativos. Muitos falavam no “plano de saneamento” ou “plano para regularização”, relacionando a luta contra a remoção com as principais demandas das famílias. Muitos também diziam que era um plano para mostrar que um outro projeto de futuro para a comunidade era possível. Nas assembleias, sempre era reservado um tempo para que as defensoras públicas do NUTH apresentassem a situação jurídica e tirassem dúvidas. As lutas contra as remoções na cidade, nas quais as lideranças da Vila eram parte constituinte, estavam cada vez mais presentes também nos espaços internos da comunidade. Em muitas assembleias, vinham lideranças de outras comunidades, de outros movimentos, para dar seus depoimentos, prestar solidariedade e acompanhar o processo de elaboração do plano.

Figura 3. Logo Viva a Vila Autódromo – Rio Sem Remoções e Entrega do Plano Popular na Prefeitura do Rio de Janeiro.



Fonte: Entrega do Plano Popular ao prefeito Eduardo Paes, em 16 de agosto de 2012, foto de Renato Cosentino.

Junto com o lançamento do Plano Popular, o Comitê Popular Rio propôs o lançamento da campanha “Rio Sem Remoções”. A campanha teria a luta da Vila Autódromo como emblema, mas sempre fazendo a relação com todas as comunidades ameaçadas no contexto dos megaeventos esportivos. Enquanto a campanha

estava se desenhando no Comitê, um coletivo político de design gráfico realizou uma oficina com os moradores. O logo<sup>7</sup> adotado amplamente e as peças gráficas associadas aos valores que os moradores defendiam foram os resultados imediatos desta oficina.

7 - Elaborado por Barbara Szaniecki resultado da oficina com moradores.

A campanha foi lançada junto com o manifesto “Viva a Vila Autódromo: Rio Sem Remoções”, para coleta de assinaturas de apoio. O manifesto foi lançado em marcha realizada pela Cúpula dos Povos, organização popular paralela à Conferência Rio+20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que mobilizou movimentos sociais de todo o mundo no Rio de Janeiro. A marcha da Cúpula dos Povos se concentrou na Vila Autódromo e, partindo de lá, andou em direção ao Rio Centro, espaço de convenções onde estava acontecendo a conferência oficial da ONU.

A relação entre a violação de direitos dos moradores da Vila Autódromo e as Olimpíadas começou a ganhar cada vez mais destaque na imprensa internacional. O Plano Popular e as ações do Comitê Popular Rio tiveram um importante papel para esta visibilidade. Ativistas, estudantes, pesquisadores, representantes de ONGs começaram a procurar pelo Comitê Popular Rio, para se somar às suas ações. Importante ressaltar que a Vila Autódromo sempre foi bastante aberta às propostas mais diversas de ação política que se somassem à sua causa, assim como à recepção de jornalistas e pesquisadores. Assim, a luta da Vila Autódromo

não se associava a um único movimento ou a algum grupo político específico, mas agregava cada vez mais apoios diversos, em distintas frentes.

Por sua vez, o Comitê Popular Rio se apresentava como um espaço aberto de articulação política, de denúncia de violações de direitos e dos impactos negativos da preparação da cidade para a realização dos megaeventos esportivos. Suas ações se inscreviam em um campo político claro, de esquerda, mas aberto à múltiplas iniciativas, organizações e pessoas que quisessem contribuir. Sua composição incluía movimentos de luta por moradia, militantes históricos da luta pela reforma urbana, ONGs com tradição histórica na defesa por direitos humanos no Brasil, como a FASE, e outras com atuação mais recente, novos ativistas, grupos universitários e pessoas diversas em busca de uma atuação política. Em suas práticas, construídas pelo coletivo que se reunia de forma assídua nas reuniões semanais abertas, o Comitê foi ganhando uma identidade, marcadamente na luta contra as remoções e contra a privatização de espaços e equipamentos públicos. Uma de suas principais bandeiras foi a defesa do caráter de espaço público e popular do Complexo do Maracanã<sup>8</sup>.

A entrega do Plano Popular ao prefeito Eduardo Paes, em agosto de 2016, teve cobertura da imprensa internacional e da mídia alternativa, principalmente. Os jornais do Rio de Janeiro não estiveram presentes. Neste momento, a prefeitura afirmava que a remoção não seria necessária para os jogos olímpicos, mas sim para a implantação das vias previstas no projeto de mobilidade urbana, apresentado como um legado para a cidade. Este foi o argumento oficial que constou como resposta à ação civil pública movida pelo NUTH contra a prefeitura e que retirou a remoção da Vila Autódromo do edital de licitação do Parque Olímpico.

Ao receber os moradores, a equipe do plano popular e as defensoras públicas do NUTH, o prefeito Eduardo Paes tentou desqualificar o plano apresentado, reprovando as intenções da equipe de assessoria. Afirmou que os assessores estariam motivados por interesses políticos eleitorais (contra sua campanha

de reeleição, em curso naquele ano), e por interesses acadêmicos com pouca conexão com a realidade. O prefeito usou o contexto de campanha eleitoral como argumento para não dar uma resposta aos moradores. Comprometeu-se a, passadas as eleições, fazer uma análise técnica do plano. A equipe do Plano Popular pediu que fosse constituída uma comissão técnica para avaliar o plano, composta por entidades profissionais representativas, definidas em comum acordo. O pedido foi negado<sup>9</sup>.

A equipe do Plano Popular e a AMPVA decidiram por constituir a comissão por si mesmas. Foi denominada “Grupo de Trabalho Acadêmico, Profissional, Multidisciplinar – GTAPM” e composta pelas seguintes entidades: Associação Brasileira de Antropologia – ABA, Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Associação

8 - Sobre as campanhas “Rio Sem Remoções: Viva a Vila Autódromo” e “O Maraca é Nosso! Por um Maraca Público e Popular!”, ver Tanaka e Cosentino (2014).

9 - Sobre a “negociação” travada entre a Vila Autódromo e a prefeitura em torno do plano urbanístico para a comunidade, ver Oliveira et al, 2016.

Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, Conselho Regional de Assistência Social – CRESS/RJ, Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB, Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro – SARJ e Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro – SENGE/RJ. O GTAPM realizou a análise das duas propostas para a Vila Autódromo, uma dos moradores e outra da prefeitura, e apresentou um parecer amplamente favorável ao Plano Popular.

No ano de 2013, o prefeito passou a afirmar que a Vila Autódromo seria a única comunidade a ser removida para a realização das Olimpíadas, mas que a prefeitura atenderia os moradores, oferecendo melhores condições de moradia (no conjunto habitacional Parque Carioca) ou indenizações justas. O prefeito passou a afirmar que nenhum morador seria forçado a sair e que seus direitos estariam garantidos. Estas afirmações respondiam à campanha do Comitê Popular Rio, que vinha ganhando destaque na mídia internacional e que não poderia mais ser ignorada pelos órgãos locais, diante da enorme dimensão das remoções que estavam em curso na cidade. Junto com outros comitês similares criados nas cidades-sede da Copa de 2014, o Comitê Popular Rio formou, ainda em 2012, a

Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas – ANCOP, com objetivo de denunciar as violações de direitos relacionadas aos megaeventos esportivos no Brasil. Na ausência de dados oficiais das remoções ou mesmo de informações a respeito dos impactos dos megaeventos esportivos em suas múltiplas dimensões, as informações reunidas pelas organizações populares em dossiês nacionais “Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil” – e em sua versão para o Rio de Janeiro – ganharam cobertura da mídia. Os representantes do governo local, da prefeitura do Rio de Janeiro, do Governo Federal e dos órgãos ligados às Olimpíadas passaram a ser questionados pela imprensa, tanto em matérias publicadas, quanto em coletivas de imprensa, a respeito da real necessidade das remoções e sobre o projeto para a Vila Autódromo.

O ano de 2013 foi também o ano das “Jornadas de Junho”, as manifestações de rua que rapidamente se espalharam por todo o Brasil. Inicialmente, questionaram o aumento das tarifas de ônibus para logo em seguida abrigarem múltiplas manifestações de descontentamento dirigidas aos governos (MARICATO et al, 2013). Na diversidade de pessoas, movimentos e organizações que tomaram as ruas, estavam

presentes também os movimentos e coletivos que já vinham se organizando politicamente e que tinham a manifestação de rua como prática de ação. Assim como tantos outros, os Comitês Populares da Copa e Olimpíadas e as comunidades atingidas levaram suas bandeiras para as ruas. Nas cidades-sede da Copa e das Olimpíadas, as críticas às obras em curso foram crescendo. O grito “Não vai ter copa” se disseminou rapidamente, mostrando o descontentamento popular na priorização de investimentos públicos para grandes obras, tocadas por grandes empreiteiras, enquanto prioridades sociais, como saúde e educação, estavam sendo deixadas de lado.

No Rio de Janeiro, as manifestações voltaram-se principalmente contra o governador do Estado, Sérgio Cabral, amplificando denúncias de corrupção. Buscando “dar uma resposta às ruas”, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro

passou a se reunir com organizações políticas e coletivos que “representavam” pautas que se destacaram nas ruas<sup>10</sup>. Neste contexto, o prefeito anunciou o fim das remoções, convidou o Comitê Popular Rio<sup>11</sup> para iniciar uma negociação e passou a visitar comunidades organizadas contra as remoções.

A Vila Autódromo foi novamente chamada para uma audiência, em que, pela primeira vez, o prefeito afirmou estar disposto a rever os planos de remoção. Embora fosse claro que o prefeito Eduardo Paes estivesse buscando contornar a crise política que se instaurava (e que levaria à queda do governador do Estado), sem de fato pretender fazer grandes alterações em sua agenda política, principalmente ligada ao projeto olímpico, o reconhecimento das pautas dos coletivos políticos representou uma vitória das ações e campanhas mobilizadas pelo Comitê Popular Rio e pela organização

10 - Não se pode dizer que haviam organizações mobilizando as pessoas para levar as pautas para a rua, as manifestações de junho de 2013 foram marcadas pelo caráter espontâneo das mobilizações (MARICATO et al, 2013), mas pautas que vinham sendo construídas em espaços políticos prévios também ocuparam as ruas e, no momento de se buscar dar uma resposta, a Prefeitura do Rio de Janeiro buscou identificar grupos e lideranças que atuavam em pautas que ganharam visibilidade nas ruas para negociação.

11 - Foram chamadas também outras organizações que atuavam contra as remoções, como a Pastoral de Favelas.



dos atingidos. A visibilidade conquistada pela Vila Autódromo alterou a correlação de forças a ponto de levar a prefeitura a anunciar que iria rever os projetos até então apresentados, em que a remoção se mostrava como imprescindível para a realização das obras olímpicas.

## AREMOÇÃO E A LUTA SIMBÓLICA

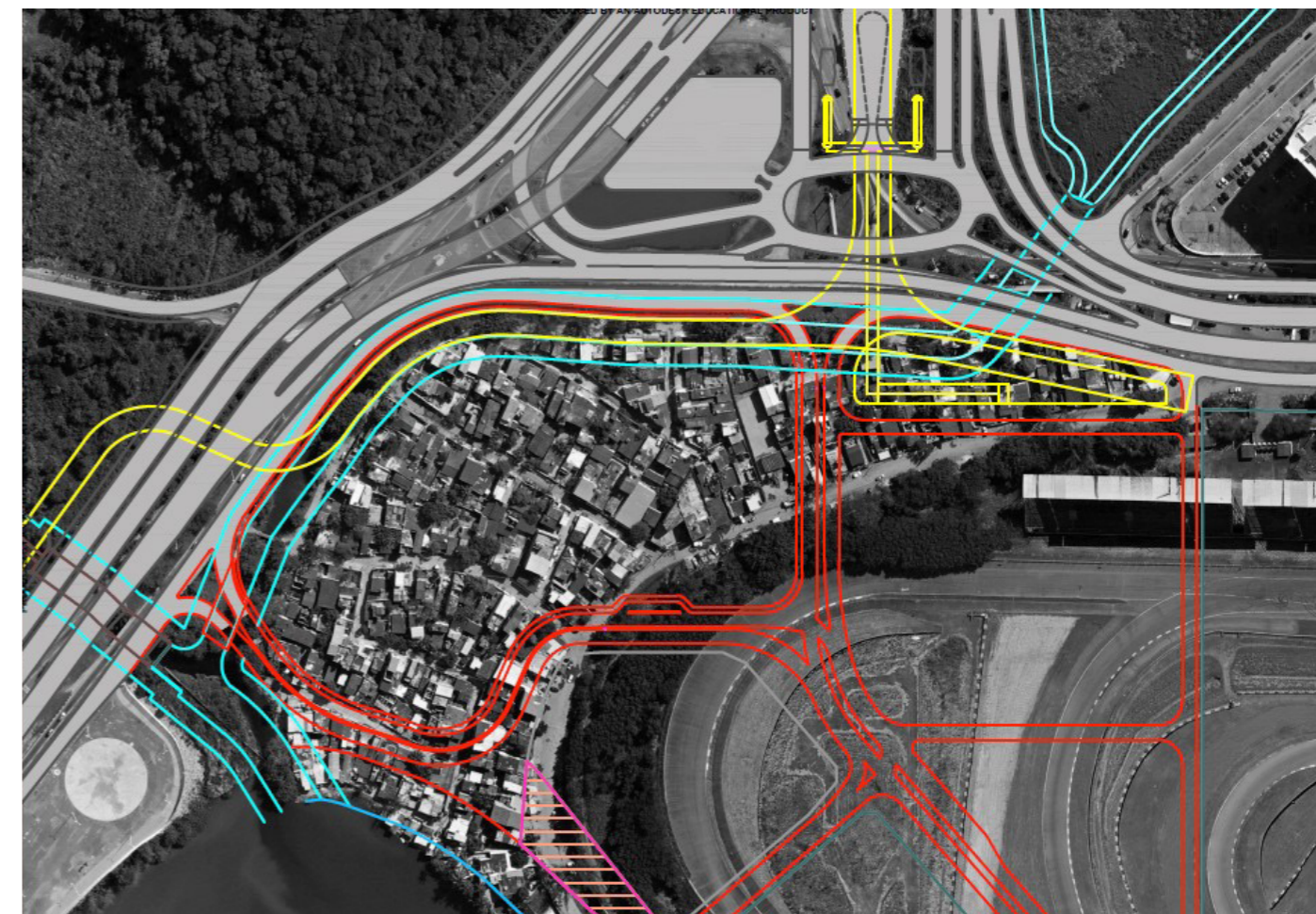
Ao mesmo tempo em que se constitui como uma luta pela cidade, em defesa dos bairros populares, a luta da Vila Autódromo teve como base a organização dos moradores na defesa de sua moradia, de seu bairro e modo de vida. A Vila Autódromo denunciava um projeto perverso de cidade, onde não havia lugar para os pobres. Apontava à ausência de justificativa real para a remoção e reivindicava um tratamento democrático: o direito à informação e a participar da definição do projeto para o seu bairro.

Em setembro de 2013, o prefeito Eduardo Paes reconheceu que o tratamento dado à Vila Autódromo não foi correto, reconheceu a violência da marcação das casas pela Secretaria Municipal de Habitação, que marcava as

casas que seriam demolidas com o “SMH” e uma numeração sequencial, sem nenhum consentimento das famílias. Reconheceu também a falta de diálogo a respeito das alternativas propostas. Nesta audiência, informou também que estaria disposto a rever o projeto de remoção e que abriria uma rodada de negociações, entre técnicos da prefeitura, moradores e sua assessoria técnica, para chegar a uma proposta comum.

A decisão de participar das negociações foi difícil. Havia uma grande desconfiança em relação às intenções do prefeito, mas a maioria dos moradores entendeu que deveria participar do processo. Lideranças de movimentos de luta por moradia foram contra a decisão por já terem acompanhado diversas negociações com o prefeito Eduardo Paes, que carrega um histórico de mentiras e artimanhas. Negociações similares levaram à remoção de comunidades inteiras (como a Via Parque, também na Zona Oeste, por exemplo). Lideranças de outros movimentos também entendiam que a ameaça da Vila Autódromo não deveria ser tratada isoladamente, mas sim na luta conjunta de todas as comunidades ameaçadas na cidade.

Figura 4. Proposta da Prefeitura após o processo de “negociação”, em somente o “miolo” da comunidade seria mantido.



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2013. Apresentado à equipe do Plano Popular nas reuniões de “negociação”.

Figura 5. Folheto comparando o projeto da prefeitura e a proposta do Plano Popular, apresentado nas reuniões de negociação.



Fonte: NEPLAC, 2013.

As reuniões envolveram os moradores, a assessoria da “equipe do Plano Popular” e do NUTH, que defendiam a permanência das famílias e as propostas do Plano Popular. Do outro lado estavam os secretários municipais do meio ambiente, habitação, urbanismo, além de outros quadros do alto escalão da prefeitura. Foram reuniões semanais, realizadas ao longo de dois meses, antes e depois das quais eram realizadas assembleias na Vila Autódromo para definir o que seria levado à reunião, apresentar e debater o que acontecera na reunião na prefeitura e também para definir estratégias para divulgar o que estava acontecendo.

A prefeitura apresentou um desenho esquemático para a área da Vila Autódromo, sem detalhes técnicos, mostrando um conjunto de vias, uma passarela e obras de infraestrutura que incidiam sobre a maior parte das moradias. O primeiro projeto apresentado ainda continha uma proposta de drenagem, que implicava em realocar todas as famílias para subir o greide das vias, com um aterro em toda a área, para onde as famílias poderiam voltar depois, em novas unidades construídas. No entanto, a área seria extremamente reduzida,

sendo inviável toda a realocação. A equipe do Plano Popular apresentou sua proposta, com o desenho completo da comunidade, incluindo as vias de acesso demandadas pela prefeitura, mostrando, mais uma vez, que a permanência de todas as famílias era possível. Ao longo das reuniões, a equipe da prefeitura não cedeu às demandas e seguiu com uma equipe de assistentes sociais que pressionava as famílias a negociar sua saída da comunidade, com a informação de que a remoção seria inevitável<sup>12</sup>. As lideranças populares exigiram a interrupção dessas ações, mas o pedido não foi respeitado.

As reuniões foram interrompidas abruptamente pela prefeitura. Houve uma reunião com o prefeito Eduardo Paes em que a equipe do Plano Popular apresentou um novo desenho, mais uma vez demonstrando que seria possível conciliar todas as demandas do Parque Olímpico e a permanência das famílias, mas a proposta não foi considerada. Sem mostrar sua proposta final, o prefeito convocou uma reunião com as famílias que seriam atingidas pelas obras, sem convidar as lideranças da comunidade e muito menos seus assessores técnicos. No dia, as famílias excluídas e uma

12 - Ver mais sobre o processo de “negociação” no artigo “A batalha da Vila Autódromo” (OLIVEIRA et al, 2016).

representante da assessoria técnica conseguiram forçar a entrada. O prefeito apresentou três alternativas aos moradores: (i) a mudança para o apartamento do MCMV, (ii) indenização com valor de mercado, considerando o valor da terra, e (iii) permanência com urbanização na área remanescente da comunidade.

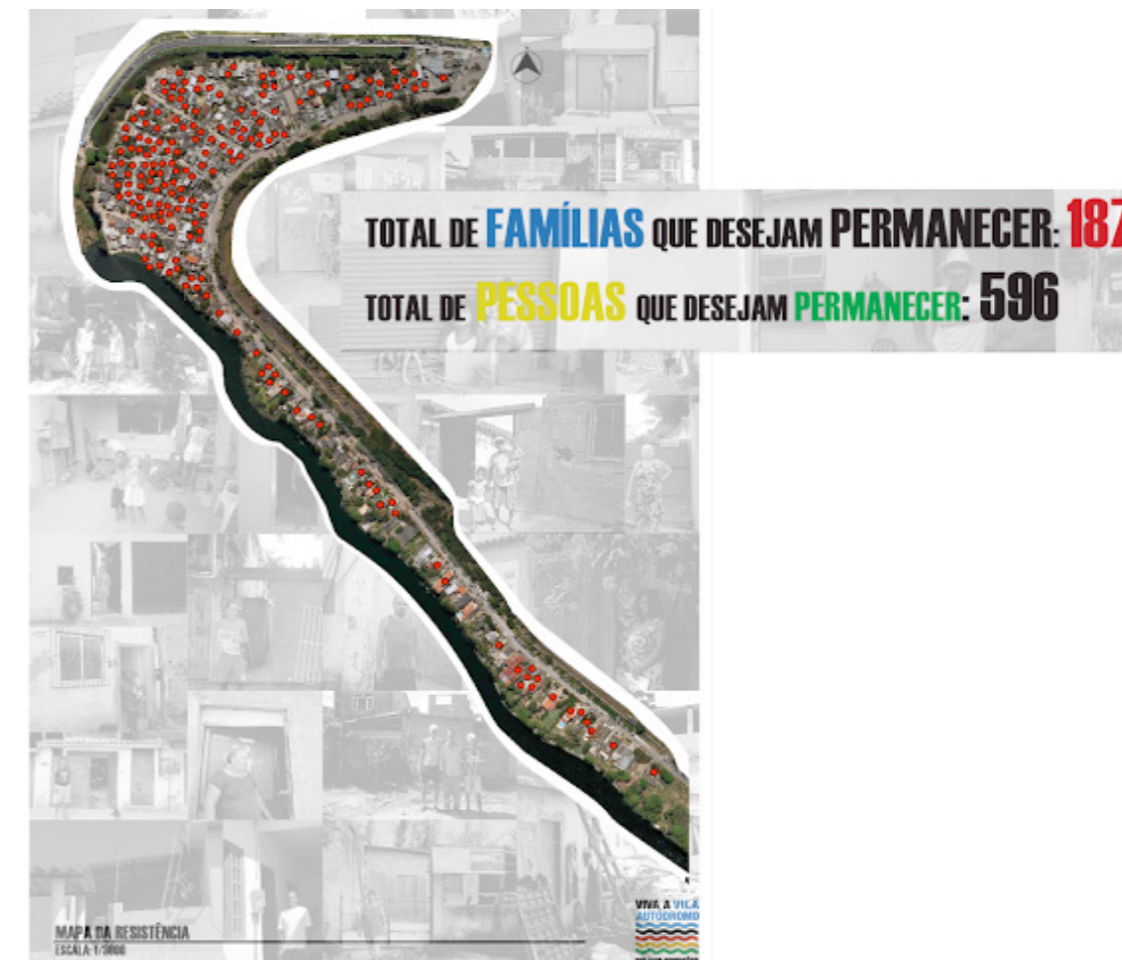
Os moradores saíram muito divididos. Muitos consideravam se tratar de uma vitória. A prefeitura já vinha atuando internamente na divisão das famílias, com profissionais diariamente em contato com os moradores. Representantes das famílias que aceitaram o acordo começaram a passar de casa em casa, em um processo de tentativa de convencimento para a negociação individual. Depois dessa reunião, um micro-ônibus com assistentes sociais passou a chegar diariamente na comunidade. Acompanhadas da guarda municipal, as assistentes pressionavam as famílias a realizar as negociações. Segundo depoimentos diversos, os profissionais a serviço da prefeitura informavam que o apartamento no Parque Carioca era a única opção, que a remoção era inevitável e que, se os moradores demorassem

para negociar, iriam perder os apartamentos de três quartos, que eram poucos. Além disso, a prefeitura atuou para fragilizar o apoio jurídico da comunidade, trazendo o Defensor Público Geral para intervir em favor da proposta da prefeitura, contra as defensoras públicas do NUTH, que representavam as famílias. A cada dia, as notícias de mais famílias negociando chegavam à associação de moradores.

A remoção começou em março de 2014, iniciando pelas duzentas famílias que aceitaram o apartamento no Parque Carioca. Até este momento, a prefeitura não havia apresentado o projeto de urbanização para a área remanescente, conforme havia sido prometido. Em campo, continuava afirmando que ninguém permaneceria na Vila Autódromo. A prefeitura conseguiu ainda derrubar a liminar que impedia demolições na comunidade. O NUTH havia conseguido a liminar e as famílias resistentes consideravam que as casas desocupadas em áreas não atingidas pelas obras poderiam ser utilizadas em realocações. Com apoio do Defensor Público Geral e das famílias que aceitaram negociar<sup>13</sup>, as demolições começaram.

13 - Sobre o “golpe” do Defensor Público Geral do Estado contra os Defensores Públicos do Núcleo de Terras e Habitação, ver MENDES, 2018.

Figura 6. Mapa da Resistência



Fonte: NEPLAC, maio de 2014.

As primeiras demolições abalaram aqueles que lutavam para ficar, que passaram a buscar novas estratégias de resistência. O prefeito passou a afirmar à imprensa que até havia aceitado manter parte da Vila Autódromo, mas que ninguém mais queria ficar lá. O desafio da resistência era mostrar que continuava existindo, fortalecendo a luta simbólica.

Novas lideranças, principalmente mulheres, começaram a atuar em novas frentes: passaram a realizar reuniões semanais para trocar informações, para desmentir boatos e apoiar-se mutuamente; passavam de casa em casa para conversar com quem ainda não havia negociado; acompanhavam as remoções para denunciar violações de direitos. A equipe do Plano Popular também acompanhava as remoções, mapeando as demolições, que só estavam autorizadas a acontecer nas áreas de incidência do projeto das vias. Isto não foi respeitado. Neste momento, a elaboração e divulgação do Mapa da Resistência foi uma ação importante, já que mostrava que muitas famílias ainda lutavam pela permanência:

A prefeitura passou a encontrar resistência para convencer novas famílias a mudar para o Parque Carioca. Diante do obstáculo, começou a negociar indenizações individualmente. A falta de informações oficiais mantinha o clima de medo sobre o que aconteceria com os que não negociassem. Os valores das indenizações não eram divulgados. Pedia-se sigilo às famílias, mas muitas informações chegavam: famílias que receberam valores milionários, cheques recebidos diretamente das empreiteiras somados aos apartamentos e ameaças de que “o dinheiro das empreiteiras está acabando”, “se não aceitar esse valor, vai para a desapropriação judicial e vai ser bem menos”.

Com o aumento das demolições, aumentou o caos na comunidade e a degradação das condições de vida dos que ficavam. As primeiras demolições aconteceram com todo cuidado, respeitando o que era exigido por lei. Mas logo a prefeitura começou a deixar entulhos no local, a comprometer o abastecimento de água, a circulação interna, a rede elétrica. Os serviços públicos também começaram a ser cortados,

Figura 7. Cartaz de divulgação online do primeiro festival #OcupaVilaAutódromo.

**FESTIVAL CULTURAL**  
**Vila Autódromo**  
#OcupaVilaautódromo **CONVIDA!!!** #Grátis

**15**  
**08**  
14 às 22h  
#Sábado

**Teatro**  
**Música**  
**Cinema**  
**Bazar** solidário  
+  
**Intervenções**  
**ARTÍSTICAS**

VIVA A VILA  
AUTÓDROMO  
RIO SEM REMOÇÕES  
Realização

pela paz + habitação  
respeito e direitos

**#OCUPA VILA**  
#VivaVilaautódromo #RioSemRemoções  
**PROGRAMAÇÃO**

- + Abertura  
14hs: Despertar do festival - marcha com batucada das mulheres/MMM
- + No estacionamento  
15hs: Centro do Teatro do Oprimido  
16hs: Banda  
17hs: Coletivo Lá Vai Maria  
18hs: Sista Mo Respect  
20hs: El Efecto
- + Na Igreja  
15hs: Projeção de filmes (confirmar os filmes)  
16hs: Lançamento do livro "SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico", com Lucas Faulhaber e Lena Azevedo

CONTATO:  
<https://www.facebook.com/vivaavilaautodromo?ref=ts>  
<http://www.portalpopulardacopa.org.br/avivaavila/>

VIVA A VILA  
AUTÓDROMO  
RIO SEM REMOÇÕES

Fonte: Divulgação, Vila Autódromo, 2015.

Figura 8. Segundo festival #OcupaVilaAutódromo.



Fonte: Foto de novembro de 2015, Rio on Watch.

Figura 9. Projeto “Remoções têm rosto” por Guilherme Imbassahy, realizado no segundo #OcupaVilaAutódromo.



Fonte: Guilherme Imbassahy.

diminuindo a coleta de lixo e a manutenção da iluminação pública. Essas condições foram denunciadas à justiça, acompanhadas de um parecer técnico, mas não houve resultado. A prefeitura também aumentou a presença da Guarda Municipal na comunidade, que instalou um posto permanente. O efetivo na área era aumentado nos momentos de demolições.

Em março de 2015, a prefeitura publicou os decretos nº 39.851, 39.852 e 39.853 definindo como de utilidade pública para desapropriação 48 casas, forçando a negociação sob risco de desapropriação judicial. A publicação dos decretos forçou novas negociações e a realização de remoções forçadas, inclusive com violência policial.

Desde o início das demolições, os moradores procuraram mobilizar a presença constante de apoiadores para fortalecer a resistência e impedir ações violentas e violações de direitos. O clima estava sempre bem tenso e as violências eram múltiplas e frequentes: desde as ameaças psicológicas, passando pelo trânsito de caminhões e maquinário pesado que destruía a infraestrutura das moradias (redes de água e esgoto, energia, iluminação pública), até a violência direta da Guarda Municipal contra as famílias.

Eram organizados mutirões informativos passando de casa em casa, cafés da manhã solidários, aulas abertas de extensão universitária, visitas de jornalistas e pesquisadores. Nestes encontros, tendo os “ocupas” e as insurgências que vinham se multiplicando pelo mundo como inspirações de ação política, surgiu a ideia do “Ocupa Vila Autódromo”. Os Ocupas eram festivais culturais que reuniram artistas, músicos, coletivos culturais, em ações programadas junto com os moradores.

A partir desses encontros nos Ocupas, surgiam outras propostas e novas ações, como um mutirão para a reforma do parquinho, que era um espaço em disputa. Os moradores conseguiram impedir sua demolição mais de uma vez. Na frente do parquinho já começava a construção de um hotel do Parque Olímpico. Aconteceram novos Ocupas com lançamentos de livros, com mutirão para demarcar um terreno para a creche, com comemoração de aniversários dos moradores, entre outras atividades. Em uma delas, surgiu a proposta de uma campanha #UrbanizaJá. Era um desafio de internet, em que personalidades e lideranças cobravam do prefeito o projeto de urbanização prometido e desafiariam outras três pessoas a fazer o mesmo. O desafio teve grande adesão

nas redes sociais e grande repercussão pública mobilizando muitas pessoas.

A proposta do Museu das Remoções também nasceu nos Ocupas. Inicialmente envolvendo estudantes universitários e ativistas, foram criadas esculturas a partir das demolições das casas, associadas às histórias das pessoas removidas. As esculturas foram colocadas no lugar de sua antiga moradia. O Museu foi crescendo para registrar o processo de remoção e resistência.

A partir de seus moradores, tendo à frente lideranças como Penha, Sandra Maria, Jane, Sandra Regina, Luiz Claudio e Nathalia, através de fotos, depoimentos, relatos, objetos, além de reunir material elaborado sobre a Vila Autódromo (por pesquisadores e jornalistas), disponibilizados para aqueles que procuram a Vila para conhecer sua história. Passou a ser também um espaço para conectar a luta da Vila Autódromo com outras lutas pelo Brasil e pelo mundo.

Figura 10. Barricada na entrada da Vila Autódromo; Vigília da Associação de Moradores, pouco antes de sua demolição.



Fonte: Foto divulgação do Facebook da Vila Autódromo; Glaucia Marinho

Figura 11. Plano Popular da Vila Autódromo, 2016.



Fonte: NEPLAC, ETERN/IPPUR/UFRJ e NEPHU/UFF, 2016.

Os ocupas também ajudaram a mobilizar militantes para momentos de tensão na comunidade. Os moradores passaram a organizar uma barricada para controlar o acesso à via principal da comunidade, por onde passavam diariamente caminhões e

maquinário da obra do Parque Olímpico. O fechamento dessa entrada foi uma forma efetiva de protesto para exigir a retirada de entulhos, a reforma do ponto de ônibus (destruído nas obras), a volta da coleta de lixo, a recuperação das vias comprometidas pela passagem dos

caminhões, a volta da iluminação pública, entre outras reivindicações. As barricadas eram constantemente desmontadas pela Guarda Municipal e reconstruídas pelos moradores na madrugada.

Os moradores também organizaram vigílias para tentar evitar a demolição da Associação de Moradores e a casa de famílias que resistiam, enquanto o NUTH atuava judicialmente para impedir as demolições.

No início de 2016, apenas cinquenta famílias permaneciam na Vila Autódromo, resistindo há praticamente dois anos a violações diárias. Decidiu-se pela elaboração de uma nova versão do Plano Popular da Vila Autódromo, para mostrar que ainda havia a possibilidade da urbanização com qualidade. A atualização do Plano considerava a nova realidade, com menos famílias e com as vias de acesso ao Parque Olímpico já em construção<sup>14</sup>.

No dia 8 de março de 2016, praticamente a três meses do início das Olimpíadas, depois que diversas tentativas de negociação individual

foram negadas pela prefeitura, a casa da Dona Penha foi cercada para demolição. Apoiadores faziam vigília na casa há dias, depois da vigília da Associação de Moradores, e aguardavam a notícia da demolição a qualquer momento. Dona Penha e sua família recusaram todas as ofertas da prefeitura. Sabendo que não havia justificativa real para sua remoção, não abriram mão de seu direito de permanência. Foi recusada também uma proposta individual de permanência, feita na véspera e pouco clara quanto a seus termos. Isso porque a família, à frente da resistência, só aceitaria uma proposta coletiva para todas que ainda lutavam.

Nesse mesmo dia, Dona Penha seria homenageada na Assembleia Legislativa pelo Dia da Mulher. Enquanto a casa já estava sendo posta abaixo, o prefeito convocou uma coletiva de imprensa para divulgar o projeto de urbanização da Vila Autódromo. Detalhe: os moradores não foram convidados para conhecê-lo. Os moradores chamaram, para algumas horas antes, uma coletiva de

14 - Sobre as várias versões do plano, veja reportagem da Rio on Watch: <http://rioonwatch.org.br/?p=16827>

imprensa para mais uma vez afirmar o Plano Popular e relatar a forma como a prefeitura vinha agindo na comunidade. A coletiva dos moradores teve grande adesão da imprensa.

O prefeito anunciou que iria construir novas casas no local da Vila Autódromo para todas as famílias que não negociaram. As obras começariam imediatamente e as famílias que permaneciam na área da construção das novas casas iriam para contêineres, instalados no local, até a conclusão das novas casas. Estas novas condições fizeram com que algumas famílias aceitassem a remoção. Havia o medo de ver sua casa demolida, em troca de um contêiner que poderia vir a ser permanente.

Algumas famílias, ao ver o projeto, não aceitaram trocar sua casa por uma habitação popular de dimensões mínimas. Ao final, apenas vinte famílias aceitaram essas condições. As casas foram entregues pela prefeitura uma semana antes do início dos Jogos Olímpicos. Era algo que parecia impossível e, apesar de tudo, foi festejado.

15 - Moradoras que já estavam presentes na luta da Vila Autódromo em momentos anteriores, com participação ativa, mas ganham destaque, voz e passam a assumir a frente de mobilizações ao longo da luta contra a remoção.

## DESDOBRAMENTOS DO PLANO POPULAR

A resistência da Vila Autódromo e os espaços de articulação política que se constituíram em torno de sua luta se tornaram referência no Rio de Janeiro e no Brasil, alcançando repercussão internacional. Esta inserção política modificou as relações internas na comunidade, fez surgir novas lideranças e vem influenciando as lutas de outras áreas ameaçadas de remoção. Novas lideranças da Vila Autódromo, como Maria da Penha Macena, Sandra Maria de Souza, Luiz Claudio Silva, Sandra Regina Damião<sup>15</sup>, além das outras já citadas, passaram a estar presentes em reuniões, eventos, debates sobre remoções e direito à moradia e a apoiar ações locais em outras comunidades.

Nos últimos anos, vem se formando no Rio de Janeiro uma rede de articulação de lideranças populares que se reúne entre si, sem necessariamente passar por espaços políticos institucionalizados. Alguns espaços institucionais têm sido importantes para

estabelecer a conexão entre as lideranças, mas não são centrais. Exemplos destes espaços são as reuniões periódicas do NUTH com comunidades assistidas ameaçadas de remoção e o Conselho Popular, ligado à Pastoral de Favelas da Igreja Católica, que se reúne mensalmente e troca informações sobre a situação de cada lugar, incluindo ações de solidariedade à famílias e encontros festivos.

A história da Vila Autódromo, através do depoimento das lideranças e da equipe do Plano Popular, tem sido referência nas reuniões e debates sobre moradia e sobre remoções. A Vila Autódromo é citada em todos os debates, onde se abrem espaços para avaliações sobre os resultados, sobre os processos e o que pode ser replicado desta experiência. As lideranças têm estado presentes em reuniões de apoio e atos públicos. Comunidades organizadas têm buscado a assessoria do NUTH e os apoiadores da Vila Autódromo para sua luta. Também pedem apoio para elaborar seus próprios planos alternativos. Vale relatar brevemente a proposta do Plano Popular das Vargens, um desdobramento da luta da Vila Autódromo.

Passado o ciclo de megaeventos esportivos, o modelo de grandes intervenções urbanas através de Parcerias Público-Privadas (PPPs)

continuou a ser apresentado como forma de gerar desenvolvimento urbano na cidade. No contexto de crise econômica e política pós-2015, esse modelo tem sido apresentado como forma de captar recursos privados na ausência de recursos públicos. Junto com novas propostas de PPPs, vieram novas ameaças de remoção e novas frentes de resistência no Rio de Janeiro.

A Articulação Plano Popular das Vargens (APP) foi constituída por moradores e lideranças da Região das Vargens, zona oeste do Rio de Janeiro, em resposta à ameaças geradas pela nova legislação urbanística apresentada pela prefeitura: a Operação Urbana Consorciada (OUC) e o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens (Projeto de Lei Complementar n. 140/2015). A prefeitura já vinha tentando modificar a legislação incidente sobre esse território, visando atender interesses fundiários e imobiliários, principalmente através do aumento do potencial construtivo e do limite de verticalização permitidos. No entanto, as modificações propostas anteriormente foram parcialmente barradas por ações de proteção ambiental. A região já tinha um histórico de organização popular em defesa da moradia, com o Movimento União Popular – MUP, do



qual lideranças da Vila Autódromo participaram no início dos anos 2000. Esta mobilização conquistou a demarcação de vinte e nove Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS) nas edições anteriores dos PEUs das Vargens<sup>16</sup>. Proposta em 2015, a nova legislação voltou a ameaçar essas comunidades de remoção e também ameaçava outros territórios, somando cerca de quarenta bairros populares.

A APP começou reunindo lideranças locais, principalmente mulheres, que já haviam protagonizado lutas anteriores. A articulação reuniu ativistas que participaram do movimento Ocupa Golfe, que denunciou ilegalidades relacionadas à construção do campo de golfe para as Olimpíadas de 2016, representantes quilombolas que vinham lutando por reconhecimento, organizações agroecológicas, coletivos feministas e movimentos de moradia. A primeira reunião, de lançamento do coletivo, foi também um momento político de trazer para a luta local movimentos sociais, lideranças, políticos e profissionais que vinham apoiando,

na escala da cidade, lutas contra as remoções, grandes projetos urbanos e defesa da agroecologia. Moradoras da Vila Autódromo foram convidadas para esta reunião e foi anunciada a intenção de elaboração de um Plano Popular, inspirado em sua experiência. Na fundação do coletivo foram apresentadas cinco denúncias, que depois viriam a constituir os princípios para o Plano Popular: (1) ameaça de remoções e defesa de produtores locais de alimentos (defesa do morar e plantar); (2) riscos que a privatização do território, através de parcerias público-privadas, trazia para a população; (3) ameaça aos campos molhados e várzeas que constituem grande parte do território; (4) ameaça à conservação ambiental de encostas e montanhas; (5) proposição de uma ocupação intensiva do território incompatível com a infraestrutura, principalmente de água e de mobilidade urbana.

O processo de elaboração do Plano Popular das Vargens foi construído pela APP com a assessoria técnica do NEPLAC, pensando em

uma metodologia que envolvesse essa rede de entidades e lideranças e que garantisse o protagonismo popular, principalmente da juventude e de mulheres. Por outro lado, a APP enfrentava um histórico de repressão e ameaças no território, que inclusive envolvia a atuação das milícias. A elaboração de um plano popular foi proposta para mobilizar e unificar pautas diversas, como forma de defesa contra as ameaças motivadas pelos interesses de grandes proprietários, incorporadoras imobiliárias e empreiteiras associadas ao poder público. Como no caso da Vila Autódromo, o coletivo popular pretendia mostrar que havia outra possibilidade concreta de futuro para a região, que havia uma alternativa que respeitava sua população e os modos de vida locais.

Lançado em 2017, o plano teve como eixos importantes o reconhecimento de formas tradicionais de ocupação do território (quilombolas e agricultura familiar em área de reserva ambiental) e a defesa de novos modos de vida presentes nas áreas urbanas

(“morar e plantar”). Os dois eixos combinam as relações urbanas com tradições rurais, refletindo trajetórias e heranças da população que ali habita. Um dos principais desafios foi pensar coletivamente como o planejamento urbano poderia ser um instrumento de garantia e de valorização desses modos de ocupação identificados no território.

## PLANEJAMENTO CONFLITUAL

A elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo se assemelha muito a processos de planejamento participativo, bastante disseminados no Brasil pelos movimentos de luta por moradia e pelo Movimento Nacional por Reforma Urbana. Os profissionais da assessoria técnica da “equipe do plano popular” traziam um repertório de ação em processos anteriores de organização popular contra a remoções<sup>17</sup>, de atuação em processos regularização fundiária, de planejamento participativo institucionais (como na elaboração de Planos Diretores

16 - Inicialmente eram 30 áreas, mas a Vila Autódromo foi retirada do projeto de lei original e foi objeto de legislação específica, que modificou o uso e ocupação da área à época destinada às instalações para os Jogos Panamericanos.

17 - Principalmente o NEPHU/UFF, que desde os anos 1980 assessorou comunidades contra remoções, mas também outros integrantes da equipe que passaram por assessorias técnicas, escritórios de arquitetura e órgãos de governo.

Participativos e Planos de Habitação), conselhos e conferências das cidades, entre outros, tanto em suas próprias trajetórias pessoais, como a partir de referências disseminadas e aplicadas nesse campo no Brasil.

O processo de elaboração do plano da Vila Autódromo envolveu a realização de assembleias, reuniões, levantamentos de campo, levantamento documental, oficinas, diversos métodos de discussão e proposição de alternativas e tomada de decisões coletivas, na escala local. Tiveram como referência um repertório trazido pela assessoria técnica, considerando também as práticas e dinâmicas já praticadas pela comunidade local.

O que se destaca na história da Vila Autódromo, e remete para a proposição de uma nova denominação que permita diferenciar essa experiência, é a dimensão do conflito social como fonte geradora de práticas coletivas, de ação política e de um sujeito social que se coloca em condições de contestar o planejamento urbano da cidade. No contexto da ameaça de remoção, os moradores da Vila Autódromo se colocaram enquanto sujeitos capazes de propor um futuro alternativo para sua comunidade, contrapondo-se aos planos

oficiais de transformação daquela parte da cidade a partir de um grande projeto urbano, da Operação Urbana do Parque Olímpico, respondendo aos interesses do capital imobiliário, de proprietários de terras e grupos políticos da região.

O processo de elaboração do Plano Popular possibilitou a elaboração de um espaço de construção coletiva da cidade, fundada na defesa de direitos. O plano representou também a defesa de um bairro popular, do modo de vida que vinha sendo construído pelos moradores, em muitos aspectos reproduzindo relações típicas de assentamentos populares periféricos, com casas próprias unifamiliares em lotes delimitados, mas, em muitos outros, diferenciando-se pelas características de organização coletiva dos moradores – como os espaços de lazer promovidos pela associação de moradores, a horta comunitária, a Rua Beira Rio como um espaço de encontros e lazer, entre outros.

A elaboração do Plano da Vila Autódromo diferencia-se de um processo de elaboração de projeto local ou plano de bairro por estar inserido no contexto do conflito. Em primeiro lugar, a dimensão temporal é pautada pelas relações

sociais conflituosas (VAINER et al, 2016). Os ritmos e produtos são determinados em função do conflito social, das ameaças e oportunidades que se apresentam pela ação antagonista. Os resultados são também pautados por uma ação estratégica, relacionada à ação política.

A escala do plano, por sua vez, extrapola a escala local ao se apresentar como uma contestação ao planejamento urbano da cidade. Neste aspecto, a dimensão da terra urbana é central. Contesta-se uma lógica de produção do espaço urbano determinada por grandes agentes imobiliários e fundiários, para reivindicar a voz das pessoas que habitam e produzem a cidade em seu cotidiano. Ao reivindicar seu lugar de moradia e não aceitar o deslocamento forçado para dar lugar ao grande capital imobiliário, reivindica-se uma cidade diversa e democrática. O plano, assim, extrapola o desenho local para interferir na cidade dos grandes projetos urbanos.

Justamente em razão disto, o Plano apresenta limitações. Na dimensão do conflito, mobiliza agentes específicos com o objetivo de dar uma resposta imediata a uma situação de ameaça. O tempo limita as possibilidades de construção coletiva, de criação e projeção de

futuro desejado. No caso da Vila Autódromo, o planejamento foi dirigido para demonstrar a possibilidade de permanência. Outras questões, como a produção e uso de espaços comuns, por exemplo, foram colocadas em segundo plano, dada a urgência da primeira.

A luta da Vila Autódromo ultrapassou a dimensão local não apenas por confrontar um modelo de cidade hegemônico, mas também por sua inserção nas lutas contra as remoções na prática, no cruzar a cidade para atuar em outros espaços periféricos igualmente ameaçados, nas articulações concretas das lideranças, na ocupação e criação de espaços públicos na cidade e pelo Brasil. No entanto, no âmbito do planejamento urbano, esta superação da escala local ainda se limita ao campo da contestação.

São diversos os desafios para pensar a produção da cidade a partir do local e em meio ao conflito social em que o agente antagonista é o Estado. A luta pela moradia e pela cidade dirige-se ao Estado, como agente regulador, responsável pela gestão e investimentos do espaço urbano. A questão do papel do Estado é bastante complexa e é pouco explorada nesse caso, embora estejam presentes elementos

bastante ricos para essa reflexão. Em suas múltiplas dimensões, a Vila Autódromo vinha acionando o Estado e ocupando espaços institucionais. As lideranças e seus apoiadores tinham clareza da importância da luta política, da mobilização da sociedade e da visibilidade pública do conflito.

A Vila Autódromo conseguiu forçar a abertura de um espaço de negociação política, sabendo de suas várias limitações. E ocupou esse espaço sabendo da importância de conquistar força política fora dele para enfrentar uma correlação de forças tão adversa.

Como procuramos apresentar ao longo dessa narrativa, o embate entre Vila Autódromo e Prefeitura do Rio de Janeiro se deu em múltiplas dimensões e continua presente nas lutas contra as remoções que seguem. O debate e as análises sobre o processo, sobre seus alcances e limites, não se esgotam, principalmente porque estamos diante de lutas sociais em curso. Ao compartilhar e refletir sobre esta experiência, sob o ponto de vista da assessoria da equipe do Plano Popular, esperamos contribuir para a abertura de novos espaços de criação e contestação, no sentido de cidades mais justas e democráticas.

## Referências bibliográficas

GTAPM. Parecer Vila Autódromo: Plano Popular da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), Plano da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: GTAPM, 2013.

MARICATO, Ermínia et. al. Cidades Rebeldes: Passe livre e as Manifestações que Tomaram as Ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

MENDES, Alexandre. A nova luta da Vila Autódromo e dos moradores que resistem à remoção: reconstruir a Defensoria Pública e sua autonomia. In: TANAKA, Giselle et al. Viva a Vila Autódromo: o Plano Popular e a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

NUTH/Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e Grupo de Apoio Técnico. Notificação ao COI sobre a proposta de remoção da Comunidade Vila Autódromo para definição de um perímetro de segurança para os Jogos Olímpicos de 2016. Parecer Técnico. Rio de Janeiro: NUTH/Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de et al. A Batalha da Vila Autódromo: “negociação” e resistência à remoção. In: OLIVEIRA et al (orgs.). Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

TANAKA, Giselle, COSENTINO, Renato. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: movimentos sociais urbanos e novas articulações políticas. In: SANCHÉZ et al (orgs.). A Copa do Mundo e as Cidades. Niterói: Editora da UFF, 2014.

TANAKA, Giselle et al. Viva a Vila Autódromo: o Plano Popular e a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

TANAKA, Giselle, OLIVEIRA, Fabrício Leal de, SANTOS, Fernanda dos, COLI, Luis Régis. Da Vila Autódromo às Vargens: Planos Populares na luta contra-hegemônica na cidade. Belo Horizonte: Anais do Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, 2018.

VAINER, Carlos et al. O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal et al (orgs.). Planejamento e Conflitos Urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

# VILA AUTÓDROMO: MAIS DO QUE LUTA, UM SÍMBOLO DE MEMÓRIA!

Sandra Maria Teixeira

A Vila Autódromo é uma comunidade situada em Jacarepaguá, na zona oeste do Rio de Janeiro, às margens da Lagoa de Jacarepaguá, em uma área conhecida como Baixada de Jacarepaguá.

Tem sua origem na década de 1960 como uma colônia de pescadores, que, às margens da Lagoa, viviam da pesca e ali moravam. Segundo o relato de alguns pescadores mais antigos, nesta época, o espaço da colônia era chamado de Ilha dos Pescadores. Na década de 1970, com a construção do Autódromo de Jacarepaguá e do Rio Centro, a comunidade acelera seu crescimento, já que muitos operários vinham de outros estados ou de áreas distantes da cidade para trabalhar nestas construções. Nesta época, a região não possuía infraestrutura de transporte público e era bem difícil chegar ali:

Naquela época, essa região era coberta por taboa, vegetação própria de charcos. Aqui era um grande charco, coberto por taboas, cercado por pequenas florestas, haviam jacarés, garças, capivaras, pássaros, tatus... Enfim, várias espécies de animais e, é claro, de peixes. Não havia grandes vias, nem condomínios de luxo ou shopping centers. Era um lugar, que apesar de belo, poucos queriam para morar, devido à falta de infraestrutura. Aos poucos, porém, a Barra

da Tijuca foi se desenvolvendo, surgem os grandes shoppings, as grandes vias e, com elas, os condomínios de luxo. (TEIXEIRA, 2017, p.151).

A construção do Autódromo de Jacarepaguá ao lado da comunidade faz com que passem a se referir a ela como a “vila ao lado do autódromo”. Com o passar do tempo, o nome foi encurtado para Vila Autódromo. Com o desenvolvimento da Barra da Tijuca, um processo de valorização e especulação imobiliária tem início na região. E o que ocorre é a remoção de várias comunidades que já habitavam há muito tempo nesta área e nas proximidades deste território. E a Vila Autódromo, acolhe muitas famílias removidas de comunidades do entorno após o despejo forçado de suas casas, de forma covarde e violenta. A comunidade do Via Parque é um dos exemplos de famílias removidas que receberam acolhida na Vila Autódromo.

No final da década de 1980, a comunidade acolhe mais famílias removidas da Comunidade Cardoso Fontes e, em 1994, outras 60 famílias. Porém, estes assentamentos são feitos pelo próprio Governo do Estado do Rio de Janeiro. (MUNCH, apud 2017, p.22)

Em 2010, o Censo registrava 1252 habitantes entre o espaço limitado pelos muros do Autódromo Nelson Piquet, pela Lagoa de Jacarepaguá e pela Avenida Embaixador Abelardo Bueno, corredor viário que serve à região. Em 2013, a comunidade abrigava cerca de 450 famílias em ocupação consolidada.” (MUNCH, apud, 2017 p.22)

Apesar de a comunidade ter sido utilizada como local para reassentamento pelo governo do Estado, ela também foi constantemente ameaçada de remoção neste período de expansão da Barra da Tijuca. No final da década de 1980, é fundada a AMPAVA – Associação de Moradores Pescadores e Amigos da Vila Autódromo. Por meio da associação, os moradores se organizaram para obter a regularização dos lotes e a instalação de redes de esgoto e água. Procurando a CEDAE e a prefeitura diversas vezes. .porém o saneamento tão sonhado e pedido nunca aconteceu. A rede de fornecimento de água foi feita pelos próprios moradores e o sistema de esgoto implementado foi o de sumidouro nos quintais das casas. Anos mais tarde, a Fiocruz desenvolveria o projeto experimental de fossa verde, no qual a água saía tratada da fossa. Esse projeto foi aprovado, necessitando

apenas de captação de verba para que fosse implementado em toda a comunidade. Porém, durante o período de remoção, a Prefeitura destruiu mais este projeto.

A comunidade seguiu se autoconstruindo por meio de mutirões, que organizaram suas ruas, construíram redes de abastecimento de água, redes de fornecimento de energia elétrica, sumidouros, a sede da associação de moradores, o parquinho das crianças, a quadra onde ocorriam festas comunitárias e campeonatos de futebol masculino e feminino, e onde ficava a mesa de pingue-pongue, onde a garotada se reunia e também competiam em campeonatos locais.

Quando finalmente a comunidade consegue que o atendimento à reivindicação por uma linha de ônibus que atendesse a Vila Autódromo, o ponto de ônibus também é autoconstruído, uma vez que o poder público ignora totalmente as necessidades desta população. Todas essas transformações do espaço urbano ocorreram por meio dos mutirões em que as pessoas se reuniam para melhorar suas condições de vida.

Embora a autoconstrução das casas e do próprio bairro sejam práticas impulsionadas por uma inércia/negligência estatal, é justamente essa condição, ou seja, o fato de terem se constituído às margens do Estado e de suas normas, que confere a essas experiências um potencial para o que James Holston chama de “cidadania insurgente”. (MÜNCH, 2017, p.26)

Enquanto a comunidade se autoconstruía e se organizava, não obteve qualquer apoio do poder público. Ao invés de preparar a cidade para a população que nela habita, o poder público constrói e implementa seus projetos urbanísticos, privatizando e transferindo terras públicas para o capital privado. Na Vila Autódromo, além de não ajudarem no desenvolvimento e na urbanização, os representantes do Estado traziam famílias removidas para serem assentadas, o que parece ser uma ação extremamente contraditória. A contradição está no fato de que, se o poder público promove o assentamento de cerca de cem famílias em uma comunidade, é, simultaneamente, afirmado seu direito de permanecer neste território. É quase inacreditável que este mesmo poder público, algum tempo depois, afirme que estas pessoas não têm o direito de morar no próprio local onde haviam sido reassentadas, como se a vida das pessoas não significasse nada, como

se pudessem ser colocadas em um canto para depois ser jogadas em outro e depois outro, até que toda cidade tenha sido construída sem que haja espaço para as pessoas morarem.

Desde o início da história da construção e do desenvolvimento urbana da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que uma determinada área da cidade é construída, recebe infraestrutura e passa a se valorizar, a população pobre é removida. Não seria diferente com a expansão e a valorização da Barra da Tijuca. Na medida em que a Barra da Tijuca se desenvolvia, a população pobre ia sendo retirada. Utilizavam os mesmos velhos argumentos que sempre estão na base das remoções. Argumentavam que as pessoas estavam em área de risco, que era uma questão de preservação ambiental. Porém, após retirarem a população pobre, ela era rapidamente substituída por condomínios de luxo, grandes shoppings, casas de show e grandes vias, o que mostra a fragilidade das justificativas e do argumento.

A Vila Autódromo conseguiu resistir a todas essas pressões por trinta anos. Foram muitas as pressões e ameaças, vários processos judiciais, porém tivemos também muitas conquistas ao longo desses anos. Conquistamos dois títulos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU)

reconhecidos pelo ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro), um concedido pelo Governo do Estado e o outro pela Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários do Rio de Janeiro, que nos garante o direito de morar nesta terra por 99 anos, prorrogáveis por mais 99 anos. Em 12/01/2005, conseguimos que a Câmara Municipal do Município do Rio de Janeiro, através da Lei Complementar n. 74/2005, decretasse uma grande parte da comunidade como uma AEIS (Área de Especial Interesse Social), portanto destinada à moradia popular. (TEIXEIRA, 2017, p.158).

Apesar dos assentamentos feitos pelo poder público na Vila Autódromo na década de 1990, ela sofre com várias ameaças de remoção que objetivavam forçar a saída da comunidade. Mas a comunidade se organizou e lutou, resistindo às ameaças e pressões, construindo o que, ao longo dos anos, viria a se tornar uma resistência histórica e emblemática no processo de disputa territorial e na luta pelo direito à cidade.

Apesar dos diversos reveses enfrentados, a Vila Autódromo protagonizou uma luta heroica e pode-se mesmo dizer que se transformou em símbolo da resistência a um projeto olímpico segregador, que promoveu a limpeza sócio-étnica de extensas áreas da cidade. Teimosa, a Vila Autódromo e seus moradores constituíram, pelo simples ato de recusa, um exemplo emblemático das lutas

contemporâneas pelo direito à moradia e à cidade, expondo o caráter perverso e violento de um tipo de planejamento e de cidade que assume de forma clara e contundente seu viés seletivo e excludente.” (VAINER, BIENENSTEIN, TANAKA, OLIVEIRA, LOBINO, SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, 2018, p.104)

Os processos judiciais foram vários e os argumentos, os mais absurdos. Em um destes processos, a comunidade é acusada de cometer “dano estético”, ou seja, de não combinar com a nova imagem nobre que se formava ao redor. Felizmente, a Justiça negou estes pedidos.

Em 1996, após um período de intensas chuvas no Rio de Janeiro, a Vila Autódromo foi mais uma vez ameaçada, agora sob o argumento de que se tratava de ‘área de risco’. Em 2002, com a confirmação do Rio de Janeiro como sede dos XV Jogos Pan-Americanos, o argumento que passou a justificar a remoção foi a construção da Vila Olímpica. (MÜNCH, 2017, p.40-41)

A especulação imobiliária aumentava a cada dia na região. E, para justificar a retirada da população pobre, eram utilizados os mais variados motivos, pretextos que na verdade representam o desrespeito com o qual a população é tratada. Expulsa de um lado a outro da cidade, as famílias não têm sua origem, história ou vida respeitadas.

Com o anúncio, em 2009, da realização das Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro, o novo prefeito Eduardo Paes (2009-2016) afirmou a necessidade de remoção de mais de 3.500 famílias em seis assentamentos populares das Zonas Oeste e Norte da cidade, entre eles a Vila Autódromo. O argumento, contido no “Plano de Legado Urbano e Ambiental” para os jogos, era a destinação da área da Vila para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. (TANAKA, OLIVEIRA, BIENENSTEIN, SÁNCHEZ, VAINER, LOBINO, BIENENSTEIN, 2018, p.51)

O argumento utilizado pelo governo para remover a Vila Autódromo passa a ser a necessidade de construir o Parque Olímpico. Em fevereiro de 2010, após uma mobilização dos moradores em frente à prefeitura, o prefeito afirma que a remoção da comunidade Vila Autódromo estava sendo exigida pelo COI – Comitê Olímpico Internacional.

Logo após essa reunião – e para dar resposta à provocação do prefeito –, os moradores buscaram a Defensoria Pública e um coletivo técnico de apoiadores com intenção de produzir um projeto que demonstrasse que a permanência da Vila Autódromo poderia ser compatível com as instalações olímpicas. (TANAKA, OLIVEIRA, BIENENSTEIN, SÁNCHEZ, VAINER, LOBINO, BIENENSTEIN, 2018, p.53)

Este período é marcado por uma série de reuniões entre a comunidade e a Prefeitura. O poder público tenta convencer os moradores de que não era possível urbanizar a área sem remover as pessoas. E a Prefeitura ainda insistia que, a remoção era uma exigência do Comitê Olímpico Internacional.

O Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), da Defensoria Pública, em conjunto com os moradores, elaborou então o documento “Notificação ao COI sobre a proposta de remoção da Comunidade Vila Autódromo para definição de um perímetro de segurança para os Jogos Olímpicos de 2016”, endereçado ao presidente do Comitê Olímpico Internacional Sr. Jacques Rogge, com cópia para a Comissão de Ética da entidade. (TANAKA, OLIVEIRA, BIENENSTEIN, SÁNCHEZ, VAINER, LOBINO, BIENENSTEIN, 2018, p. 53-54)

Em agosto de 2011, o resultado do Concurso Internacional Parque Olímpico Rio 2016, promovido pela Empresa Olímpica Municipal e organizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, dava direção contrária às iniciativas da Prefeitura. A proposta vencedora para o Plano Geral Urbanístico para o Parque Olímpico, elaborada pelo escritório londrino Aecom, mantinha a maior parte da Vila Autódromo, mostrando a compatibilidade possível com o Parque Olímpico. (TANAKA, OLIVEIRA, BIENENSTEIN, SÁNCHEZ, VAINER, LOBINO, BIENENSTEIN, 2018, p. 57)

Entretanto, a Prefeitura seguia firme em seu propósito de remoção da comunidade. Também continuava com suas ações coercitivas, com ameaças e pressões psicológicas. Além do “motivo” alegado, o poder público municipal também passou a contar com um investimento de capital privado.

Para a construção da infraestrutura e parte das instalações, a prefeitura realizou uma concessão administrativa na modalidade Parceria Público-Privada, com prazo de vigência de 15 anos. A única proposta apresentada, portanto, vencedora, foi a do Consórcio Rio Mais, composto pelas construtoras Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken. A Carvalho Hosken é também a principal proprietária de terras do entorno do Parque Olímpico (com histórico de grilagem), portanto, principal beneficiária da valorização imobiliária gerada pelas obras. O consórcio é responsável por implantar toda a infraestrutura do Parque Olímpico e manter a área por 15 anos; além de construir os três pavilhões que farão parte do futuro Centro Olímpico de Treinamento (COT), o Centro Internacional de Transmissão (IBC), o Centro de Mídia Imprensa (MPC), um hotel e a infraestrutura da Vila dos Atletas (que também está sendo erguida na Barra da Tijuca). (Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíada do Rio de Janeiro, 2015, p.73)

Em outubro de 2011, na reunião do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de

Janeiro, Inalva Mendes Brito, uma moradora da Vila Autódromo, propôs a elaboração de um plano alternativo de urbanização para a comunidade. Isto porque, em uma das muitas reuniões com a prefeitura e com a Secretaria de Habitação, o prefeito havia provocado a comunidade a apresentar um projeto alternativo que mostrasse que a urbanização era compatível com a permanência das famílias.

Na reunião estava presente o Prof. Carlos Vainer, coordenador do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – ETTERN-IPPUR/UFRJ, integrante do Comitê, que se comprometeu a constituir uma equipe técnica para dar apoio à comunidade na elaboração de seu plano. A primeira visita da “equipe do Plano Popular” – como viria a ser designada pelos moradores depois – à Vila Autódromo para dar início aos trabalhos aconteceu em 5 de novembro de 2011.” (TANAKA, OLIVEIRA, BIENENSTEIN, SÁNCHEZ, VAINER, LOBINO, BIENENSTEIN 2018, p.59)

Em 18 de dezembro de 2011, foi aprovada em assembleia dos moradores a primeira versão do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo, que mostrava que a permanência dos moradores era compatível com a urbanização da Vila sem interferir na construção do Parque Olímpico.

O Plano Popular da Vila Autódromo (PPVA), por sua vez, é o resultado e a expressão da resistência e da defesa dos moradores em sua luta pela permanência na área. Contém ações voltadas para o desenvolvimento social, cultural, econômico e urbano abrangendo melhorias urbanísticas dos espaços públicos e do saneamento ambiental, todas elas pensadas, discutidas e decididas pelo conjunto dos moradores com o apoio técnico das universidades públicas. Reafirma o direito da população à área atualmente ocupada, reunindo propostas técnicas que comprovam tal possibilidade como também a da melhoria das condições habitacionais e ambientais lá existentes. Nele, todas as ações surgiram a partir das demandas manifestadas pelos moradores e de sua visão sobre seu local de moradia. (VAINER, BIENENSTEIN, TANAKA, OLIVEIRA, LOBINO, SÁNCHEZ, BIENENSTEIN, 2018, p.112)

O Plano Popular da Vila Autódromo se diferencia por sua metodologia fundamentada no saber popular. A comunidade participou ativamente de sua concepção, junto aos técnicos, professores, pesquisadores e estudantes universitários. O planejamento urbano coletivo e democrático se transformou em poderoso instrumento de luta contra a remoção, seguindo o lema “lutar para planejar e planejar para lutar”. O Plano Popular foi reconhecido e premiado internacionalmente quando, em 2013, ganhou

o prêmio de urbanismo do Deutsche Bank, o Urban Age Award, após concorrer com outros 170 projetos. E, mesmo com essa vitória, o plano foi ignorado pela prefeitura.

A prefeitura atuou de maneira estratégica contra os moradores, valendo-se da conivência e da omissão da justiça. Serviços básicos como coleta de lixo, fornecimento de luz, água e entrega de correspondência foram suspensos. A pressão psicológica não parou por aí. A prefeitura passou a promover choques de ordem em que os comércios foram fechados. A atuação da prefeitura também foi se transformando, com ações cada vez mais violentas: casas foram derrubadas com tudo dentro, moradores foram espancados pela Guarda Municipal, as casas isoladas dentro do Parque Olímpico ainda em construção, separadas do restante da comunidade. A prefeitura começou a retirar todos os serviços públicos do entorno, deixando para trás um cenário de devastação, com casas esburacadas, escombros abandonados. Parecia um cenário de pós-guerra. Violência, ameaças, covardia, omissões, impunidade, mentiras, corrupção: tudo isto, associado a práticas de suborno e a um investimento absurdo do capital privado, levou à remoção de centenas de famílias. Apenas vinte famílias

conseguiram resistir a este cenário de horror e permanecer no território da Vila Autódromo. A resistência destas famílias preservou parte da área de interesse social e afirmou o direito de habitar em uma área considerada nobre, que foi construída pelos trabalhadores. Além de ser uma grande vitória, a permanência é um marco histórico. Estas famílias conseguiram o que até então parecia impossível: morar ao lado de onde estava sendo construída a infraestrutura para as Olimpíadas.

As Olimpíadas, entre todos os megaeventos, é o mais cruel. Investimentos privados são feitos no país que a sedia. Promove-se uma ideia de construção da cidade que sedia o evento, porém estas construções são feitas com o propósito de atender aos interesses da especulação imobiliária. E a população pobre é removida do local. Conseguir permanecer neste território com as reformas urbanas de valorização ao lado da Olimpíada é uma vitória emblemática de resistência em nossa história. Afinal, em todos os países por onde a Olimpíada passa, pessoas são removidas. (TEIXEIRA, 2017, p.152-153)

Assim como todas as remoções de nossa história, a remoção da população da Vila Autódromo também não considera ou respeita os aspectos culturais da população desalojada. Após a remoção, pescadores foram reassentados em

apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida. Também houve, por um lado, casos de idosos que faleceram pouco tempo após saírem da comunidade e, por outro, casos de jovens que se envolveram com o tráfico ou que foram assassinados por passarem a viver em áreas controladas por milícias. Em todos estes casos, as pessoas reassentadas não se adaptaram à nova moradia e ao rompimento dos vínculos sociais e culturais que mantinham antes.

A moradia adequada está intimamente relacionada com a organização da vida das pessoas. Além da distância entre a casa, o trabalho e a escola, da dificuldade de mobilidade urbana e da questão cultural, temos ainda as relações sociais de apoio estabelecidas dentro de uma comunidade. Quando as pessoas são removidas e sua cultura não é respeitada, o que temos é um choque cultural e muitos problemas sociais impactando as famílias.

No curto prazo, alguns pescadores se tornaram alcoólatras, outros morreram de infarto ou entraram em um estado de profunda depressão. Algumas mulheres que confiavam em seus antigos vizinhos para deixar seus filhos, acabaram sem ter como trabalhar, com muitas dificuldades financeiras. Crianças

que passaram a se atrasar para as aulas na escola ou mesmo que pararam de estudar em razão da mudança de endereço, famílias que se desfizeram em razão das divergências de posicionamento diante do conflito, ou ainda famílias que negociaram suas casas e, por não conseguirem administrar bem a indenização, acabaram, em pouco tempo, sem casa, sem dinheiro e sem amparo.

No longo prazo, provavelmente teremos o crescimento desordenado de outras áreas abandonadas da cidade. Novas favelas devem surgir, ao abandono do poder público, sem infraestrutura, onde, aos poucos, as pessoas vão resolvendo seus problemas mais imediatos, auto-construindo seu entorno e a si próprias, sobrevivendo nesta sociedade desigual. E, após construírem suas novas casas, terão que lutar pelo direito de permanecer nelas. Além disso, a população de rua aumenta todos os dias e o Estado finge não perceber, reforçando ainda mais o quadro de desigualdade. E o legado dos megaeventos? Vidas destruídas.

Aprendemos com essa luta que, para vencer o capital, é preciso ter consciência do real valor da vida. Porque no fim de tudo, aqueles que não conseguem remover através de pressões psicológicas, ameaças, decretos, tratamento sub-humano, violência psíquica

e física, conivências e cansaço. Tentarão subornar com propostas aparentemente sedutoras e só tendo uma determinação e convicção do que se compreende como valor real, direito e respeito será possível dizer não ao capital. É necessário que responda pra si mesmo: Quanto custa a história de um povo? Quanto custa a sua história? Porque, ao negociar sua casa, estará negociando a sua história, a história de seu povo, que com o passar do tempo sofrerá com o apagamento da memória, que muitas vezes, não resiste ao tempo, à falta de registros e ao interesse da história oficial que nos é contada. (TEIXEIRA, 2017, p.153)

A resistência amplia a consciência. Apenas com consciência somos capazes de compreender o valor da memória e da história. Quando compreendemos nossa história, percebemos que nossos direitos foram muitas vezes silenciados, nossas memórias foram apagadas e, com o passar do tempo, elas vão sendo esquecidas. Aliado à ignorância, o esquecimento fragiliza um povo. Ficamos reféns de um sistema desigual, que nos nega direitos já conquistados. Na medida em que os direitos são esquecidos, também deixam de ser cumpridos.

A resistência da Vila Autódromo foi certamente um grande aprendizado para todos que participaram: os próprios moradores desta

comunidade, trabalhadores de profissões variadas – por meio desta resistência pela moradia, compreendemos melhor questões como formação urbana, direito à cidade, identidade, pertencimento, patrimônio, memória esquecimento e história. (TEIXEIRA, BARROS, VENÂNCIO, 2018, p.108)

São nestes processos de resistência e luta por direitos que nossa consciência vai sendo ampliada, vai sendo forjada na luta. Vamos tendo acesso a conhecimentos que, na maioria das vezes, não aprendemos nas escolas, nos museus ou com os monumentos históricos espalhados por nossa cidade. Nas escolas, episódios históricos de invasões, massacres e escravidão são ensinados como descobrimento, desenvolvimento, civilização e progresso. Nos museus somos ensinados a valorizar a cultura daqueles que subjugarão e destruíram a memória, história e cultura de nossos ancestrais. Já os monumentos são certamente os piores e maiores instrumentos de silenciamento e apagamento de memória. São construídos com o claro propósito de valorizar os feitos daqueles que dominaram e escravizaram nossa gente. Com o passar do tempo, vão transformando em heróis aqueles que foram fundamentais no processo de consolidação desta sociedade desigual na qual vivemos. Quando penso em

monumentos, lembro de um filme a que assisti certa vez: “Uma história de amor e fúria”, de Luiz Bolognesi, lançado no ano de 2013. Uma frase deste filme ficou gravada em mim: “Meus heróis morreram lutando contra aqueles que viraram estátua”.

(...) em meio à remoção e à resistência da Vila Autódromo, surge o Museu das Remoções. Trata-se de um museu a céu aberto e compreende-se que todo o território da Vila Autódromo faz parte dele. Afinal, sua proposta é justamente impedir o apagamento desta memória. Para que as pessoas que aqui viveram e construíram este lugar não sejam simplesmente esquecidas, para que as transformações da cidade e do local não sejam capazes de apagá-las, como tantas outras vidas apagadas ao longo de nossa história. O Museu das Remoções surge como uma esperança e mais uma ferramenta de luta, ele nasce em um momento dos mais difíceis de nossa história, um momento em que, a cada dia, a prefeitura conseguia levar mais famílias embora. (TEIXEIRA, 2017, p.162)

Em um cenário semelhante a um pós-guerra, ruas com escombros, casas esburacadas, ruas sem iluminação pública, caminhões e tratores passando a todo instante, fazendo casas tremer e rachando paredes. Todos os dias, casas eram demolidas, sem cumprir nenhuma norma de segurança. Deixando canos de água quebrados



e fios elétricos arrebatados, pendurados, energizados. E a poeira que se espalhava pelo ar, deixando tudo esbranquiçado, como se tivesse havido um bombardeio.

Neste ambiente de destruição e perdas, onde até as árvores estavam sendo todas cortadas, o desconforto, a insegurança e os medos vão transformando a vida em algo difícil e preocupante. A resistência inicia uma série de ações de revitalização de espaços e humores, que vão desde o embelezamento de áreas de convivência, como o parquinho das crianças e os canteiros de plantas, à realização de festivais culturais, com música, teatro, poesia, rodas de capoeira, cinema, lançamento de livros... um verdadeiro movimento de restauração da beleza e da vida daquele lugar, que insistiam em destruir.

É nesse cenário e momento que surge o Museu das Remoções. Como uma luz, uma esperança de que esta memória não desaparecesse, não fosse removida e esquecida. Mais do que isso, o Museu das Remoções nasce como uma ferramenta de luta, um instrumento no qual, através da história, deste resgate de memórias, pudéssemos mais do que preservá-las, utilizá-las para reafirmar nossos direitos e não permitir que estes fossem esquecidos ou ignorados. (TEIXEIRA, 2017, p.162)

O Museu das Remoções defende o lema “memória não se remove”. Para nós, é como um grito desesperado ecoando em nossos corações. É quase um grito de guerra para que não esqueçamos que a memória de um povo deve ser respeitada e preservada.

## Referências bibliográficas

MÜNCH, Marcela. Direitos Humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

TANAKA, Gisele, OLIVEIRA, Fabrício Leal de, BIENENSTEIN, Regina, SÁNCHEZ, Fernanda, VAINER, Carlo,; LOBINO, Camilla, BIENENSTEIN, Glauco. Uma História de Luta e Resistência. In: TANAKA, Gisele, OLIVEIRA, Fabrício Leal de, SÁNCHEZ, Fernanda, BIENENSTEIN, Regina, BIENENSTEIN, Glauco, VAINER, Carlos, CONSENTINO, Renato, MEDEIROS, Mariana, MONTEIRO, Poliana (orgs.). Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra e Capital, 2018.

TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza, BARROS, Joyce Mendes Gomes, VENANCIO, Alex Rodrigues. O museu brasileiro, seus quereres e poderes, para uma improvável definição – e o caso do Museu das Remoções. In: SOARES, Bruno Brulon, BROWN, Karen, NAZOR, Olga (orgs.). Definir os museus do século XXI: experiências plurais. Rio de Janeiro: ICOFOM – Internacional Comitê de Museus, 2018.

TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Resistência, pelo direito, história e memória. In: CALABRE, Lia, CABRAL, Eula Dantas Taveira, SIQUEIRA, Maurício, FONSECA, Vivian (orgs.). Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017.

VAINER, Carlos, BIENENSTEIN, Regina, TANAKA, Gisele, OLIVEIRA, Fabrício Leal de, LOBINO, Camilla, SÁNCHEZ, Fernanda, BIENENSTEIN, Glauco. A Permanência é Possível: A Elaboração do Plano Popular. In: TANAKA, Gisele, OLIVEIRA, Fabrício Leal de, SÁNCHEZ, Fernanda, BIENENSTEIN, Regina, BIENENSTEIN, Glauco, VAINER, Carlos, CONSENTINO, Renato, MEDEIROS, Mariana, MONTEIRO, Poliana (orgs.). Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra e Capital, 2018.

Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Publicado pelo Comitê Popular das Copas e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015, p73. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2015/12/10/dossie-rio-olimpiadas-2016-os-jogos-da-exclusao>.

FORTALEZA - CE  
SERVILUZ

# PRÁTICAS DE PESQUISA-AÇÃO DO LEHAB EM FORTALEZA: DESAFIOS NA LUTA PELO DIREITO À CIDADE

Renato Pequeno - Valéria Pinheiro

## INTRODUÇÃO

Neste artigo pretende-se resgatar, de maneira breve, algumas das práticas de pesquisa-ação conduzidas pelo Laboratório de Estudos da Habitação da Universidade Federal do Ceará (LEHAB-UFC) ao longo dos últimos anos. Trata-se de um período de extrema riqueza e de aprendizado mútuo, seja para aqueles que compõem o grupo de pesquisadores e pesquisadoras do laboratório, seja para as comunidades, entidades e coletivos junto aos quais atuamos.

Criado em 2012, o LEHAB passou a ser um espaço de discussão sobre as questões habitacionais do estado do Ceará, especialmente de Fortaleza, dando prosseguimento às atividades que vinham sendo realizadas por seus pesquisadores. Como universo de investigações que seus componentes vinham realizando desde os anos 2000, vale destacar: (i) os trabalhos vinculados à Rede Observatório das Metrópoles, que tratam da região metropolitana de Fortaleza e abordam os processos de planejamento urbano, seus impactos e as formas de produção

habitacional; (ii) as pesquisas associadas ao Grupo de pesquisa Globalização, Agricultura e Urbanização, onde a questão da moradia é tratada como variável que melhor explicita o quadro de desigualdades que assola as cidades do agronegócio, sejam elas cidades médias ou centros regionais.

De antemão, vale mencionar que, em Fortaleza, o crescimento urbano desordenado, o desenvolvimento desigual, a limitada produção habitacional e as condições precárias de moradia vem sendo temas de discussões desde as décadas passadas, revelando uma série de conflitos entre os diferentes agentes da produção social do espaço, perceptíveis em suas diferentes escalas. Via de regra, constata-se a aproximação de alguns destes atores em seus interesses, notadamente o setor imobiliário, a indústria da construção civil e o Estado, este último em suas diferentes esferas de governo.

Diante dos processos de planejamento participativo e da formulação de políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitacional conduzidos desde os anos 2000, novas arenas

de debate passam a ser utilizadas, onde alguns grupos e mesmo certos atores isolados passam a intervir visando o enfrentamento das disparidades e a redução da exclusão territorial. Neste sentido, a universidade, por meio de seus grupos de pesquisa e extensão, passou a ganhar maior importância, especialmente num contexto em que as organizações não governamentais vêm perdendo espaço e poder de articulação. Ao mesmo tempo, as instituições privadas passaram a avançar mais na proposição de normas a seu favor e na supressão de outras que contrariem seus interesses. Some-se a isso o fato de que parte dos antigos movimentos sociais, entidades e articuladores se institucionalizaram, seja participando de conselhos, seja atuando diretamente na administração, o que tem levado a um posicionamento menos crítico por parte de alguns de seus representantes, ampliando ainda mais os desequilíbrios nos processos decisórios.

Frente a esta situação, o LEHAB passou a cumprir um papel especial na conjuntura local, passando a compor a Frente de Luta por Moradia, que reúne entidades, comunidades, movimentos e coletivos remanescentes do Comitê Popular

da Copa, e outros que tornaram-se alvo de ameaças de remoção, vinculados às demais situações de violação de direito à cidade e à moradia digna.

Neste mesmo período, surgiu a oportunidade de seus componentes ocuparem posições de representação da Universidade Federal junto a comissões e conselhos municipais diretamente associados às questões urbana e habitacional. Desta forma, para além da obtenção de informação, o acesso direto e presencial aos debates, inclusive com a possibilidade de voto e pronunciamento, permitiu que o LEHAB-UFC se posicionasse de maneira crítica frente aos desmandos e aos conluíus presenciados nestas instâncias de participação vinculadas às políticas públicas de desenvolvimento urbano e de moradia.

Para além da atuação nestas arenas, buscou-se disseminar e informar os conteúdos das discussões em torno de tais processos, visando repercutir junto à sociedade civil as temáticas e propostas em voga, bem como alardear sobre os seus possíveis impactos.

Vale aqui mencionar o encadeamento e a complementariedade das pesquisas realizadas desde 2012. Inicialmente, nossos estudos investigativos se voltaram para a avaliação de políticas públicas junto à rede Observatório das Metrôpoles, verificando o papel do Programa Minha Casa Minha Vida frente às diferentes formas de produção habitacional vigentes. No caso, especial atenção foi dada para seus arranjos institucionais, às condições de inserção urbana dos empreendimentos, à qualidade dos projetos, assim como ao impacto do programa na vida dos beneficiários. Mais ainda, por conta da amplitude do programa, atendendo a diferentes faixas de renda, foi possível melhor compreender as condições de estruturação urbana da metrópole cearense, graças à sua distribuição espacial dispersa, periférica, fragmentada e segmentada.

Posteriormente, para além da avaliação de políticas públicas, as práticas assumiram novo caráter, voltando-se para incidir na própria formulação do programa. Tendo como objetivo analisar como os processos e mecanismos de inclusão socioespacial de assentamentos urbanos precários e de produção habitacional de interesse social vinham sendo utilizados pelo poder local em suas políticas e em seus programas e projetos, no contexto de implementação de infraestruturas,

a pesquisa “Estratégias e instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade no Brasil – avanços e bloqueios” deu início às práticas de pesquisa-ação do Lehab.

Tendo como eixos temáticos (i) a dissociação das políticas urbana e habitacional, (ii) o incremento da segregação espacial mediante a produção de grandes conjuntos periféricos e (iii) o reconhecimento das transformações nos movimentos sociais urbanos de moradia, esta investigação se deteve no acompanhamento dos processos de planejamento urbano. Contudo, num período em que o contingenciamento de recursos federais passou a comprometer o andamento dos grandes projetos, restou como opção atuar junto à regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), na revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e na contestação de uma série de projetos especiais submetidos à comissão permanente do plano diretor.

Pouco a pouco, foi possível verificar como as diferentes formas de parcerias público-privadas (PPPs) passaram a ganhar espaço e peso no financiamento do desenvolvimento urbano e na implementação de políticas públicas. Verificou-

se ainda o desenvolvimento de um processo de desregulamentação regulamentada, em que o setor privado, por meio de suas entidades de classe e seus consultores, passou a influenciar mais diretamente no conteúdo das normativas urbanísticas. Gradativamente percebeu-se a disseminação das PPPs e a diversificação de suas formas, requerendo inclusive a ampliação do conceito, conforme sugeriram Morado e Freitas (2017). Para além das concessões de serviços públicos e de equipamentos, sejam elas patrocinadas ou administrativas, aumenta o número de operações urbanas consorciadas, projetos especiais, outorgas onerosas do direito de alterar o uso do solo, e mesmo o uso de zoneamento especial favorecendo o setor imobiliário por meio de maiores ganhos em termos de potencial construtivo.

Paralelamente, diante dos impactos visualizados em decorrência destas práticas, o número de remoções forçadas e violentas aumenta progressivamente. As remoções também se tornam tema de pesquisa-ação. Neste sentido, com o apoio do Escritório de Direitos Humanos Frei Tito de Alencar (EFTA) e da Defensoria Pública do Estado do Ceará, partiu-se para a criação do Observatório de Remoções de Fortaleza, que começou a desenvolver uma

análise crítica da distribuição espacial dos casos de despejos forçados.

Atualmente, todos estes estudos convergem para a pesquisa denominada “Regimes Urbanos”, inserida no Observatório das Metrôpoles, que procura compreender a atuação de novas coalizões urbanas no atual contexto de neoliberalismo, na forma como se dá o empresariamento das cidades.

## DE QUE CIDADE ESTAMOS FALANDO?

Para melhor compreender as ações realizadas pelo LEHAB, é fundamental conhecer como tem se dado o processo de estruturação urbana de Fortaleza, município que está inserido em uma das maiores regiões metropolitanas brasileiras nas últimas décadas. Como ponto de partida, a análise da distribuição espacial das atividades econômicas, na forma como se associa à reestruturação produtiva, aponta para algumas dinâmicas que caracterizam os espaços da produção na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) em suas transformações e nos seus deslocamentos.

Com relação ao setor secundário, para além da supressão de antigas plantas industriais, verifica-se, desde os anos 1970, a saída de muitas indústrias de Fortaleza para municípios periféricos da RMF. Também se constata a chegada de empresas provenientes da região concentrada, as quais passaram a compor novas áreas, como os distritos industriais municipais de diferentes portes, os corredores ao longo das vias regionais e os complexos industriais portuários. Tudo isso permite a apropriação de investimentos públicos feitos em infraestrutura e logística pelo setor privado produtivo.

Quanto ao setor terciário, observa-se, no mesmo período em tela, um amplo crescimento ao longo de eixos viários convergentes para o centro tradicional, marcados pela progressiva implantação de shopping centers. Estes, juntamente a edifícios institucionais, revelam um processo histórico de movimentação das atividades do centro tradicional, inicialmente para os bairros ao leste e, posteriormente, para o eixo sudeste. Vale apontar que estas grandes vias se diferenciam segundo os padrões de consumo da população situada no entorno, bem como em relação aos respectivos polos que orientam cada um dos eixos na direção periférica. Destaque para os vínculos entre os eixos de comércio e serviços à

incorporação imobiliária, dado que os mesmos passam a abrigar edifícios empresariais, centros médicos, universidades privadas e complexos de múltiplos usos. Neste sentido, ganha importância o eixo ao sudeste que estrutura o deslocamento em direção aos condomínios horizontais e loteamentos fechados.

Constata-se ainda o espraiamento da atividade turística ao longo do litoral desde a capital, nas direções leste e oeste, trazendo fortes impactos sobre comunidades tradicionais. Via de regra, os empreendimentos turísticos têm se apropriado de maneira indevida dos elementos naturais, privatizando seu acesso e reforçando padrões de segregação. Realce para as obras de infraestrutura e aos equipamentos construídos pelo Estado, atuando como indutores desta atividade, via de regra com recursos obtidos junto aos organismos internacionais. Neste quadro, a presença de resorts e de novos empreendimentos imobiliários demonstram o atrelamento do turismo aos grandes incorporadores e aos empresários da construção civil.

Para tanto, a realização de obras de infraestrutura e equipamentos construídos pelos governos estadual e municipal, com recursos obtidos mediante empréstimos junto a organismos internacionais, deixa claras as intenções de atrair

novos investidores. Para citar alguns dos mais recentes, mas sem a intenção de esgotar o amplo leque: a Arena Castelão, o Centro de Eventos, o Terminal Portuário de Passageiros, a ampliação do aeroporto, o Aquário, grandes obras viárias e redes de abastecimento de água destinadas para setores estritamente turísticos, dentre outros, sendo que estes equipamentos já se encontram em processo de concessão.

As condições de moradia correspondem às variáveis que melhor explicitam as desigualdades que assolam Fortaleza. Só na capital cearense, 856 assentamentos urbanos informais são reconhecidos pela prefeitura, totalizando quase 1,1 milhão de pessoas. Ainda que as favelas predominem, outras formas de precariedade têm se expandido, como áreas de risco, cortiços, loteamentos clandestinos e até mesmo conjuntos habitacionais produzidos pelo município, seja pela situação fundiária irregular, seja pelas péssimas condições de habitabilidade no que diz respeito à construção e à infraestrutura disponível.

Em resposta ao problema da moradia, vale mencionar que, desde os anos 1960, ocorreu a implantação de grandes conjuntos habitacionais representativos do período do Banco Nacional de Habitação (BNH), o que promoveu a expansão da metrópole na direção sul e

sudoeste. Posteriormente, ao longo dos anos 1990, quando se iniciou a municipalização das políticas de moradia de interesse social, os empreendimentos diminuíram no tamanho e passaram a ser construídos em pequenos fragmentos de tecido urbano. Some-se a isso o início das obras de urbanização de favelas que contribuem com a maior dispersão das intervenções, ainda que as escolhas tenham sido concentradas nas áreas mais valorizadas.

Mais recentemente, desde meados dos anos 2000, com a recuperação das políticas públicas voltadas para a produção habitacional através do Programa Minha Casa Minha Vida, retoma-se a produção em larga escala nas mesmas localizações dos anos 1960, reforçando o processo de conurbação entre Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, evidenciando-se a oposição entre o eixo de segregação voluntária ao sudeste e o outro de segregação involuntária ao sudoeste. Além disso, municípios, como Pacajus e Horizonte, também passaram a contar com novos conjuntos do PMCMV, o que trouxe graves problemas de inserção urbana. Da mesma maneira, cabe apontar o impacto das obras de urbanização de assentamentos precários pelo Programa de Aceleração do Crescimento, beneficiando, ainda que parcialmente, cerca de 111 comunidades só em Fortaleza.

Entretanto, com o crescente déficit habitacional, com a inadequação domiciliar aviltante e frente às tendências de retração dos investimentos públicos no setor, o cenário passa a ser dos mais pessimistas. Por um lado, expande-se o processo de favelização nas periferias, avançando nos municípios vizinhos à capital; por outro, as áreas de ocupação melhor localizadas enfrentam diversos problemas, dentre os quais: adensamento excessivo via autoverticalização e ocupação de todo o terreno; crescimento do mercado informal, inclusive de locação, decorrendo no encortiçamento e na substituição de famílias com menor poder aquisitivo por outras com maior capacidade de pagamento.

Chama atenção que todas estas dinâmicas ocorreram sem que houvesse qualquer processo de planejamento territorial promovido pelo governo estadual, muito menos sob a égide de uma agência governamental comandada pelos municípios. Tampouco ocorreu a busca pela compatibilização entre os diversos planos municipais de desenvolvimento, realizados segundo a lógica empresarial e tecnocrática do planejamento estratégico. Ao invés de colaborarem umas com as outras, o que prevaleceu foi a máxima do incentivo à competição entre as cidades.

## PRÁTICAS DE PESQUISA-AÇÃO DO LEHAB

Diante deste cenário, o Laboratório de Estudos da Habitação adaptou suas estratégias de pesquisa de modo a conciliar o acompanhamento, a interferência em espaços de planejamento institucional, a construção e o exercício cotidiano de práticas de planejamento alternativo. A partir das pesquisas realizadas pelo LEHAB, atividades de cunho mais extensionista foram se tornando cotidianas e integralmente associadas às análises de dados e reflexões empreendidas pelos/as pesquisadores/as. Sobre isto, citamos como exemplos cinco experiências interligadas:

### ATUAÇÃO EM CONSELHOS MUNICIPAIS DE POLÍTICA URBANA: LEGITIMAÇÃO DO QUE JÁ ESTÁ PREVIAMENTE DECIDIDO OU APOSTA AINDA VÁLIDA NA GESTÃO DEMOCRÁTICA?

Representando a Universidade Federal do Ceará, o LEHAB compôs a Comissão Permanente de Avaliação do Plano Diretor (CPPD) e o Conselho Municipal de Habitação Popular (COMHAP). Vinte e quatro anos após a sua criação pela Lei Municipal n. 7.813 de 1995, a CPPD segue

funcionando como instância de consulta e assessoramento da gestão em questões relativas à política de desenvolvimento urbano, apesar das graves denúncias que existem a respeito de sua atuação. Neste espaço, cujos membros nunca foram eleitos, mas sempre foram indicados, e cuja composição não é atualizada com agentes contemporâneos do debate e disputa da cidade, são votados projetos do interesse do capital imobiliário, colocados em pauta pela Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA). Estes projetos ditos especiais, que ultrapassam parâmetros previstos no Plano Diretor, são aprovados quase que por unanimidade na CPPD, sendo o voto do LEHAB/UFC sempre vencido, apesar da apresentação de pareceres externos (como, por exemplo, os pareceres técnicos do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU), de argumentação técnica quanto ao impacto de mudanças determinadas e da falta de justificativas da prefeitura a respeito de cada iniciativa.

Trata-se de projetos que comprometem e ameaçam a preservação de nosso sofrido patrimônio arquitetônico e natural. Além disso, as iniciativas desconsideram os efeitos que podem vir a causar sobre os moradores das proximidades, dentre os quais destacamos:

(i) concessão de licenciamento prévio para implantação de usina de asfalto móvel nas oficinas do Urubu, desconsiderando impactos à saúde da população vivendo naquelas proximidades, assim como o fato de que este terreno corresponde a uma Zona Especial de Interesse Social do tipo 3 (ZEIS 3), devendo ser destinado à implantação de habitação de interesse social;

(ii) aprovação de edificações multifamiliares que extrapolam os limites de altura e os índices de aproveitamento do solo fixados pelo Plano Diretor, além de ocuparem faixas de preservação permanente;

(iii) aprovação de empreendimento hoteleiro sobreposto ao Edifício São Pedro, em desacordo com as diretrizes da instrução de tombamento;

(iv) aprovação de operações urbanas consorciadas que privilegiam tão somente o setor privado, sem levar em consideração as comunidades vivendo em assentamentos precários no seu entorno; (trecho da Nota de Esclarecimento entregue em 09 de maio de 2017 ao reitor da UFC, pelos professores Romeu Duarte, Clarissa Freitas e Renato Pequeno, solicitando posicionamento do mesmo quanto à esta comissão)

Nesta comissão, estão presentes representantes do Sindicato das Indústrias da Construção Civil, CREA, Associação dos Geógrafos do Brasil, e, por parte do movimento popular, há apenas a

Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza que tem sempre se posicionado a favor dos projetos apresentados pela Prefeitura e pelo mercado imobiliário. Há uma demanda de setores organizados da sociedade civil e do Ministério Público para que a Prefeitura cumpra a lei do Plano Diretor, destitua a CPPD e convoque eleições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, pleito este não atendido apesar de estar, há 10 anos, previsto na legislação, no seu artigo 305, inciso VIII. Diante disso, após anos investidos participando da CPPD, apesar de reconhecermos que a Comissão é um espaço privilegiado para obtenção de informações que a gestão municipal trata como privadas, o LEHAB decidiu por sua retirada, entregando sua representação.

Já a concepção do COMHAP se aproxima do que acreditamos ser um dos melhores formatos para uma gestão democrática. Formado por membros eleitos na Conferência Municipal de Habitação, os integrantes são representantes de seis segmentos diferentes e têm a responsabilidade de deliberar sobre a política habitacional de Fortaleza. Talvez por isso o espaço nunca tenha funcionado a contento, tendo sido desprestigiado pela gestão. O único avanço do primeiro ano do Conselho foi a aprovação do seu regimento interno, mesmo diante do enorme problema de moradia na

cidade. De lá para cá, as reuniões estão cada vez mais esvaziadas e há pouco debate substancial sobre a política habitacional. No momento, estamos avaliando se é estratégico continuarmos investindo energia neste espaço, já que uma nova Conferência de Habitação se aproxima.

### ENCONTROS DE COMUNIDADES – CARTOGRAFIA SOCIAL DA QUESTÃO DA MORADIA ABRINDO POSSIBILIDADES PARA A INSTALAÇÃO DE ASSEMBLEIAS POPULARES

No contexto da realização da pesquisa de advocacy “Estratégias e instrumentos de planejamento e regulação urbanística voltados à implementação do direito à moradia e à cidade no Brasil – avanços e bloqueios”, com o apoio da Fundação Ford e do CNPq, realizada em rede com equipes da UFRJ (Observatório das Metrôpoles) e da USP (Labcidade), o LEHAB passa a ter uma atuação continuada junto a movimentos populares.

Avaliando a fragmentação dos movimentos sociais, o aumento das denúncias de despejo e o recrudescimento das ações do poder público para efetivar o projeto de cidade pensado

Figura 12. I Encontro de Comunidades.



Fonte: LEHAB, 2015.

pelo mercado imobiliário, decidiu-se pela realização de um Encontro de Comunidades, na perspectiva da disseminação de informações e da articulação entre as diversas lutas.

Esta atividade foi inspirada na experiência da Escola de Planejamento Urbano e Pesquisa Popular da ONG CEARAH Periferia, que não existe mais. A iniciativa foi construída com a colaboração de diversos parceiros envolvidos com ensino, pesquisa e extensão sobre questões urbanas.

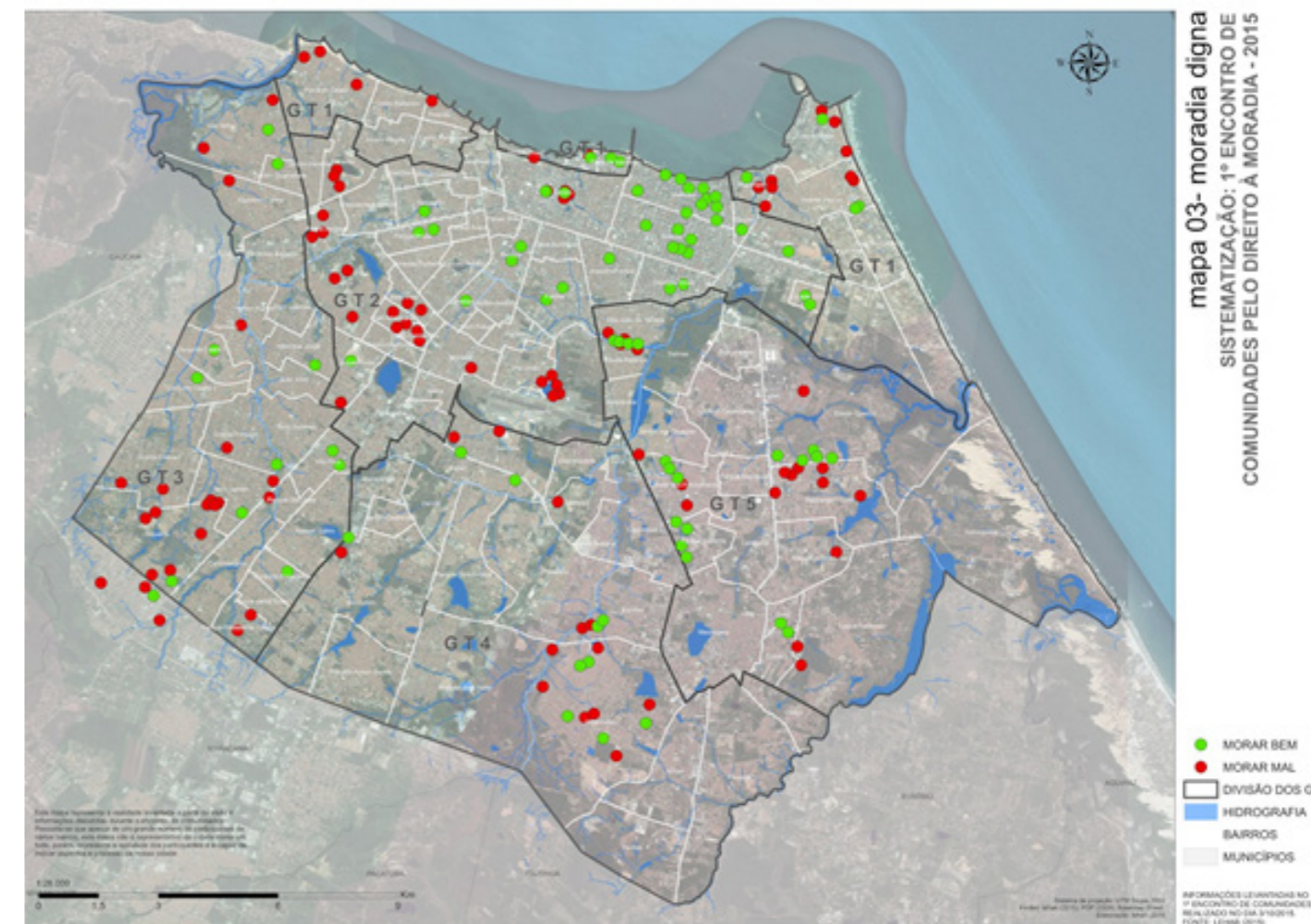
Pensada coletivamente, a metodologia objetivava: promover a elaboração de uma cartografia de Fortaleza a partir do ponto de vista das comunidades, sempre primando pelo diálogo entre os saberes populares e técnicos; promover a integração entre diferentes movimentos sociais urbanos e seus apoiadores, que atuam em processos de planejamento insurgentes; pensar em estratégias coletivas para agir contra o modelo de cidade imposto pelas autoridades locais; e principalmente capacitar e dividir informações a respeito dos processos de planejamento urbano local e sobre as intervenções governamentais, considerando ainda que se aproximava a data para a Conferência Municipal de Habitação, quando seria eleito o Conselho Municipal de Habitação Popular.

O primeiro Encontro de Comunidades pelo Direito à Moradia contou com a participação de cerca de 150 pessoas, oriundas de 39 dos 118 bairros da cidade. Entre os participantes, havia estudantes, técnicos e comunidades, com a representação de oito instituições de ensino superior e mais de trinta entidades, entre movimentos sociais urbanos, associações de moradores, movimentos ambientalistas e ONGs de defesa dos direitos humanos.

Após este Encontro, o LEHAB organizou mais um. O terceiro e o quarto Encontros já foram realizados sob a condução de comunidades e entidades da Frente de Luta por Moradia. O principal desdobramento destes encontros foi as Assembleias Populares pelo Direito à Cidade (posteriormente o nome foi encurtado para Assembleia Popular da Cidade).

As Assembleias são espaços autogestionários, realizados com uma periodicidade mensal e são também itinerantes. Servem ao fortalecimento de demandas locais, ao intercâmbio de experiências e à socialização de informações. No total, foram realizadas 10 assembleias e, no momento, este espaço de articulação encontra-se em reorganização.

Figura 13. Mapeamento sobre moradia digna construído no I Encontro de Comunidades.



Fonte: LEHAB, 2015.



Figura 14. Material de divulgação da Assembléia Popular.



**5ª ASSEMBLEIA POPULAR PELO  
DIREITO À CIDADE**  
Dia 28/10 às 08:30 na OCUPAÇÃO GREGÓRIO BEZERRA

**28/10  
AS 08:30  
NA OCUPAÇÃO  
GREGÓRIO  
BEZERRA**  
Rua 602, s/ nº, em frente ao  
Posto de Saúde Maciel de Brito

FOTO: TXAI COSTA E MENDES

Fonte: LEHAB, 2017.

### OBSERVATORIO DE REMOÇÕES – ESPACIALIZAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO DAS DENÚNCIAS ENCAMINHADAS AOS ESCRITÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS

Durante a realização dos Encontros de Comunidades, sobressaiu-se a temática das remoções. Foi um tema reiteradamente colocado pelas comunidades e assessorias ali presentes como algo cotidiano, repetido, que vinha aumentando progressivamente e, muitas vezes com muita violência. Em uma das reuniões, alguns moradores trouxeram cartuchos de bala resultantes de uma desocupação violenta ocorrida na noite anterior.

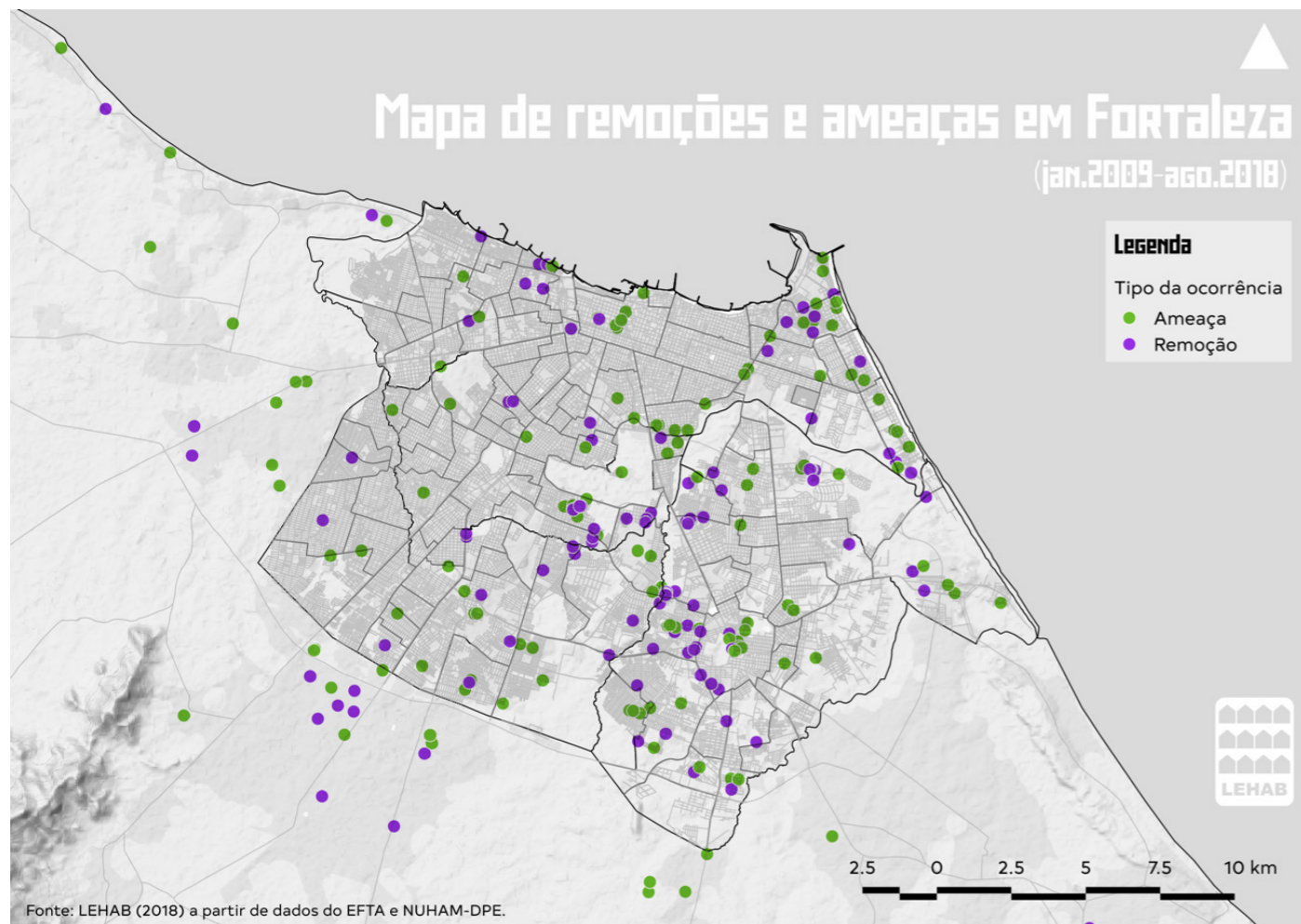
Este também era um tema recorrente nas reuniões da Frente de Luta por Moradia. Apesar da baixa presença de ocupações nesta articulação, as demandas por apoio surgiam principalmente a partir dos escritórios de assessoria jurídica popular e da Defensoria Pública.

Após apresentação, feita pelo LEHAB, sobre a conjuntura da política de remoções violentas de Fortaleza no IV World Planning School Congress, realizado em 2016 no Rio de Janeiro, recebemos um convite para organizar um Observatório de Remoções na cidade. Assumir

mais esta missão só foi possível em razão da parceria que desenvolvemos cotidianamente com o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (EFTA). Posteriormente, somaram-se a esta iniciativa o Núcleo de Moradia da Defensoria Pública do Estado (NUHAM DPE) e o Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Dom Aluisio Lorscheider (EDHAL).

A partir dos dados de todas as denúncias de remoção apresentadas a estes órgãos a partir do ano de 2009 – dados que foram prontamente cedidos, é importante dizer, foi possível sistematizar e cartografar estes eventos, distribuídos em mapas temáticos, de acordo com variáveis discutidas em coletivo. Os casos foram sistematizados em uma planilha eletrônica, que contém os seguintes campos: (i) remoção ou ameaça; (ii) nome do atingido/comunidade; (iii) se pertence a algum movimento social; (iv) data da coleta da informação; (v) localização na cidade ou no bairro; (vi) número de famílias atingidas; (vii) ano de início da ocupação; (viii) se houve ordem judicial e/ou administrativa; (ix) se houve violência psicológica e/ou física; (x) propriedade do terreno; (xi) quem reivindicou a remoção; (xii) quem realizou a remoção; (xiii) estágio da remoção e (xiv) fonte.

Figura 15. Mapeamento produto do Observatório de Remoções.



Fonte: LEHAB, 2018.

Estas informações são atualizadas periodicamente com os novos casos que chegam. São também sobrepostas a outros mapeamentos reveladores das dinâmicas socioespaciais vinculadas aos diferentes agentes da produção social do espaço, de modo a estabelecer conexões com outras análises realizadas pelo LEHAB.

A produção dessas informações sistematizadas pelo Observatório de Remoções/LEHAB mostrou-se de grande importância para tornar o problema visível, para visualizar suas variáveis e para estabelecer correlações com processos em curso na cidade. É fonte para academia, imprensa, para órgãos do sistema de justiça e para movimentos sociais que estão planejando suas intervenções na cidade real.

### CURSO "A PRODUÇÃO CAPITALISTA DA CIDADE: PODERES, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS"

Na perspectiva de disseminar os temas pesquisados pelo LEHAB e contribuir com o fortalecimento da organização das comunidades, realizamos um curso para trinta pessoas

de movimentos sociais e seis integrantes de assessorias populares. O curso foi concretizado graças ao apoio de vários parceiros e a uma campanha de financiamento coletivo na internet, que contou com a contribuição de 118 pessoas, de diversas cidades do país, atingindo 138% da meta estabelecida.

A metodologia dos encontros buscou aliar o repasse de informações, aulas em campo, o debate horizontal, a redação de reflexões dos/as participantes, a leitura de textos, a utilização de mapas. No contexto do curso, os mapas foram muito importantes, pois foram apresentados como estratégias de luta, como narrativas autoconstruídas, ao invés de meras sínteses produzidas pelo Estado.

Os/as participantes necessariamente teriam de fazer parte de movimentos sociais. Este critério surge da necessidade de aumentar o alcance do conhecimento sobre as dinâmicas urbanas, seus agentes, estratégias e possibilidades de disputa. Assim, viu-se a oportunidade de ter o conteúdo compartilhado por meio de militantes de coletivos LGBTs, movimentos culturais, coletivos de juventudes periféricas, pessoas diretamente atingidas por grandes projetos

Figura 16. Participantes do curso.



Fonte: LEHAB.

urbanos, entidades ligadas à igreja, grupos organizados da região metropolitana, além dos movimentos de moradia com os quais o LEHAB já tem um contato mais rotineiro. Isto permite que a universidade contribua para projetar a fala de quem, historicamente, teve sua fala desprestigiada. Os outros participantes do curso, com representantes oriundos das classes populares ou com elas comprometidos, tendem a reforçar esta estratégia, com a repercussão dos conteúdos nos seus outros espaços de atuação.

“Não precisamos de coisas mirabolantes. Fazer poesia marginal e falar no busão pros ‘meus’ já é muita coisa. Agora vamos falar com as pessoas sobre plano diretor, sobre especulação imobiliária!”<sup>1</sup>

A contribuição do curso especificamente na promoção do pensamento de caminhos alternativos de planejamento urbano já encontra reverberação em comentários de membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, que afirmam ter notado uma diferença nos discursos dos movimentos comunitários em eventos públicos, com falas mais aprofundadas, consistentes e conectadas.

1 - Fala de um dos participantes do curso.

## ATUAÇÃO NA FRENTE DE LUTA POR MORADIA E A REGULAMENTAÇÃO DAS ZEIS: DO RELATÓRIO E DA COMISSÃO DAS ZEIS À IMPLEMENTAÇÃO DOS CONSELHOS E ELABORAÇÃO DOS PIRFS

Fortaleza está extremamente atrasada no que diz respeito à implementação das ZEIS. Foi apenas no último Plano Diretor (Lei n. 62/2009) que a cidade teve suas primeiras ZEIS definidas legalmente, sendo estas de três tipos: de ocupação, de conjuntos habitacionais e de vazios.

Em seu artigo 123, o Plano Diretor determina que

As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo.

Apesar da prioridade explicitamente reconhecida na lei, por muitos anos, nada do que diz respeito às ZEIS avançou. A sociedade civil pressionou por meio de diversas ações, como atos, audiências, acampamentos, reuniões, notas na imprensa etc, sob a organização da Frente de Luta por Moradia.

Foi apenas no primeiro semestre de 2015 que a gestão cedeu à pressão e convidou representantes de nove comunidades moradoras de ZEIS, entidades da sociedade civil e poder público, para constituir o Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário das Zonas Especiais de Interesse Social, instituído através do Decreto Municipal n. 13.241, de 21 de outubro de 2013, a fim de avançar na regulamentação deste instrumento. Seu relatório final, entregue ao prefeito em outubro de 2015, traz um diagnóstico situacional e as questões sobre cada uma das áreas demarcadas como ZEIS no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (e na Lei Complementar n. 76/2010, que instituiu a ZEIS do Lagamar). Vale registrar que o LEHAB não foi convidado a compor este comitê, mas participou ativamente desde a primeira reunião e acabou sendo incorporado oficialmente em seguida, na Comissão das ZEIS.

A Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação e Implantação das Zonas Especiais de Interesse Social, instituída pelo Decreto n. 13.827, de 14 de junho de 2016, que foi renovado pelo Decreto n. 13.954 de 11 de janeiro de 2017, tinha na sua composição: representantes do poder público, da sociedade civil e de moradores das 9 ZEIS prioritárias, sob a coordenação do IPLANFOR. O LEHAB foi um dos representantes das entidades da sociedade civil. Por meio da Comissão, conseguiu-se ainda a incorporação da Vila Vicentina como décima ZEIS prioritária, aprovada unanimemente.

Ao fim de muitos meses de trabalho, cinco documentos foram elaborados e aprovados pela Comissão – que, repetimos, também era constituída pela administração municipal. Os documentos foram entregues ao prefeito no dia 23 de fevereiro de 2018. Foram estes: (i) Proposta de decreto de funcionamento dos conselhos gestores das ZEIS 1 e 2 e criação do Fórum Permanente das ZEIS; (ii) Proposta de termo de referência para capacitação dos conselhos gestores das ZEIS; (iii) Proposta de termo de referência para contratação de Plano Integrado de Regularização Fundiária – PIRF; (iv) Proposta de lei de Habitação de Interesse Social em ZEIS 3, em substituição ao

plano de intervenção previsto no Plano Diretor; (v) Minutas de alteração de artigos do PD e LUOS que ameaçam as ZEIS.

Apenas os três primeiros tiveram algum avanço, mesmo com alterações graves e unilaterais feitas pela prefeitura, desrespeitando o que foi construído e acordado por eles mesmos. O Decreto n.14.211, de maio de 2018, que trata sobre a eleição dos conselhos, sofreu com a retirada da vaga das universidades nos conselhos e com a entrada da representação dos vereadores. Além disso, o Fórum das ZEIS foi transformado em espaço apenas consultivo.

O termo de referência para contratação dos Programas Integrados de Regularização Fundiária (PIRFs) passou a ser objeto de negociação com quatro universidades, para que elas fiquem responsáveis pelos planos específicos. Neste modelo, a prefeitura investe pouquíssimo recurso, deixando nítida a falta de priorização deste instrumento. Por exemplo, no convênio com a Unifor para elaboração dos PIRFs das ZEIS do Serviluz, Mucuripe e Praia do Futuro, a Prefeitura investe 245 mil reais e a Unifor tem que dar uma contrapartida de 100 mil reais. No acordo com a UFC, responsável pelos PIRFs das ZEIS do Poço da Draga, Bom

Jardim e Pici, segundo informações recebidas até este momento, a prefeitura não faz qualquer investimento, a Secretaria das Cidades aporta dois milhões de reais e não conseguimos obter a informação sobre o valor a ser empenhado pela UFC. Além disso, foi exigido que as universidades prestassem os serviços no prazo de quatro meses. Na proposta construída coletivamente na Comissão das ZEIS, este processo duraria pelo menos dezoito meses. A diminuição significativa do prazo traz preocupação em relação à superficialidade destes produtos e das condições de efetivo controle social.

Os outros produtos da Comissão, importantíssimos para assegurar que o instrumento não vá ser desmontado na revisão do Plano Diretor que se avizinha, ainda não foram encaminhados pela Prefeitura.

Em todo este processo, a Frente de Luta por Moradia tem sido o principal contraponto às tentativas da prefeitura de impedir a consolidação das ZEIS. A Frente é constituída por comunidades atingidas pelo veículo leve sobre trilhos (VLT), remanescentes da articulação contra os impactos da Copa, por comunidades que habitam em ZEIS, por movimentos de moradia e assessorias técnicas, dentre elas, o LEHAB. Das dez ZEIS

Figura 17. Parte dos/as integrantes da Frente de Luta por Moradia



Fonte: LEHAB, 2018

prioritárias, oito estão representadas e articuladas na Frente, o que nos dá legitimidade e maior capacidade de exercer pressão.

A Frente tem desenvolvido processos de capacitação paralelos ao promovido pela prefeitura. Além disso, tem feito reuniões para antecipar pautas, esclarecer os prós e contras de cada novo passo. Decisões coletivas tem sido tomadas, respeitando a autonomia de cada comunidade. Obtivemos grande sucesso no processo eleitoral do conselho, uma vez que a grande maioria dos conselheiros e conselheiras eleitas são do nosso campo. O LEHAB foi eleito como entidade pela ZEIS do Serviluz. A candidatura do LEHAB representa a Frente de Luta por Moradia, estratégia que foi articulada em acordo com todo os integrantes da Frente. Assim, a presença da universidade fica garantida em um dos conselhos, apesar de a prefeitura ter tentado impedir isto.

A articulação com a promotoria de Conflitos Fundiários do Ministério Público Estadual tem se mostrado bastante importante, dada a sensibilidade e a preocupação deste órgão em respeitar o Plano Diretor.

Neste meio tempo em que os Conselhos foram eleitos e foi dado início ao processo de elaboração de alguns PIRFS – em algumas ZEIS as universidades ainda não foram contratadas, a prefeitura de Fortaleza não alterou em nada seu modus operandi baseado em ameaças de remoção por conta da implementação de grandes projetos urbanos. Estes avançam, inclusive, por cima das ZEIS.

Recentemente, tivemos notícias de ameaças de despejos na ZEIS Cais do Porto, na ZEIS Verdes Mares e de uma comunidade dentro da ZEIS do Lagamar, sendo que esta última é uma das dez prioritárias. A primeira ameaça por conta do projeto Aldeia da Praia, a segunda, para construção de uma obra de mobilidade urbana, e a terceira, por ameaça de um particular.

Todos estes três casos têm recebido atenção da Frente de Luta por Moradia, seja na articulação dos moradores, no repasse de informações, em visitas e, no caso da Verdes Mares, até uma das assessorias da Frente de Luta por Moradia – o Taramela - já apresentou um projeto alternativo em audiência pública, que demonstra a possibilidade de não-remoção para construção da obra.

A ameaça de remoção de centenas de famílias na ZEIS Cais do Porto tem recebido mais atenção do LEHAB por ser imediatamente vizinha à ZEIS do Serviluz, para a qual fomos eleitos conselheiros. Além disso, é uma comunidade que pesquisamos e acompanhamos há alguns anos. Recentemente, os moradores formaram uma comissão. Estamos participando de reuniões para explicar o significado das ZEIS, para articular meios de defesa contra as investidas da prefeitura, etc.

Não temos ilusões nem inocências quanto às ZEIS. Não é um instrumento capaz de resolver todos os problemas enfrentados pelas comunidades. Temos ciência das dificuldades encontradas na aplicação prática do instrumento em outras cidades. Temos sentido de perto todas as ciladas possíveis que aparecem no caminho. Mas é exatamente disto que se trata. A ZEIS nos aparece como um caminho, como algo que faz com que passemos a nos movimentar, organizar, estudar, complexificar as análises e obter alguns ganhos para as comunidades. Tem sido a principal bandeira levantada. As ZEIS nos dão um horizonte de luta interessante. Mas não é nada fácil, principalmente diante da atual conjuntura nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso descrito aqui tem sido um processo riquíssimo de aprendizado para o LEHAB e que se alimenta e repercute em cada uma das atividades de pesquisa-ação analisadas neste texto. Por exemplo: representantes de sete das dez ZEIS prioritárias fizeram o curso do LEHAB, exercem conosco mandato no COMHAP, utilizam os dados do Observatório de Remoções e muitos se aproximaram mais após os encontros de comunidades. Tudo está interligado e é assim que pretendemos continuar avançando neste duro processo de regulamentação das ZEIS.

Nossas previsões iniciais foram se modificando a partir desta interlocução com o real. Para além do estudo de legislações, projetos, atas de reuniões e audiências, a atuação direta, crítica e propositiva nos espaços de diálogo em que os conflitos urbanos se exacerbam nos permite maior apreensão da realidade, na mesma medida em que nos move em direção de sua transformação.

Os seus desdobramentos também vão neste sentido. Enquanto ambiente de pesquisa-ação, o laboratório exercita cotidianamente a leitura da cidade a partir de um olhar mais global, que considera os diretamente atingidos

Figura 18. Reunião com moradores das ZEIS Cais do Porto e ZEIS Serviluz



Fonte: LEHAB.

pelos processos em curso na cidade como protagonistas na construção de um outro modelo de planejamento urbano.

Em 2019, o plano diretor da cidade será revisto. As perspectivas para sua revisão são as piores possíveis, dada a completa desconsideração das instâncias de controle social por parte da gestão atual e dado seu comprometimento com o capital imobiliário. Além disso, a atuação dos

movimentos sociais está bastante fragmentada.

A agudização conservadora que domina a sociedade brasileira, somada ao acirramento dos conflitos urbanos advindos da implementação de um projeto cada vez mais excludente e violento de cidade, desafia as resistências organizadas a se capacitarem e incidirem de maneira mais estratégica na busca pelo direito à cidade como um bem comum.

# SERVILUZ, SINÔNIMO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Pedro Fernandes

## SERVILUZ, SINÔNIMO DE LUTA E RESISTÊNCIA

Bem antes dos colonizadores chegarem nestas terras do Mucuripe, região leste da cidade de Fortaleza, uma das áreas mais cobiçadas do litoral cearense por parte dos especuladores imobiliários e onde está localizada a Favela do Serviluz, habitavam povos de costumes e hábitos bem diferentes dos invasores europeus. Em nossa história recente, a chegada dos colonizadores representou o início do extermínio de vidas e culturas diferentes dos estrangeiros, em especial dos povos originários que habitavam o litoral brasileiro. Até hoje, estes povos – descendentes de índios e negros, pescadores, marisqueiras, surfistas, pessoas nativas que tiram seu sustento, força e alegria para viverem da relação com a natureza local – são expulsos de suas terras. É nesse contexto que se forma uma aldeia urbana, chamada Serviluz. Até hoje, a população luta para conseguir permanecer, com dignidade e respeito, em seu lugar de origem.

O Serviluz, que consta na cartografia oficial da cidade como Cais do Porto e Vicente Pinzon, tem origem em uma usina elétrica instalada

na região com este mesmo nome, nos anos de 1950. O bairro passa a ser adensado a partir da construção do Porto do Mucuripe e do parque industrial que começou a se instalar na região na década de 1960, consolidando-se ao longo das décadas de 1970 e 1980. Sua população é formada por migrantes de várias regiões do Ceará, principalmente do litoral do estado e de outras regiões de Fortaleza. São pessoas que foram expulsas de seus locais de moradia, afastando-se de seus modos de vida originários. Na década de 1960, começaram as primeiras ocupações do Serviluz. As pessoas que aqui chegaram, que passaram a formar este grande contingente populacional, já vinham de um processo de remoção. Elas haviam sido desalojadas de uma antiga região de meretrício que ficava localizada a aproximadamente cinco quilômetros de distância do Serviluz. O local de onde as famílias foram retiradas se tornou um dos bairros com o metro quadrado mais caro de Fortaleza, o Meireles.

O deslocamento forçado das pessoas do antigo bairro para o Serviluz foi carregado de estigmas, que recaíram especialmente sobre alguns personagens sociais: as “raparigas do Farol Velho” sofreram com os mais pesados

Figura 19. Contexto Urbano do Cais do Porto – Serviluz.



Fonte: Plano Diretor Participativo de Fortaleza, 2009; Plano Local de Habitação de Interesse Social 2012; Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFC) 2016

fardos da vigilância moral e dos abusos da violência policial. Na dinâmica do espaço urbano, as prostitutas foram obrigadas a criar diversas estratégias de sobrevivência. Ao serem transferidas para a região próxima ao Farol, estas mulheres receberam pequenas indenizações, quantias insuficientes para melhorar suas precárias condições de vida. O novo local era bastante privilegiado do ponto de vista geográfico mas as condições de infraestrutura encontradas no deslocamento inicial, em 1961 não foram as melhores.

Na implantação do chamado “desenvolvimento urbano”, processo em que as crises e a miséria geram enormes filas de necessitados e escravizados para a construção das cidades, modos de vida são exterminados e outros são impulsionados em nome do “progresso”. Nos anos 1970, o Serviluz sofreu sua primeira remoção. Mais de cem famílias foram removidas da Praia Mansa, lugar dentro do bairro onde atualmente está instalada parte do Porto do Mucuripe e uma usina de energia eólica. As pessoas removidas foram realocadas dentro do próprio bairro, para casas feitas em regime de mutirão numa região de dunas. O local foi cedido pelo poder público estadual da época e é conhecido hoje como Titanzinho.

Nesta região, devido ao movimento das dunas ocasionado pelos fortes ventos em certos períodos do ano, não era incomum que as casas ficassem soterradas, prejudicando os moradores. Diante desta primeira remoção levada adiante pelo poder público, da situação de precariedade e do medo pela possibilidade de sofrer outras remoções, as pessoas passaram a se organizar em torno da pauta por moradia no Serviluz. Deste processo surgem associações com suas lideranças, que passam a representar a população do local junto ao poder público em busca de condições para morar bem. Com o passar do tempo, uma parte do Serviluz tem uma tímida melhoria: saneamento básico, ruas asfaltadas e a construção de alguns equipamentos públicos. Ao mesmo tempo, a outra parte do bairro ficou completamente abandonada. É importante destacar que algumas lideranças foram cooptadas pelos governos, tornando-se os famosos “cabos eleitorais” e atrapalhando o processo de desenvolvimento local na luta por moradia digna com autonomia.

Morar na comunidade do Serviluz é viver em duas cidades diferentes dentro de Fortaleza. Com mais de 60 anos de existência, o Serviluz é um dos locais que sofre com o maior

descaso do poder público dentro da Regional II (uma das seis regiões administrativas que dividem a cidade de Fortaleza). Os moradores consideram que o bairro do Serviluz possui algo em torno de 25 mil habitantes, que nasceram e estão vivendo em meio a uma infraestrutura urbana precária. No Serviluz falta o básico para se morar dignamente. Não há saneamento ou áreas de lazer. O bairro possui um posto de saúde que não funciona com capacidade adequada para atender bem à população. Também tem três escolas de ensino fundamental e uma de ensino médio. Quando terminam o ensino fundamental, muitos dos alunos deixam os estudos por falta de dinheiro para pagar a passagem de ônibus, já que a única escola de ensino médio do território não consegue atender à demanda local e, há bem pouco tempo atrás, não existia ônibus escolar. O bairro possui ainda um Centro de Referência e Assistência Social – CRAS, um Centro Comunitário e um Centro Vocacional Tecnológico – CVT, todos com funcionamento pontual, sem capacidade de atender bem à população e dar conta da demanda.

O Serviluz é formado por três avenidas. A principal delas, onde circulam as linhas de ônibus, possui uma infraestrutura péssima. Motos, carros, ônibus e caminhões passam quase atropelando os pedestres por falta de calçadas. O mesmo acontece na maior parte das ruas do bairro. É possível ver a desigualdade de muito perto, já que menos de dois quilômetros separam o Serviluz dos bairros privilegiados e que concentram a maior parte das obras feitas pela prefeitura na nossa cidade. Nosso bairro fica entre a Beira Mar e a Praia do Futuro, ou seja, entre lugares com melhor estrutura e onde o poder público se faz mais presente. Segundo o Censo Demográfico de 2010, o Serviluz possui renda média de R\$393,02, inferior ao salário mínimo atual. Seu IDH-Educação é 0,386, e está entre os 10 piores da cidade, conforme consta no site da Prefeitura de Fortaleza.

Uma das consequências deste abandono planejado pelo Estado é a violência no Serviluz, manifestada em várias fases em que aumentam os números de violência letal, ganhando



destaque na mídia policial da cidade. A população que mora no Serviluz sofre com o preconceito e a discriminação quando procura por emprego ou pelo simples fato de mencionar o endereço. Até hoje carregamos este estigma de um local violento. O estigma é tão forte a ponto de pessoas da cidade terem medo de visitar o bairro. É uma cidade muito desigual, onde leis são descumpridas pelos criminosos de colarinho branco e o povo das favelas é quem paga por isso, vivendo na precariedade que gera morte. Apesar de toda a sabotagem que sofremos, somos povos agraciados pelo mar. Quem nos visita fica encantado com as belas praias e com uma população alegre, acolhedora e guerreira.

A “favela” do Serviluz tem uma praia que é a sua própria festa. Dela se tira o sustento pela pesca, “tira onda” para surfar e se divertir. Os moradores organizam campeonatos locais de surf, na praia do Titanzinho se bate um racha de futebol e, no mar, banha-se o corpo que já é salgado desde os tempos de infância, pois muitos são nascidos e criados ali mesmo. A contemplação do mar na ponta do espigão, prática recorrente de crianças, adultos e idosos, onde as sociabilidades se constroem no “fluxo das ondas” entre a praia do Titanzinho e a praia

do Vizinho. Um paraíso sem igual que deixa os visitantes encantados. Um paraíso natural que também é banhado por um “mar de sangue” e de lágrimas em razão do alto índice de violência letal, mas também de esperança. A esperança está, por exemplo, no esporte como construção de cidadania e de “salvação” dos jovens (SÁ, 2010, p.5).

Em 2010, tentaram construir o Estaleiro Promar Ceará no Serviluz. O projeto do estaleiro pretendia remover boa parte da comunidade que mora em torno do Farol Velho e de um trecho da Rua Titan, entre as Avenidas Vicente de Castro e Leite Bardosa. A iniciativa partia do governo do Estado em parceria com uma empresa privada. Depois da remoção realizada na década de 1970, esta foi uma das maiores ameaças pelas quais a população do Serviluz já passou. Os moradores precisaram se organizar para não sofrer mais uma remoção. Essa organização se deve muito a novos perfis de pessoas, associações e coletivos independentes que se articularam com outros movimentos da cidade na luta por moradia digna. Muitas delas já vinham de outras lutas, como a da implementação do Plano Diretor da Cidade, quando Serviluz se tornou Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Entre os

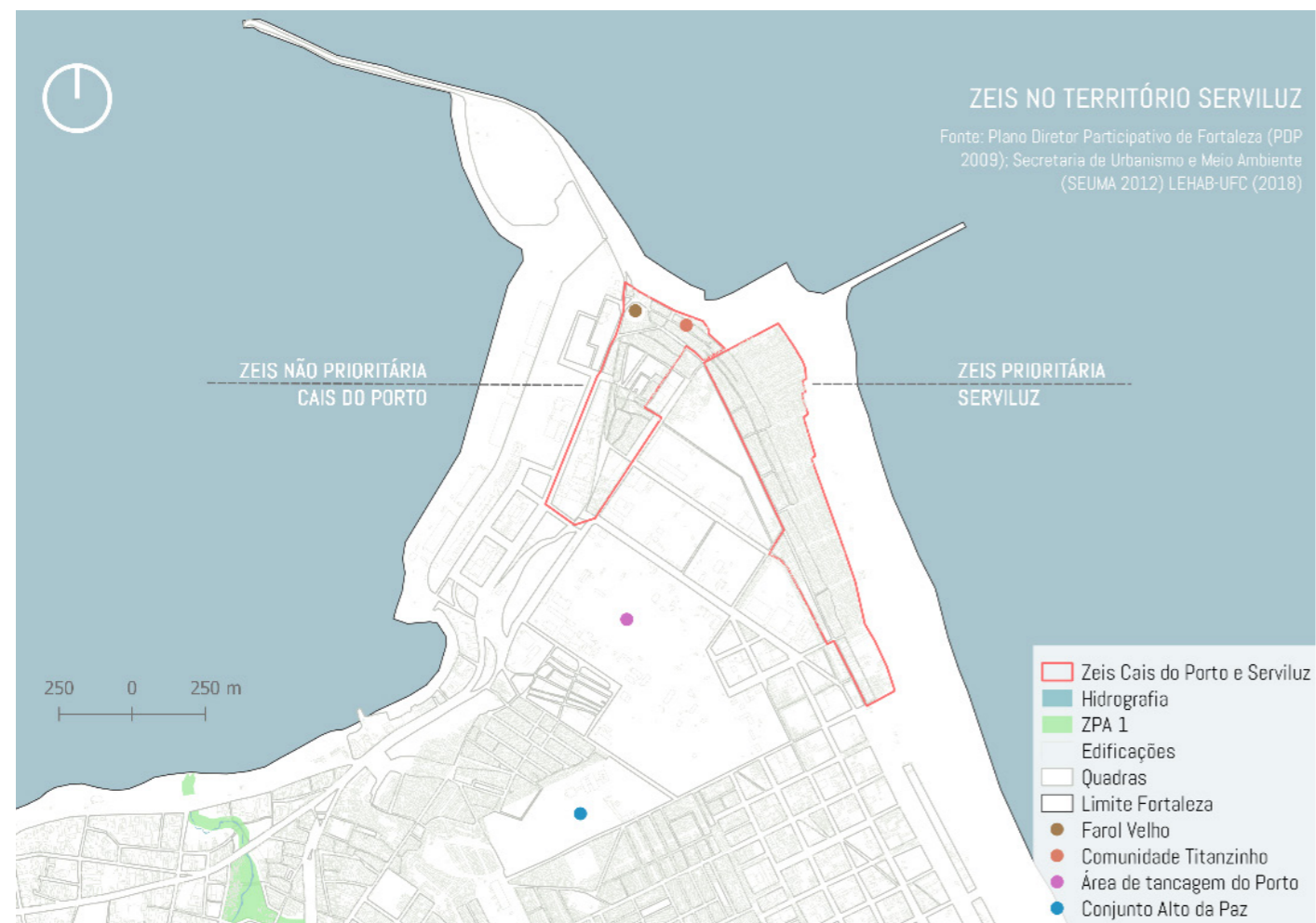
grupos que lutaram contra a implementação do estaleiro, podemos citar: Movimento dos Conselhos Populares – MCP, Serviluz Sem Fronteiras, Associação de Moradores do Titanzinho, Escola Beneficente de Surf do Titanzinho, Titanzinho Surf Club – TSC. Junto com outros agentes locais e da cidade, estes grupos se mobilizaram, trocaram experiências para formular uma pauta que iam muito além da não-remoção. Ia na direção da construção de oportunidades, de outras possibilidades para as pessoas nativas. As pautas foram fundamentais para a formação de pessoas interessadas na luta por melhorias. Nesse período, assembleias populares e audiências eram realizadas frequentemente. Identificamos pessoas estratégicas para este momento, como produtores de vídeos, ambientalistas, artistas de rua entre outros, que passaram a ser protagonistas dessa história em conjunto.

É importante mencionar que o projeto do estaleiro previa um grande aterro no mar, acabando com a praia do Farol ao Titanzinho, um dos principais pontos de lazer da comunidade. As pessoas envolvidas nessa luta contra a implementação do estaleiro sentiam muita emoção em defender seu local de moradia, principalmente as pessoas que

usufruem da praia e do mar nas suas atividades cotidianas. Jogar bola, surfar, tomar banho no paredão ou nas pedrinhas, contemplar e pescar – tudo seria diretamente afetado pelo aterro. O afeto pelo local tornou-se um elo de ligação consistente para que a gente pudesse alcançar nossos objetivos. O envolvimento das pessoas que possuem maritimidade com o local foi de uma energia tão contagiante, que fez com que mais pessoas de Fortaleza e do Brasil se envolvessem na preservação do lugar. A atuação das escolas locais de surf foi de suma importância. O audiovisual, a fotografia, a música, o teatro também são ferramentas importantes no processo de sensibilização, pois conseguem despertar o afeto e a empatia. Poder vivenciar tudo isto dentro de uma programação regular, na luta contra a construção do estaleiro no Titanzinho, foi um processo de formação empírica verdadeiramente transformador.

Diante de uma remoção e das várias ameaças sofridas, o Movimento dos Conselhos Populares – MCP se formou e, durante toda sua história, nos anos de 2007 e 2008, atuou no bairro, sendo um dos protagonistas na mobilização da população para participar do debate de formulação do Plano Diretor de Fortaleza. Aprovado em 2009 na Câmara dos Vereadores,

Figura 20. ZEIS no Território Serviluz.



Fonte: Plano Diretor Participativo de Fortaleza, 2009; Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente 2012; Laboratório de Estudos da Habitação (LEHAB-UFC) 2018

esta lei caracteriza o Serviluz como ZEIS, juntamente com mais outras 44 comunidades. O Plano Diretor de 2009 estabeleceu duas ZEIS dentro do Bairro Cais do Porto, onde fica a comunidade do Serviluz: a ZEIS Serviluz e a ZEIS Cais do Porto, uma do lado da outra. Este foi um acontecimento de grande importância para a preservação da comunidade em seu local diante das ameaças de outros projetos que viriam e não demorariam a chegar.

Somos o que vivemos dentro das possibilidades que nos oferecem. Diante de muitas coisas que a vida nos oferece no Serviluz, temos debates em assembleias populares, práticas ambientais, cinema, fotografia, teatro, música, esporte, arte e cultura. Entre os grupos que estão protagonistas nesse período após a luta do estaleiro, podemos mencionar: o Conselho Popular do Serviluz e a Associação de Moradores do Titanzinho. A Associação consegue reunir vários coletivos: Coletivo Audiovisual do Titanzinho, Coletivo Servilost, Grupo de Teatro Dito e Feito, Núcleo de Base do Serviluz e Projeto de vida, que, juntos, continuam trazendo o debate sobre moradia nas ruas e envolvendo a cultura local por meio de várias

atividades. Uma delas é a realização das Mostras Audiovisuais do Titanzinho, coordenada pelo Coletivo Audiovisual do Titanzinho. Durante sete edições, foram exibidos vários vídeos que retratam o cotidiano do Serviluz com alegria e diversidade. A realização das Mostras conta com apresentações de artistas locais da música, teatro, dança e capoeira. Alguns deles são colaboradores que atuam na Associação. Eles conseguem entender que existe um direito de morar dignamente no local onde os laços afetivos são construídos entre as pessoas e que as paisagens que fazem parte da memória da existência do ser devem ser preservadas porque são essenciais para o desenvolvimento humano.

A remoção dos moradores do bairro do Serviluz sempre esteve na pauta dos governos. Logo depois que a comunidade não aceitou a vinda do estaleiro, a prefeitura de Fortaleza lançou o projeto Aldeia da Praia para o Serviluz. Mais uma vez, o projeto previa a remoção de boa parte da comunidade. Depois de debates na gestão passada, o projeto não avançou. Na atual gestão municipal, após muita pressão dos movimentos de moradia, a prefeitura consegue

dar início ao processo de regulamentação de dez ZEIS consideradas prioritárias, deixando de lado outras 35.. A ZEIS do Serviluz que fica ao lado da ZEIS do Cais do Porto, a mais ameaçada de remoção no momento, é uma das que está sendo regulamentada. Na visão de quem vivencia o local em seu cotidiano como morador, ambas as ZEIS ficam dentro de uma mesma comunidade de nome Serviluz, formada por vários outros pequenos territórios como: Titanzinho, Farol, Estiva, Pracinha entre outros.

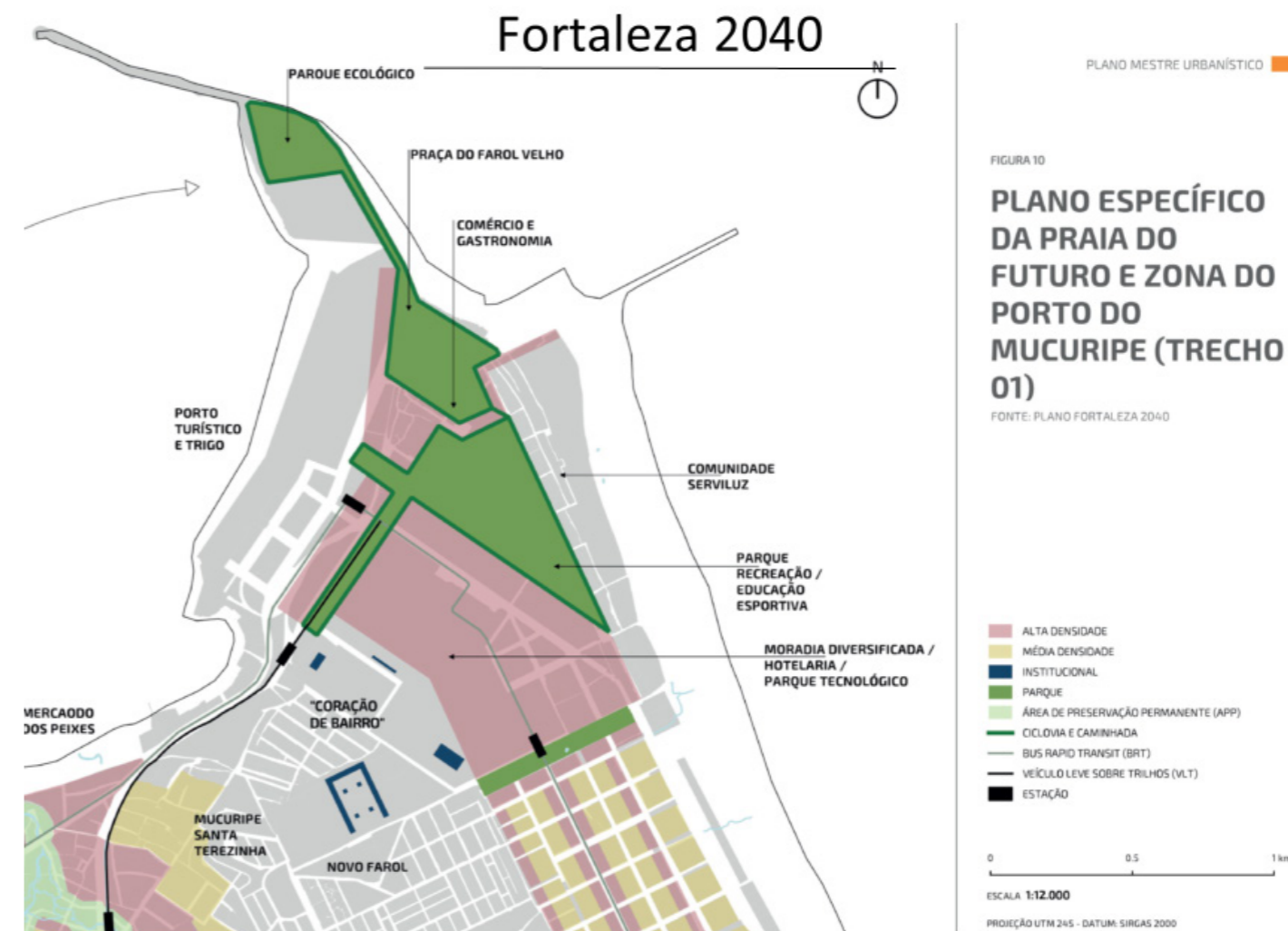
O fato é que, não respeitando a lei do Plano Diretor que foi votado em 2009 e fez do Serviluz uma ZEIS, a prefeitura executa o projeto Aldeia da Praia/Serviluz de forma criminosa, passando por cima da lei da ZEIS e da transparência, omitindo várias informações sobre os projetos para área. Conforme algumas poucas informações que conseguimos obter, o projeto prevê a remoção mais de 500 famílias para apartamentos no Conjunto Habitacional Alto da Paz, longe da maritimidade de quem mora há mais de 60 anos vizinho ao mar. Apesar dos projetos para a região onde Serviluz está localizado estarem sendo ocultados pela prefeitura, podemos ver o poder público municipal realizando obras que

indicam quais são as reais intenções do Estado para a comunidade. Em 2017, o Farol Novo, edificação que serve como orientação para as navegações e também de gabarito para as construções de prédios, é aumentado quase três vezes a mais o seu tamanho anterior para que assim a especulação imobiliária consiga explorar a região com seus edifícios arranha-céus. Isso leva a população a sofrer o mesmo drama de uma história não tão distante, onde o colonizador expulsa os povos originários de suas terras, fato que continua se repetindo até hoje com a mesma população descendente desses povos.

Como podemos observar, na previsão do Fortaleza 2040, um dos planos estratégicos da prefeitura para nossa comunidade, vão ser construídos prédios que não servem às necessidades da população local e sim para a remoção de centenas de famílias que moram ali há décadas, em nome de um projeto para as camadas ricas da cidade.

É encorajador passar por esse desafio de lutar por nosso lugar de existência no mundo com consciência, afeto e emoção. Queremos ampliar o número de vivências com princípios de autonomia e autogestão na construção do

Figura 21. Plano específico da Praia do Futuro e Zona do Porto do Mucuripe.



Fonte: Plano Fortaleza 2040. Volume 3.1: "Cidade conectada, acessível e justa". 2016. Pg. 100

mundo em que acreditamos. Pensamos que está na hora da construção do mundo que nós acreditamos, que, para nós do Serviluz, surge da vontade e da necessidade de lutarmos pela nossa moradia, que vai para além do teto, pois entendemos que abrange uma totalidade composta por subjetividades e especificidades individuais e coletivas.

O Conselho Popular do Serviluz, ocupado por diversos moradores da comunidade, é estratégico para o nosso plano e é a forma que a população local consegue se organizar e debater, nas assembleias populares, as pautas que são consideradas essenciais para o bairro, como a luta por moradia digna sem remoções. Assim também procuramos evitar a interferência de lideranças pelegas, que muitas das vezes são cooptadas pelos diferentes poderes e acabam fragilizando o processo de autonomia

local. Juntos com o Conselho Gestor da ZEIS, trabalhando na formulação e implantação do Plano Integrado de Regularização Fundiária – PIRF, mobilizando a comunidade para construirmos juntos um plano alternativo que chamamos de Serviluz que nós queremos, que consiga expressar os desejos da população local e não do mercado imobiliário. Seguiremos trabalhando em redes com outros grupos, com autonomia e sustentabilidade, na construção dessa possível realidade que faz parte dos nossos sonhos e pela qual trabalhamos. Sabemos da importância de viver num país onde as diversidades sejam respeitadas e os modos de vidas preservados. O Serviluz é a morada de nossas memórias, o cenário da nossa existência. Só nos resta estarmos juntos e envoltos daquilo que nos move.

Avante!

## Referências bibliográficas

NOGUEIRA, André Aguiar. Fogo, vento, terra e mar: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza (1960-2006). Dissertação de mestrado em História Social apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

NOGUEIRA, André Aguiar. Memória Serviluz. In: GORCZEWSKI, Deisimer, RABELO, Gerardo, GOMES, Maria Fabiola, FERNANDES, Pedro, ARAÚJO, Sabrina (orgs.). Nossas Ruas Com Cinema. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Guerra, Mundão e Consideração. Uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz. Tese de doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal do Ceará, 2010.

## Links

<https://www.facebook.com/associacaotitanzinho/>

<http://titanzinhodasinvencoes.tumblr.com/>

<https://www.facebook.com/serviluzdasartes/>

<https://cineclubeserverluz.wordpress.com/>

<https://www.facebook.com/cineclubeserverluz/>

<https://www.facebook.com/servilost/>

<https://www.facebook.com/Banda-Éter-Na-Mente-93466...>

<https://www.facebook.com/grupodeteatroditoefeito/>

<https://www.facebook.com/projetodevidatitanzinho/>

<http://pesquisaintervencoes.blogspot.com.br/>

<https://www.facebook.com/NucleodeBasedoServiluz/>

<https://www.facebook.com/bandacidadainstigado/>

<https://www.facebook.com/aguadequartinha/>

<https://www.facebook.com/direitoacidadefortaleza/>

<https://www.facebook.com/lamurufc/>

**BELO HORIZONTE - MG**  
**VILA ACABA MUNDO**

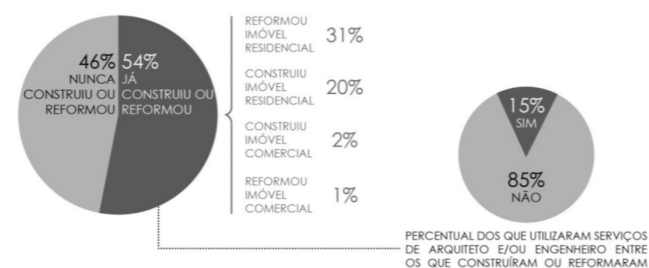
# PRÁTICAS EM ASSESSORIA TÉCNICA: A EXPERIÊNCIA DO PRAXIS-EA/UFMG NA VILA ACABA MUNDO

Geruza Lustosa de Andrade Tibo - Juliana de Faria Linhares - Denise Morado Nascimento

## INTRODUÇÃO

A prática da autoconstrução por parte da população de baixa renda caracteriza-se como uma das únicas respostas possíveis desta classe social diante das políticas urbanas de provisão de moradia estabelecida. Muitas vezes, a autoconstrução é fruto da urgência de sobreviver e da necessidade de abrigo (MORADO NASCIMENTO, 2016). Porém, é necessário ressaltar que nem todos os autoconstrutores são de baixa renda. O número estatístico da autoconstrução, isto é, da produção de moradias sem a presença de arquitetos e/ou engenheiros, é estimado em 85% das reformas ou das obras realizadas pela população brasileira (CAU/BR, DATAFOLHA, 2015). Visto que apenas 15% da provisão habitacional está associada aos profissionais da arquitetura e da engenharia, inferimos que a autoconstrução é a prática prevalecente em quase toda a cidade. Sendo assim, nosso argumento é de que a autoconstrução é uma

Figura 22. Reforma e/ou construção sem arquitetos e/ou engenheiros no Brasil.



Fonte: autoras, baseada em CAU/BR e DATAFOLHA, 2015.

prática configurada por distintos repertórios e motivações. Desta forma, o conceito abrange aspectos para além daqueles visíveis, imagéticos ou simbólicos – ou seja, aqueles socialmente construídos pelos discursos acerca da sua significação.

Portanto, é necessário abandonar o conceito genérico e estanque de autoconstrução, visto que se entende que não há uma única

forma coesa de construir (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018). Neste artigo, pretendemos não só propor um outro olhar sobre o conceito da autoconstrução, mas também relatar as experiências de assessorias técnicas realizadas pelo grupo de pesquisa PRAXIS-EA/UFMG, na Vila Acaba Mundo, em Belo Horizonte, em Minas Gerais. As práticas estão inseridas no projeto de extensão Diálogos e nas pesquisas de mestrado e doutorado das autoras<sup>1</sup>. O projeto Diálogos propõe investigar a produção da moradia autoconstruída pela população de baixa renda, por meio da mediação da

informação entre arquitetos/pesquisadores e moradores. Propõe ainda compartilhar processos de tomada de decisão com os moradores, objetivando agregar informações técnicas ao processo de produção da moradia, linguagens, metodologias e ferramentas, capazes de estabelecer um diálogo desejado, recíproco e relevante para todos os envolvidos. Defendemos que a prática compartilhada entre técnico e morador potencializa a prática dos autoconstrutores e, da mesma forma, amplia os saberes construtivos para o campo da arquitetura.

1 - PRAXIS-EA/UFMG é um grupo de pesquisa do CNPq, coordenado pela Profa. Dra. Denise Morado Nascimento, sediado pelo Departamento de Projetos (PRJ) e pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (NPGAU/UFMG) da Escola de Arquitetura da UFMG. O projeto “Diálogos: Vila Acaba Mundo” contou com os seguintes pesquisadores: Profa. Denise Morado Nascimento, Geruza Lustosa de Andrade Tibo, Juliana de Faria Linhares, Gabriel da Cruz Nascimento, Letícia Campos Araújo Pádua, Lucas Dias Franco Afonso e Rafael Gomes Duarte. Parceiros: Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo e moradores. Mais informações: <http://praxis.arq.ufmg.br>. A dissertação de mestrado da autora Juliana de Faria Linhares, intitulada “Atuação do arquiteto na produção do espaço urbano autoconstruído pela população de baixa renda”, sob a orientação da Prof. Dra. Denise Morado Nascimento, foi apresentada ao NPGAU/UFMG em outubro de 2018. O doutorado de Geruza Lustosa de Andrade Tibo (NPGAU/UFMG) está em andamento, também sob a orientação da Prof. Dra. Denise Morado Nascimento.

## REDEFININDO A AUTOCONSTRUÇÃO

*A gente que mora nestes lugares faz as coisas sem saber das técnicas. Fazemos com o que a gente sabe.*

Dona Efigênia

A fala da Dona Efigênia, moradora da Vila Acaba Mundo, revela que os aspectos que compõem o repertório de cada autoconstrutor não podem ser analisados de forma única, genérica ou coesa. Ainda que os moradores estejam inseridos em estruturas sociais, culturais, econômicas e políticas similares, existem aspectos singulares que tornam a autoconstrução distinta em suas práticas e que, por isso, demandam metodologias específicas e ferramentas comunicacionais.

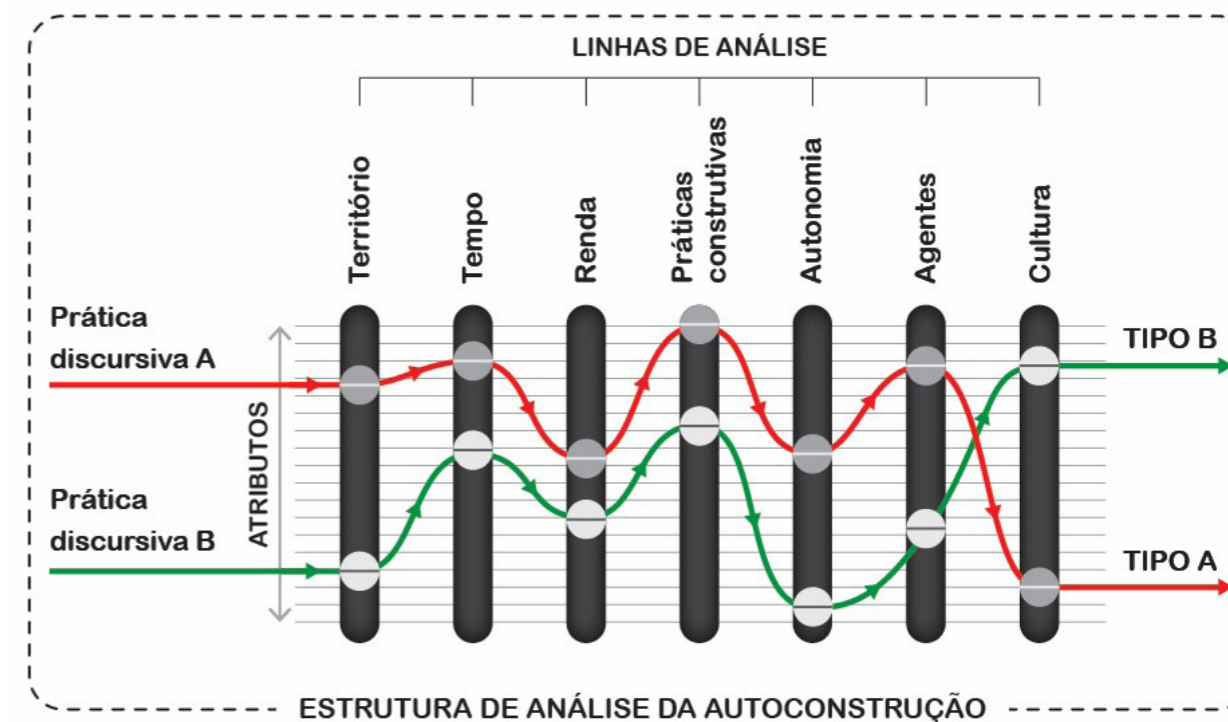
Os moradores autoconstrutores não são iguais e nem são movidos pelos mesmos interesses. São várias as motivações que embasam a decisão de produzir suas casas autonomamente. Se usado genericamente, o conceito de autoconstrução anula diferenças entre as práticas e os diversos autoconstrutores, resultando em análises descoladas da realidade.

Em primeiro lugar, a observação destas distintas práticas no contexto da experiência de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo nos levou a decompor o conceito de autoconstrução em camadas, a partir de sete linhas de análise: (i) renda e recursos financeiros, (ii) território, (iii) tempo, (iv) agentes, (v) práticas construtivas, (vi) autonomia e (vii) cultura (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018). As linhas de análise desenham as camadas das práticas autoconstrutoras. Assim, quando diferentes características presentes em cada camada são associadas, uma prática singular da autoconstrução emerge, reivindicando ferramentas comunicacionais específicas e práticas distintas de assessoria técnica.

Para a determinação da prática autoconstrutora, as linhas de análise devem ser vistas de forma conjunta, não como atributos isolados. As características de cada linha influenciam de forma estruturante umas às outras. Brevemente, as linhas de análise tratam do seguinte:

1. Renda e Recursos Financeiros: componente estruturante de todas as camadas e interferência direta nas linhas de análise.
2. Tempo: componente estruturante do tempo da construção, material empregado e agentes envolvidos.

Figura 23. Diagrama da estrutura de análise da autoconstrução.



Fonte: TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018.

3. Território: referente à segurança da posse do terreno, que desencadeia tipos de autoconstrução, menos ou mais estáveis no que diz respeito aos planos social, político, econômico e construtivo, assim desvelado por pesquisas desenvolvidas anteriormente (MORADO NASCIMENTO, 2016). A inserção sócio-espacial e política determina características das formas de ocupação do território, de acesso à cidade e à informação.
4. Agentes: presença ou ausência de atores no processo de construção; técnicos, mão de obra contratada ou de familiares, agentes públicos, depósitos de materiais de construção dentre outros.
5. Práticas construtivas: disponibilidade de informação e contratação de mão de obra, renda e disponibilidade de horas de trabalho dos próprios moradores, determinando o tempo da construção. Técnicas e materiais construtivos variam em razão da renda e do acesso ao crédito e à informação sobre eles.
6. Autonomia: o autoconstrutor possui uma autonomia dependente, carregada de significações vinculadas à reprodução social.

7. Cultura: a cultura da casa própria é um dos elementos que fomenta a prática da autoconstrução, reconhecida como ascensão social e pertencimento à cidade.

O diagrama propõe que as linhas de análise se relacionem em função de atributos conformados pela prática discursiva. A prática discursiva é o caminho que perpassa todas as linhas de análise, agregando atributos para a composição de um determinado tipo de autoconstrução. Assim, há uma liga necessária, mas fluida – composta pelas práticas discursivas –, que agrega, em maior ou menor presença e distinção, cada atributo dentro da linha de análise. A depender do modo em que certos atributos se agregam em uma determinada linha de análise, um tipo distinto de autoconstrução é definido (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018).

Em segundo lugar, vimos ser necessário definir o que chamamos assessoria técnica. A Lei Federal de Assistência Técnica, Lei nº 11.888/2008, assegura o serviço público e gratuito de arquitetura, urbanismo e engenharia a grupos familiares com renda de até três salários mínimos. Neste sentido, a prerrogativa colocada é de assistir e fornecer, de forma gratuita, às famílias de baixa renda, trabalhos

de projeto, acompanhamento e execução da obra a cargo dos profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. O termo “assistência”, utilizado em sua nomeação, determina também a maneira como este serviço é prestado. Remete ao assistencialismo e à noção de que os moradores são assistidos, ou seja, que não têm protagonismo garantido.

Diferente da assistência, a assessoria técnica pressupõe o compartilhamento do processo de tomada de decisão entre o profissional e o morador. O arquiteto ou o engenheiro fornece a informação técnica ao morador, mas não decide por ele, preservando o poder de decisão do morador. A proposição de compartilhamento se baseia

na mediação entre os saberes dos construtores, que visa aproximar à realidade construtiva dos autoconstrutores a ferramentas projetuais e soluções técnicas que propiciem a qualificação na tomada da decisão projetual, ou seja, que possibilite uma tomada de decisão consciente de seu potencial e suas fragilidades (TIBO, 2017, p.4).

Construir um processo compartilhado é diferente de prestar um serviço. Importante também retomar a discussão acerca do distanciamento do arquiteto da produção da

moradia, especialmente quando tratamos da população de baixa renda. A prática tradicional da profissão, desde sua formação educacional, dota o arquiteto de símbolos e poderes e direciona sua atuação para suprir as demandas do capital e prestar serviços para a elite (STEVENS, 2003). A proposta de compartilhamento se diferencia, portanto, da prática convencional, já que possibilita qualificar e legitimar a experiência construtiva do morador, na medida em que seu arcabouço de possibilidades passa a ser enriquecido com informações técnicas compartilhadas.

Para isto, é necessário que também sejam repensados o desenho, a linguagem e os métodos de compartilhamento da informação. Para Tibo (2017, p.9), esta outra lógica de atuação do arquiteto urbanista “deve estar livre de todos os símbolos e códigos que estão vinculados à formalização do projeto arquitetônico”, demandando a criação de outros instrumentos para registrar o projeto e formalizá-lo. A informação compartilhada por meio da linguagem deve permitir o efetivo diálogo, numa comunicação que faça sentido para todos os envolvidos no processo.



Constrói-se, portanto, um lugar de encontro entre a técnica e a prática, onde os resultados não são controlados pelo arquiteto (técnica) e nem pelo autoconstrutor (prática): o que guia e transforma a atuação é o processo compartilhado. Esta outra lógica da prática confere poder de decisão ao morador, transformando seu lugar como ator social que participa da produção do espaço urbano.

## A VILA ACABA MUNDO

Localizada na região Centro-Sul de Belo Horizonte, a Vila Acaba Mundo se formou a partir da implantação da Mineradora Lagoa Seca em meados de 1940. Hoje, seiscentas famílias, e quinhentas moradias, ocupam a área reconhecida pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte como Zona Especial de Interesse Social-1 (ZEIS-1) (TIBO, 2017).

Até o momento, o grupo Práxis-EA/UFMG realizou no âmbito do projeto Diálogos na

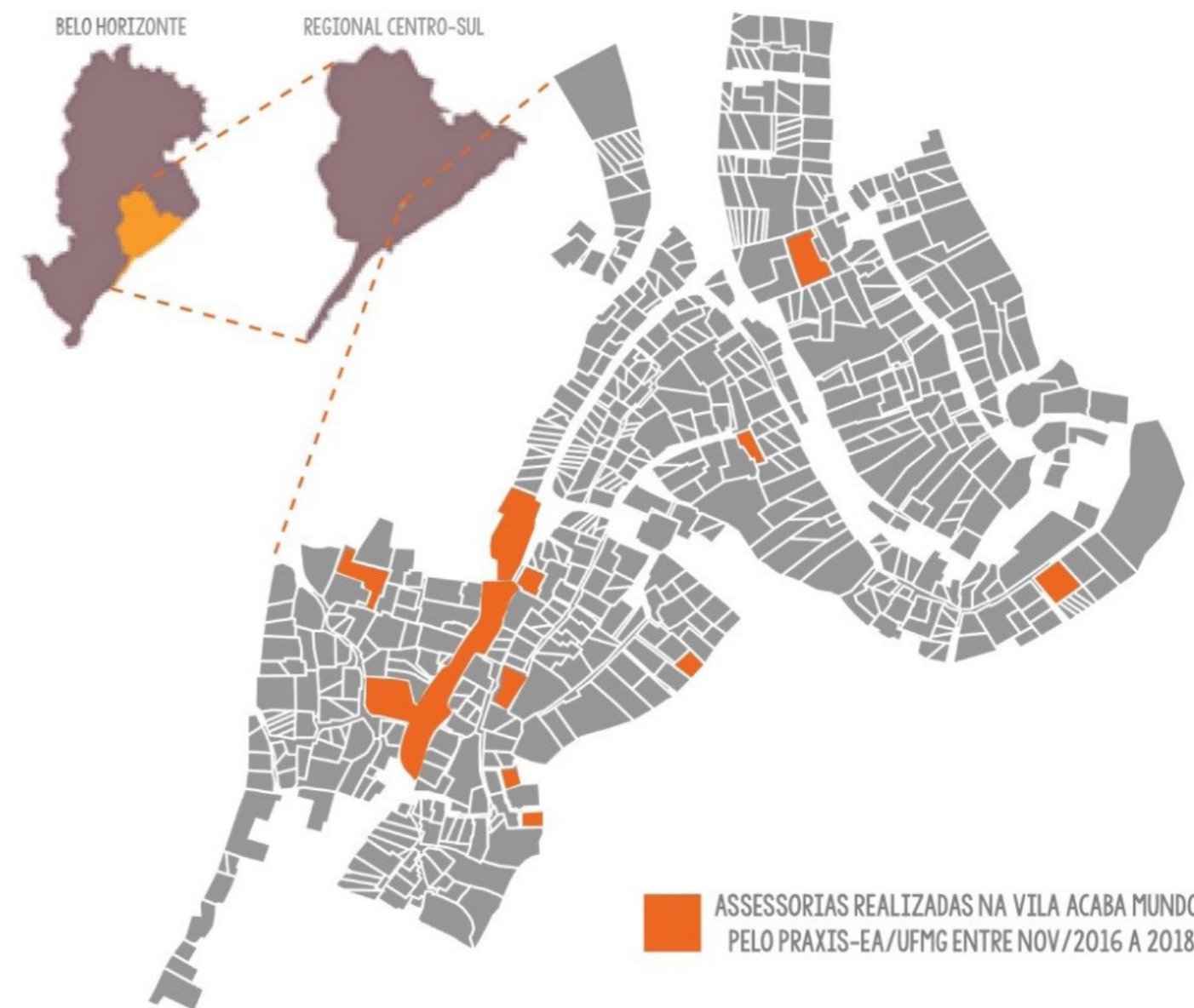
Vila Acaba Mundo<sup>2</sup>, doze assessorias técnicas, guiadas pelos resultados da pesquisa “TOC TOC Territórios de Ocupação Coletiva”<sup>3</sup>. Esta pesquisa foi realizada durante o processo de regularização fundiária de parte do território da vila. A partir da inserção de questionário relacionado à assessoria técnica, com perguntas relativas ao desejo de auxílio técnico construtivo para os moradores, constatou-se grande interesse da população por reformas nas edificações (57,5%) e pela presença de profissionais da área de arquitetura e urbanismo em suas próximas obras (62,78%). Desta forma, os pesquisadores do Práxis-EA/UFMG responderam à essa demanda.

A assessoria técnica foi desejada e solicitada pelos moradores. Nossa aproximação iniciou-se com a divulgação da atuação do grupo de pesquisa junto ao presidente da Associação dos Moradores da Vila Acaba Mundo, Laerte, e por meio da distribuição de panfletos.

2 - Os processos na Vila Acaba Mundo (relatos de visitas, imagens e descrições mais específicas), foram cotidianamente registrados em blog, disponível em: <https://dialogosacabamundo.wordpress.com>. Todos os moradores assessorados autorizaram a divulgação dos processos.

3 - A pesquisa Territórios de Ocupação Coletivo (TOC TOC), realizada em 2015 e em 2016, é resultado de parceria entre o programa Pólos de Cidadania da Escola de Direito da UFMG e do projeto de extensão Coletivo Construtores, vinculado ao Curso de Arquitetura do Centro Universitário UNA.

Figura 24. Vila Acaba Mundo



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2018.

Figura 25. Panfletos distribuídos na Vila Acaba Mundo.

## PARTICIPE!

**Diálogos** é um projeto da Escola de Arquitetura da UFMG que propõe **parcerias** com famílias a fim de buscar **conjuntamente** soluções para as questões relativas à moradia, à rua, à praça e outros espaços de uso dos moradores. A assessoria é **gratuita** e pressupõe o **desejo** e o **comprometimento** de todos os envolvidos.

Se você está **construindo** ou **reformando**, podemos juntos buscar soluções **mais baratas** para a sua construção e pensar **alternativas** para o arrimo, para a cobertura, etc.

Se sua **casa já está pronta**, mas tem **algum problema** de ventilação ou iluminação, por exemplo, é possível encontrar formas de **melhorar o espaço**.



**DIÁLOGOS**  
COM A VILA ACABA MUNDO

Denise, Geruza, Juliana e Júlia  
Whats app e celular: 99423-2285  
[www.dialogosacabamundo.wordpress.com](http://www.dialogosacabamundo.wordpress.com)

**CONTATO**



PR XIS

Denise, Geruza, Juliana,  
Lucas, Letícia e Rafael

(31) 9 9423-2285

criar e-mail?

**VAMOS  
PROJETAR  
JUNTOS?**



---

**ARQUITETO**



saberes técnicos  
possibilidades construtivas  
facilitador do processo

+

**MORADOR/  
CONSTRUTOR**



vontade da moradia  
saberes locais (autocostrução)  
possibilidades construtivas

NEGOCIAÇÃO COOPERAÇÃO  
TROCA DE CONHECIMENTOS  
DECISÕES CONJUNTAS

**RESULTADO:  
PROJETO  
COMPARTILHADO**

**ASSESSORIA PARA REFORMAR  
SUA  
CASA**

**ARQUITETO**

**MORADOR/  
AUTOCONSTRUTOR**



TROCA DE CONHECIMENTOS  
DECIDIR JUNTOS

como tirar medidas da casa ou lote  
como gastar menos  
como resolver infiltração

**RESULTADO:  
MELHORIAS NA  
SUA CASA**

como construir a casa - mão de obra  
como adaptar

**CONTATO**

(31) 9 9423-2285  
[praxisufmg@gmail.com](mailto:praxisufmg@gmail.com)



DIÁLOGOS  
PROFESSORES E COOPERATIVAS UFMG  
<http://www.ans.ufmg.br/praxis/>

Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

## AS PRÁTICAS COMPARTILHADAS

*“Se vocês não tivessem ajudado a gente, a escada teria ficado errada. A porta também e não teria esse cobogó aqui.”*

Beatriz

Os pressupostos e as metodologias de trabalho foram explicados antecipadamente aos autoconstrutores. Os moradores se interessaram pela assessoria técnica por diversas razões, baseadas em motivações e objetivos distintos. Janaína considera “os desenhos [projeto entregue a outros moradores] muito bonitos” e, ao fim do processo, relatou ter adquirido outro olhar sobre sua moradia.

Disse que a assessoria “facilitou o jeito de eu ver como que ia ficar, como ia ficar o tamanho, como que eu posso pedir ao pedreiro para fazer o tamanho de cada cômodo”<sup>4</sup>. Durante o processo de assessoria técnica, as ferramentas e a forma de representação convencional do projeto foram refeitas metodologicamente como lugar de comunicação de ideias e propostas. Uma vez que os “desenhos bonitos” eram compreendidos pelo morador – para além do fetiche ligado ao saber técnico –, a representação passou a cumprir seu objetivo principal: possibilitar o diálogo.

Para tanto, importante pontuar que foram vários os métodos e as linguagens empregados. Flexíveis, consistiam, em si, no processo de experimentação e desenvolvimento de cada assessoria técnica. Por exemplo, instrumentos distintos foram utilizados em diferentes assessorias: kit de mobiliário, maquete física, maquete digital e desenhos técnicos. O kit de mobiliário possibilitou que o morador experimentasse diferentes disposições de móveis e paredes na escala do desenho. A maquete física, contando também com a representação do terreno, possibilitou a conversa sobre

Figura 26. Dinâmicas desenvolvidas com Janaína.

Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

4 - Janaína, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em novembro de 2017.

114

115

questões técnicas referentes à topografia, à drenagem da água e à segurança estrutural da construção. A maquete digital colaborou com o entendimento do espaço tridimensional e a melhor visualização das possibilidades de construção. No entanto, ressaltamos que o computador surge como instrumento indutor de convencimento por ser um dispositivo tecnológico que reafirma hierarquias de saber, na medida em que muitos autoconstrutores não dominam os softwares empregados. Ainda que reafirmassem a distância entre o saber técnico e o saber prático, os desenhos técnicos se mostraram necessários para auxiliar no processo de execução do projeto, principalmente no que diz respeito às questões políticas. Laerte explicou isto da seguinte maneira: “tudo [negociação com parceiros] depende de um papel, ainda que o projeto mude depois”<sup>5</sup>.

A cidade autoconstruída vive em constante transformação, com recorrente mutação de usos e de geração de novas demandas no espaço do morar. As famílias crescem, transformam-se e precisam de adaptações em suas edificações.

Como o que move a autoconstrução é a tentativa e o erro, a demolição e a construção, a lógica utilizada para a adaptação dos usos e solução das patologias gera danos construtivos à moradia e prejuízos financeiros para as famílias. Da mesma forma, as transformações nas moradias são motivadas pelas patologias recorrentemente observadas e relatadas. Diante da urgência ou devido à falta de informações suficientes sobre outras possibilidades de soluções construtivas ou mesmo diante da indisponibilidade de recursos financeiros, as famílias edificam e transformam sua própria moradia incessantemente, a partir da experimentação das possibilidades em escala real. Gasta-se muito e as questões que foram mal resolvidas acabam requerendo investimentos constantes para as suas correções. Como confirma Laerte: “a gente faz três casas para sair uma”<sup>6</sup>.

Ressaltamos que a linguagem utilizada, seja através de desenhos técnicos, tridimensionais e/ou ilustrativos, deve cumprir seu papel de comunicar e de transmitir informações que façam sentido ao morador. A experimentação de arranjos e soluções em uma escala não-

real possibilita a potencialização do processo construtivo e também gera economias – de tempo, de recursos financeiros, de mão de obra e de materiais. Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo, confirma que as dinâmicas de compartilhamento de projeto agregam benefícios ao processo construtivo dos moradores, justificando que “mudar de ideia na maquete é melhor do que na obra”<sup>7</sup>.

Considerando as distintas linguagens e metodologias utilizadas adaptadas às especificidades de cada experiência, é importante reafirmar que os autoconstrutores não compartilham, entre si, as mesmas práticas construtivas, não compõem um grupo coeso e demandam atuações específicas e individuais. Morena e Sheila, por exemplo, habitam o mesmo território, a Vila Acaba Mundo, mas não compartilham da mesma disponibilidade de recursos financeiros. Da mesma forma, as moradoras não compartilham dos mesmos agentes no processo de autoconstrução, visto que Morena dispõe de um pedreiro do ramo da construção civil e Sheila conta com o auxílio

do pai e do marido. Elas também não têm as mesmas culturas construtivas e o tempo destinado à construção é distinto. Morena mora em um lugar e constrói em outro, permitindo que sua obra se realize ao longo do tempo, enquanto Sheila demanda que a construção seja feita com certa urgência por morar em uma casa temporária de madeira.

Com Morena, a assessoria técnica foi organizada a partir de uma demanda de arranjo espacial da moradora: “eu estava sem ideia, entendeu? Não sabia por onde começar, estava totalmente perdida”<sup>8</sup>. O processo contou então com duas dinâmicas (kit mobiliário e maquete digital) e uma entrega parcial, com desenhos técnicos e também através do modelo tridimensional. Só depois dos desenhos e do modelo foi entregue a representação das soluções acordadas com a família e com os pedreiros. Também utilizamos as duas formas de representação. Importante notar que o entendimento da família em relação ao projeto foi um processo que se deu ao longo do tempo. Segundo Morena, ela só começou a entendê-lo “a partir do momento

5 - Laerte, morador e presidente da associação de moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em junho de 2017.

6 - Laerte, morador e presidente da associação de moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em novembro de 2016.

7 - Geraldo, morador da Vila Acaba Mundo. Fala registrada em setembro de 2017 pelos alunos da disciplina “Práticas em Assessoria Técnica” e concedida ao Práxis-EA/UFMG.

8 - Morena, moradora da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em março de 2018.

que vocês começaram a colocar os móveis; é, porque no começo estava um bagunça, né gente? Sinceramente, eu não tinha ideia do que vocês estavam me falando. Eu estava concordando, mas sem entender. A verdade foi essa. Hoje eu entendo”<sup>9</sup>.

A experiência com Morena ilustrou o necessário exercício de aproximação da fala do arquiteto à fala do morador. Configurando uma prática de assessoria técnica singular, reafirmamos que não há método ou modelo único que seja replicável às diversas demandas dos moradores e que responda a todas as diferentes necessidades habitacionais.

Uma outra prática se revelou na assessoria técnica com Sheila, que vive com a família em uma casa temporária de madeira, onde a urgência do morar direcionava a ocupação do terreno. As patologias da edificação e sua vulnerabilidade estrutural eram fruto do curto período de tempo previsto para a construção e, além disso, da complexidade do terreno. Para além das dinâmicas de arranjo espacial, o processo de assessoria técnica demandou conversas com os moradores sobre a estrutura preexistente e uma análise das condições geológicas do terreno.

9 - Idem.

A demanda por soluções construtivas e arranjos espaciais era premente. Por isso, os moradores construiriam com ou sem o auxílio técnico, dada a urgência do morar. A família de Sheila não requisitava o aval técnico do arquiteto para a construção da sua casa. Porém, a partir do momento em que iniciamos a assessoria, assumimos compromissos com as decisões tomadas pela moradora. Uma das premissas da mediação é a de que o compartilhamento se estende também à partilha de responsabilidades. Era nosso dever, portanto, transmitir as informações técnicas necessárias ao processo construtivo ao morador, garantir que elas fossem recebidas pelo autoconstrutor e também que fossem suficientemente claras para subsidiar sua tomada de decisão. A execução das propostas não é um critério vinculante, obrigatório ou imposto ao morador nos processos de assessoria técnica. Mas é importante ponderar que as responsabilidades são compartilhadas em casos de dúvidas estruturais e geológicas.

Outro exercício de aproximação entre os agentes envolvidos neste processo diz respeito à lógica do morar do autoconstrutor. Observamos que, nas transformações efetivadas pelos moradores,

Figura 27. Moradia de Sheila e Morena e interação da família com o processo.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

Figura 28. Morena e o projeto-guia na parede da obra.



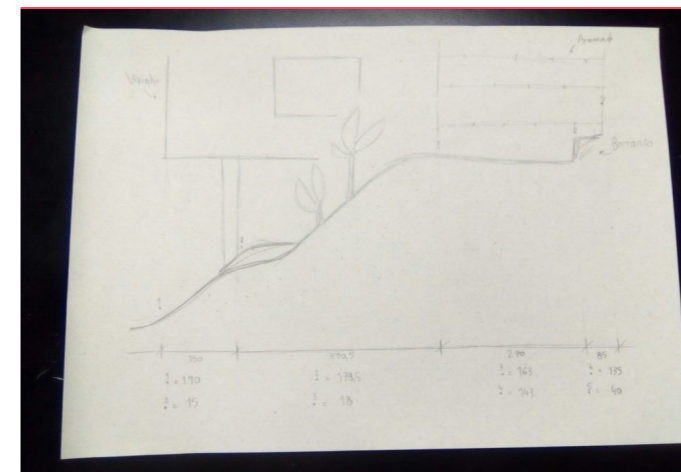
Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.

o dimensionamento físico do espaço pode ter mais valor do que outros aspectos considerados importantes pelos arquitetos, como, por exemplo, as condições de conforto térmico e ergonômico. As escadas, normalmente realizadas ao fim da obra, são construídas com degraus altos, desiguais e com piso reduzido; em alguns casos, são encontradas também escadas pré-moldadas, em formato caracol, que ocupam menor espaço em áreas comuns dos territórios. No caso de Beatriz, a experiência evidenciou que as regras e medidas definidas pelo universo da

arquitetura para uma escada confortável e acessível não se adaptavam ao contexto das vilas, favelas e ocupações urbanas. A escada ideal é aquela que, minimizadas as condições de desconforto e insegurança, é possível para o contexto do morador. No âmbito da autoconstrução, as decisões projetuais e construtivas estão baseadas na melhor solução possível sob o ponto de vista de quem mora, para, assim, condizer com as necessidades, desejos e realidades de cada morador.

O compartilhamento de informações e de processos, pressuposto da assessoria técnica, é colocado à prova na medida em que, por mais que a atuação técnica tenha sido solicitada, isto não significa, automaticamente, que haverá uma prática compartilhada. A assessoria ao Beco da Mina, espaço comum da Vila Acaba Mundo, foi solicitada pelo presidente da associação de moradores. Objetivávamos estabelecer um projeto de intervenção urbana como fruto de uma construção coletiva e, por mais que a equipe deixasse isto claro, notávamos que Laerte e os próprios moradores esperavam que o projeto e o desenho fossem produtos

Figura 29. Corte transversal esquemático do terreno de Sheila e, ao lado, sua fotografia.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.



prontos, que seriam desenvolvidos e entregues apenas pelos arquitetos. Segundo Laerte, o compartilhamento das decisões é de interesse da população: “a gente dar opinião onde a gente mora é bom, né!?”<sup>10</sup>. Porém, Laerte também afirma que os moradores não sabem como participar. Sua fala a respeito do envolvimento da população no processo do projeto do Beco da Mina, fomenta esta discussão:

E, no começo, a comunidade logo assustou, não tinha conhecimento. A questão da arquitetura mesmo que chegou... As pessoas aqui da Acaba Mundo, o quê que acontece: é distante na nossa realidade você ter um atendimento de pessoas, de arquitetos. A gente, na verdade, nem sabia o que era um arquiteto. Um arquiteto estava longe da nossa realidade, de chegar no nosso barraco, na nossa casa, de entrar e dar uma opinião. Até mesmo por causa disso, a gente via nossa casa, assim, muito, muito assim, sem jeito, sem maneiras de melhorar.

10 - Laerte, morador da Vila Acaba Mundo e presidente da Associação de Moradores da Vila Acaba Mundo. Fala registrada pelas autoras em março de 2018.

Figura 30. Escada da casa da Beatriz.



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2017.



Mesmo sonhando com melhorias, a gente não via expectativa, não tinha visão para nada disso. Então, aí veio o pessoal da arquitetura introduzindo aos poucos<sup>11</sup>.

mundo vai falar que isso é coisa nossa mesmo<sup>12</sup>. Assim, ele defende o valor do compartilhamento também para os moradores. Até ser motivada e provocar os moradores a respeito de sua potencialidade, a possibilidade de assessoria técnica é desconhecida e causa estranhamento. Há, também, o capital simbólico associado à imagem do arquiteto,

Laerte explicita que a materialização resultante de um processo compartilhado “tem um pedacinho de todo mundo. E quando ele estiver pronto, não vai ter o que falar. Todo

11 - Idem.

12 - Idem.

algo que não se dissolve tão facilmente. Porém, o processo de envolvimento com a população permite a dissolução destas hierarquias ao longo do tempo, como confirmado na fala de Laerte. O estranhamento parece ter se acentuado na relação com os autoconstrutores do sexo masculino; Isto também foi observado em assessorias individuais, nas quais notamos resistência à adoção das informações transmitidas pela equipe do Práxis-EA/UFMG, majoritariamente composta por mulheres.

Afirmamos que a transformação do morador se dá pela prática e que o objetivo das assessorias técnicas não se restringiu a propor a transformação do espaço per se, mas também se concentrou em instigar os moradores a protagonizarem este processo de transformação. Sendo assim, é importante ressaltar que, ainda que as sugestões e/ou soluções propostas não se materializassem no tempo presente, defendemos que o processo, em si, transforma e abre o horizonte de possibilidades à prática do autoconstrutor. Defendemos que a troca de informações incrementa o arcabouço de possibilidades construtivas do morador, visando que a prática autoconstrutora possa ser potencializada.

## FINALIZANDO...

Defendemos que, enquanto cidadãos, devemos ser agentes ativos das transformações sócio-espaciais da cidade. Os autoconstrutores conhecem sua própria realidade, seus problemas e necessidades. Porém, baseado em Morado Nascimento (2016), entendemos que os moradores devem ter poder de decidir. Esta decisão deve ser livre da dominação tecnológica e científica, bem como da ordem política. Sendo assim, os próprios indivíduos são capazes de agir e reagir em sua transformação social e possibilitar a construção de outra cidade, socialmente mais justa.

Defendemos, portanto, que não basta prover o serviço técnico e afirmar, simplesmente, que o projeto do arquiteto irá garantir a qualidade de vida almejada pelo morador. Propõe-se processos de assessoria técnica que promovam transformação das condições de vida dos autoconstrutores, baseados em suas práticas e em suas visões de mundo. A determinação das necessidades do morador é um processo aberto, de construção, estando imbricada em sonhos e desejos imersos em estruturas culturais e históricas. Da mesma forma, a atuação do arquiteto é engendrada por relações de poder, símbolos e saberes

incorporados. O que se propõe é a abertura ao diálogo entre arquiteto e autoconstrutor, bem como a desconstrução do lugar simbólico que o arquiteto ocupa na reprodução do espaço urbano.

Retomando a autoconstrução como prática configurada por distintos repertórios e motivações, a assessoria técnica exige a adoção de distintas metodologias de atuação. A partir do conceito incorporado por este trabalho sobre os aspectos que compõem a autoconstrução (TIBO, LINHARES, MORADO NASCIMENTO, 2018), pressupõe-se que um só método de leitura e atuação não é capaz de responder às distintas demandas e necessidades habitacionais dos moradores.

No sentido das experiências de assessoria técnica na Vila Acaba Mundo, o compartilhamento do processo de projeto e de (auto)construção, pôde prover ao construtor benefícios como: (i) a proposição de outras possibilidades construtivas externas ao arcabouço recorrente da autoconstrução; (ii) a possibilidade de experimentação de arranjos espaciais; e (iii) a antecipação da conformação final para contrapor-la às expectativas e desejos iniciais dos moradores. Vale lembrar da importância dos custos das decisões arquitetônicas no processo de tomada de decisão dos autoconstrutores e assumir a possibilidade, ainda não empiricamente comprovada, de economias financeiras em razão da assessoria técnica.

## Referências bibliográficas

CAU/BR, DATAFOLHA. *O maior diagnóstico sobre arquitetura e urbanismo já feito no Brasil*, 2015. Disponível em: <http://www.caubr.gov.br/pesquisa2015>. Acesso em: 09.09.2017.

MORADO NASCIMENTO, Denise (org.) *Saberes [auto]construídos*. Belo Horizonte: Ed. AIC, 2016.

TIBO, Gerusa Lustosa de Andrade. Reflexões da prática da assessoria técnica: uma abordagem a partir da experiência na Vila Acaba Mundo. In: *Anais do XVII ENANPUR*. São Paulo: Anpur, 2017.

TIBO, Gerusa Lustosa de Andrade, LINHARES, Juliana; MORADO NASCIMENTO, Denise. Análise da autoconstrução a partir de suas práticas. In: *Anais do III UrbFavelas*. Salvador: UCSAL, 2018. Disponível em: <http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a>. Acesso em: 16.02.2019.

STEVENS, Garry. *O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

# VILA ACABA MUNDO E OS DESAFIOS DA REPRESENTAÇÃO

Morena (Maria das Gracas Pereira da Silva)

Meu nome é Maria, mais conhecida como Morena. Sou moradora da Vila Acaba Mundo. A Vila Acaba Mundo é uma comunidade situada no bairro Sion, na região c-sul de Belo Horizonte, em Minas Gerais. O início da ocupação da Vila Acaba Mundo ocorreu na década de 1940, com as atividades da mineradora Lagoa Seca. A vila recebeu este nome porque, naquela época, representava um lugar muito afastado e também por ser cortada por um córrego de mesmo nome, com nascente no alto do morro, próximo à mineração.

Eu moro na Vila desde meus sete anos de idade. Com muito sacrifício, minha mãe me criou junto com meus oito irmãos. Sempre morei na Vila. Lá eu cresci, fiz minhas amigas, estudei e me tornei uma profissional na área da beleza. Com o passar do tempo, me casei e construí minha família. Tive dois filhos e, junto com o meu marido, conseguimos criá-los como cidadãos de bem. Nós morávamos em uma casa de seis cômodos e recebemos uma proposta de troca por uma outra casa, onde moro atualmente na Vila. Esta outra casa era muito velha e seria necessário derrubá-la no chão e começarmos do zero. Contratamos um pedreiro, mas queríamos fazer algo mais elaborado. Estávamos sem saber por onde

começar. Não tínhamos dinheiro para contratar um arquiteto, não tínhamos nem o suficiente para pagar o pedreiro. Meu marido trabalhava junto com o pedreiro aos finais de semana.

Primeiro, foi feita uma laje para que a demolição pudesse continuar, já que estava na época de chuvas. A princípio, eu queria manter pelo menos uma das paredes para economizar no material. Mas esta ideia foi abandonada com a elaboração do projeto. Para a construção da laje, fizemos um empréstimo de R\$10.000, sendo que seis mil reais foram para a laje e quatro mil, para o material.

Os pilares e as vigas da laje foram construídos pelo pedreiro contratado e também pelo meu marido, Ricardo. Conversando com minha sobrinha, ela me falou do projeto Praxis-EA/UFMG, coordenado pela Geruza Lustosa. Ela disse que o projeto era formado por uma equipe de estudantes que ajudavam os moradores da Vila, orientando nas reformas das casas.

Entrei em contato com a Geruza e ela me respondeu imediatamente. Expliquei a ela que estava iniciando uma obra e precisava da ajuda de um profissional que entendesse do assunto. Eles mostraram prontamente interesse em

Figura 31. Laje construída na casa em obras.



Fonte: Foto Praxis, 2018

começar o projeto e marcaram uma reunião. Foi aí que conversamos. Eles me perguntaram o que eu tinha em mente e o que eu gostaria de fazer na minha casa. Expliquei como eu gostaria que minha casa ficasse. Foi aí que entramos em acordo e já começamos a trabalhar na planta.

A equipe desenhou o projeto e me explicou por várias vezes até que eu entendesse. Confesso que não foi muito fácil de entender. Eles eram sempre muito atenciosos e, faça chuva ou faça sol, estavam lá me explicando tudo.

Figura 32. Casa da Morena em obras.



Fonte: Foto Praxis, 2018

No princípio, queria que a entrada da casa fosse em outro lugar. Eu queria uma varanda e meu marido queria quartos. Chegou até a construir uma parede com janelas no andar de cima. Eu queria uma cozinha gourmet, uma cliente havia comentado comigo que tem uma. Eu também queria um espaço para o salão. Enfim, foram várias mudanças que foram acontecendo ao longo da construção e da elaboração do projeto. As mudanças foram acontecendo todas ao mesmo tempo, conforme o projeto ia avançando.



Figura 33. A a equipe do Práxis e Morena elaborando o projeto; a casa em obras; o projeto de referência pregado na parede; ou, para mim, letras em japonês; Ricardo, Bruno (o filho) e Morena) incluindo os móveis na planta.



Fonte: Foto Praxis, 2018

Um dia, a Letícia do grupo Práxis-EA/UFMG teve a ideia de colocar os móveis nos desenhos de projeto. Na cozinha, ela colocou um desenho da pia, do fogão e da geladeira. Na sala, colocou do sofá. Na varanda, colocou as plantas e uma rede. Foi aí que comecei a entender e perceber que a minha casa ficaria linda. Até esse momento, eu ficava olhando para a planta e fingia estar entendendo. Acho que o Ricardo também. Foi só neste momento que comecei a entender. A equipe Práxis-EA/UFMG acompanhou todo o processo de perto, da planta até o final.

No projeto, combinamos que a sala teria duas janelas. Mas teve um dia que cheguei na obra e as duas janelas estavam fechadas. Entrei em completo desespero. Desesperei porque me senti abafada, dentro de uma cadeia. Aí o Ricardo e o pedreiro tiveram que quebrar, conforme estava combinado no projeto.

Hoje, graças a Deus e ao Práxis-EA/UFMG, estamos muito felizes na nossa casa que ficou linda. Ficou como sempre sonhei. Atualmente, estamos morando nos cinco cômodos que foram finalizados. Ainda estamos trabalhando para continuar a reforma no segundo pavimento e para rebaixar o teto com gesso no

primeiro andar, ganhando mais espaço para acomodar melhor minha família e receber melhor nossos amigos.

Foi a realização de um sonho.

Obrigada, Geruza. Também agradeço a toda sua equipe.

Figura 34. quarto e banheiro de Moena



Fonte: Foto Morena, 2019

Figura 35. Sala da casa de Moena atualmente.



Fonte: Foto Morena, 2019

Figura 36. Cozinha da casa de Moena atualmente.



Fonte: Foto Morena, 2019

SÃO PAULO - SP  
CAMPOS ELÍSEOS

# CAMPOS ELÍSEOS: UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Danielle Cavalcanti Klintowitz - Vitor Coelho Nisida - Felipe de Freitas Moreira

## INTRODUÇÃO

O projeto Campos Elíseos Vivo é uma proposta elaborada entre as entidades integrantes do Fórum Aberto Mundaréu da Luz e os moradores do bairro Campos Elíseos, mais especificamente aqueles que vivem nas quadras 36, 37 e 38, em torno do Largo Coração de Jesus. A área, que faz parte de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), virou objeto de disputas mais intensas a partir de maio de 2017, quando a gestão Dória iniciou um violento processo de remoção e de demolição de imóveis em nome do fim da “Cracolândia”. Por trás de tais ações e de uma intervenção exageradamente midiática, estava um projeto encabeçado pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), que, em convênio com o Governo Estadual, visa produzir conjuntos habitacionais via parceria público-privada (PPP). Além da proposta da PPP Habitacional, a Secretaria Estadual de Saúde ainda propôs construir uma nova unidade do Hospital Pérola Byington em uma das quadras.

À primeira vista, os projetos do executivo apresentam uma agenda propositiva que envolve a produção de moradia e um imponente equipamento de saúde na região central. No

entanto, as propostas violam direitos em vez de garanti-los. Os direitos ameaçados são, sobretudo, das populações mais vulneráveis que vivem no bairro. Trata-se da mais recente versão das propostas de “revitalização” que o poder público tenta implementar na região central há mais de duas décadas. Estas iniciativas revelam a força de grupos políticos e setores econômicos na proposição de projetos que promovem a exclusão e a gentrificação em territórios populares.

## UM TERRITÓRIO EM DISPUTA

Nos vinte anos de intervenções do poder público na região da Luz e Campos Elíseos, todas as propostas têm se constituído a partir da narrativa da “revitalização”, tratando a região como se fosse esvaziada de vida e esvaziada de gente, como um depósito de “drogados” e marginais que vivem no “fluxo”, em uma cena aberta de uso problemático de drogas. O discurso da revitalização tem utilizado o mote do combate à degradação urbana e à “Cracolândia” para justificar a necessidade da intervenção pública na região, mas se perde em algumas contradições que evidenciam as reais disputas que estão em jogo neste território.

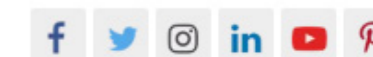
Figura 37. Notícia sobre a demolição de imóveis na região da Luz, Campos Elíseos.

## Demolição de imóveis na Cracolândia deixa três feridos

Moradores foram surpreendidos pela ação da Prefeitura; gestão João Doria diz que objetivo é desarticular crime

Felipe Resk, Fabio Leite e Priscila Mengue, O Estado de S.Paulo  
23 de maio de 2017 | 14h49  
Atualizado 23 de maio de 2017 | 18h47

SIGA O ESTADÃO



Bombeiros resgatam vítima do acidente durante demolição de um imóvel na Cracolândia Foto: Márcio Fernandes de Oliveira/Estadão

SÃO PAULO - A gestão João Doria (PSDB) iniciou a demolição de dois imóveis na Cracolândia, na região central da capital paulista, ainda com pessoas dentro nesta terça-feira, 23. Segundo a Secretaria Municipal de Obras, três pessoas ficaram feridas, sendo duas com escoriações leves e uma encaminhada ao Pronto-Socorro da Barra Funda, na zona oeste. A suspeita de fratura nessa última vítima foi descartada após exames e ela foi liberada da unidade de saúde.

Fonte: O Estadão de São Paulo, 23 de maio de 2017.

Cupons Estadão

PUBLICIDADE

Cupom de desconto Carrefour em 2019  
Cupom de Desconto Carrefour 10% em Eletroportáteis

Cupom de desconto Americanas 2019  
Cupom Americanas 20% de desconto em Livros

Cupom Fast Shop em 2019  
45% em oferta na Fast Shop em Smartphones & Celular

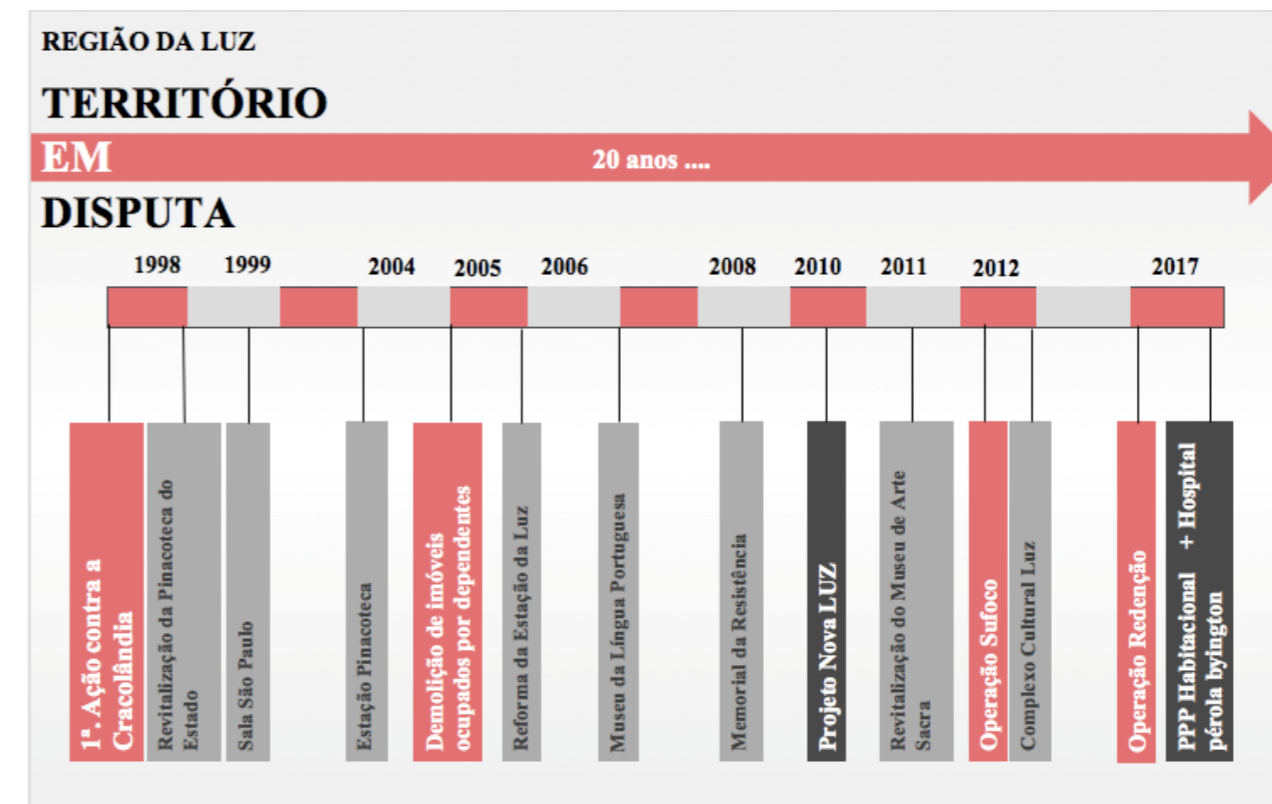
Embora o discurso oficial construa, recorrentemente, a imagem de que a região está esvaziada porque não possui moradores, a maioria dos projetos propostos está associada a processos de remoção. Em outras palavras: há mais pessoas vivendo ali do que a própria narrativa dominante gostaria de reconhecer, quando tenta afirmar seu argumento sobre o esvaziamento do centro. Neste sentido, o combate ao crime e o fim da “Cracolândia” ganham um peso muito importante, na medida em que favorecem ações arbitrárias e violentas, dando legitimidade ao uso das forças policiais contra a população local, esteja ela associada ao tráfico ou não. Assim, os perigos do “fluxo” da “Cracolândia” têm sido usados como justificativa para mobilizar a narrativa da degradação do centro e da necessidade de intervenção do Estado.

A primeira ação policial executada na “Cracolândia” foi em 1998, mas só em 2005 aconteceram as primeiras demolições de imóveis com a remoção de famílias moradoras. A partir de então, as operações na “Cracolândia” passam a ser associadas a intervenções físicas que removem famílias residentes. Este padrão de ação do Estado ganha novos contornos quando, em maio de

2017, o então prefeito João Doria anuncia o “fim da Cracolândia” e coordena uma ação extremamente violenta sobre o fluxo, ao mesmo tempo em que promove demolições sem ordem judicial e com pessoas ainda dentro dos imóveis. Mais uma vez, o combate à “Cracolândia” é mobilizado para justificar as remoções, com a narrativa de que aqueles imóveis do entorno do fluxo eram ocupados por traficantes. A ação foi extremamente truculenta, absolutamente irregular e, desde então, com a justificativa do controle do fluxo, a polícia tem ocupado a região fazendo abordagens abusivas e agredindo moradores e pessoas do fluxo, muitas vezes com uso de bombas de efeito moral.

Este episódio motivou a articulação de uma série de organizações que trabalham na região ou que mantêm alguma atuação em setores relacionados com as intervenções no território, em temas como moradia, patrimônio, cultura e saúde pública. O objetivo era pensar ações que poderiam organizar a resistência da população moradora da região contra as ações repressivas da Prefeitura e do Governo do Estado. Tal articulação deu origem ao Fórum Aberto Mundaréu da Luz, que, meses mais tarde, lançaria o Projeto Campos Elíseos Vivo.

Figura 38. Linha do tempo da disputa da região Luz



Fonte: Apresentação do Instituto Pólis no Seminário Nacional de Planejamento Alternativo, 2019

O fato de as várias entidades participantes trabalharem com temas diferentes propiciou um caldo muito rico, a partir do qual foi possível construir uma articulação multitemática e multissetorial, com o objetivo de refletir de

maneira mais holística sobre a área, abordando seus problemas, conflitos e potencialidades através de diversas dimensões.

## COMO CHEGAMOS

Desde sua criação, o Mundaréu da Luz propôs fazer uma profunda reflexão sobre como se aproximar e como atuar na região. Além do conflito deflagrado pela ação do próprio poder público e da consequente ameaça de remoção, as condições de vulnerabilidade da população local e a presença constante do fluxo são fatores essenciais para entender este tecido social pouco coeso e de difícil penetração. Não havia um senso de comunidade constituído nos Campos Elíseos. Tampouco havia uma Associação de Moradores constituída ou outra forma de organização com lideranças legitimadas. Quando o Mundaréu começou sua atuação, era difícil encontrar um sentido mínimo de vizinhança ou algo que desse alguma unidade ao conjunto de moradores locais. Isto dificultou enormemente a aproximação por parte das organizações que compunham a articulação.

A opção mais viável foi iniciar o trabalho a partir do espaço público. O Mundaréu passou a promover eventos de rua, como o Mutirão de Desenhos, que tinha o objetivo de criar uma leitura da região e de projetar desejos para o bairro através do desenho. A atividade também visava resgatar o aspecto cultural do bairro e as

tipologias características dos imóveis da região, trazendo a atenção de moradores e transeuntes para aspectos locais que, cotidianamente, passam despercebidos.

Nessas atividades, os moradores foram questionados sobre a visão que tinham acerca do próprio bairro, sobre o que era interessante manter e sobre o que era essencial transformar. Tais perguntas tinham a intenção de despertar a percepção das pessoas para a região em que vivem. Dentre as respostas, o conflito com a polícia foi um ponto que surgiu repetidamente. As intervenções do Estado, que não eram explicadas de maneira apropriada, e a existência de uma vida cotidiana muito intensa na rua e nas pensões também foram retratadas com alguma recorrência. De um modo geral, a percepção da população indicava o imaginário de um território que, apesar de seus conflitos, era definido pela vivacidade e pelo dinamismo cotidianos, o que divergia da narrativa oficial que buscava – e ainda tenta – caracterizar a região pelas ausências e pelos vazios, como forma de justificar a necessidade de “revitalização”.

A partir do momento em que algumas relações de confiança já haviam se estabelecido com a população, o Mundaréu propôs oficinas junto

Figura 39. Projeto de Parceria Público-Privada de Habitação de Interesse Social - Casa Paulista



### Lote 1 - Complexo Júlio Prestes

Fonte: <http://www.habitacao.sp.gov.br/icone/detalhe.aspx?Id=13>

aos moradores para elaborar um projeto popular como alternativa à proposta oficial da Prefeitura. [notícia + figura da proposta da PPP] No âmbito da PPP Habitacional, o Governo Municipal anunciara a provisão de unidades habitacionais em dois quarteirões do bairro (as quadras 37 e 38). O projeto, resultado de um convênio com o Governo Estadual, previa a desapropriação e a demolição de vários imóveis para a construção das novas moradias. A intervenção implicaria o despejo de dezenas de famílias que viviam em pensões, cortiços, apartamentos e até em ocupações, sem que as pessoas atingidas fossem chamadas a participar da elaboração e das decisões do projeto que as removeria.

Enquanto isso, a PPP Habitacional estava prestes a inaugurar, ao lado da quadra 37, torres residenciais cujas unidades haviam sido produzidas pelo Governo Estadual em uma etapa anterior da mesma PPP. Embora fossem suficientes para atender cada pessoa a ser removida das quadras 36, 37 e 38, as novas unidades não seriam destinadas a nenhuma família da região, por conta das regras de atendimento da própria parceria público-privada, cujo modelo de acesso não permite que famílias de baixíssima renda, como é

o caso dos Campos Elíseos, assumam o financiamento para aquisição de um imóvel. Como se não bastasse, o Governo Estadual já vinha lavrando as desapropriações e remoções da quadra 36 para a construção do hospital, também via PPP e também sem qualquer envolvimento da população atingida nas decisões que as afetariam.

Além das incongruências do modelo da PPP Habitacional, o processo apresentava uma série de ilegalidades, já que as três quadras (36, 37 e 38) estão demarcadas como ZEIS no Plano Diretor Estratégico do município, de 2014. Essa definição garante que qualquer processo de intervenção a ser feito na área precise ser discutido e aprovado na forma de um Plano Urbanístico por um Conselho Gestor, de formação paritária, para garantir a participação dos moradores. No entanto, as ações de maio de 2017 foram executadas antes da instalação dessa instância participativa, tornando as intervenções da Prefeitura irregulares.

Diante da falta de transparência e de participação e em resposta ao projeto autoritário que ignorava as necessidades da população local, propondo sua remoção sem qualquer solução habitacional adequada, o

Fórum Aberto Mundaréu da Luz se propôs a construir, junto com a população da região, um plano alternativo que se contrapusesse ao projeto imposto pelo poder público. O projeto da Prefeitura era autocrático e refletia uma visão higienista e excludente, impressa nas propostas oficiais desde a década de 1990, quando o discurso de que ali não havia vida já era utilizado para justificar a revitalização da área por meio da atração novas pessoas. O objetivo era construir um projeto que se contrapusesse à narrativa oficial, um instrumento político e contra-hegemônico com soluções técnicas

que demonstrassem ser possível outro padrão de intervenção que não demolisse as casas ou removesse as pessoas do bairro. Para tanto, era preciso reconhecer a realidade daquele território e propor alternativas para as famílias que ali viviam, considerando as características e dinâmicas das ruas e praças, buscando a morfologia e as diversas tipologias habitacionais, sempre enfatizando o fato de que há pessoas vivendo e desejando permanecer naquela área.

O processo de construção do plano alternativo levou cerca de um ano. Foi feito por meio de

Figura 40. Discussão das propostas pela comunidade local



Fonte: Foto do Instituto Pólis - Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

Figura 41. Colagem de eventos, levantamentos, reuniões e oficinas com moradores, iniciativa do Fórum Aberto Mundaréu da Luz.



Fonte: Publicação "Campos Elíseos Vivo", 2018.

Figura 42. Fichas com desejos dos moradores e reuniões realizadas com Danielle Klintowitz e Raquel Rolnik e os moradores da região Luz.



Fonte: Fotos do Instituto Pólis - Fórum Aberto Mundaréu da Luz, 2017.





levantamentos e debates em oficinas com os moradores. A articulação tentou entender não apenas quantas pessoas viviam naquelas quadras, mas também como eram os modos de vida e seus diferentes modos de morar. A construção desse entendimento foi fundamental para explorar, coletivamente, possibilidades de melhoria das condições de vida, qualificando o bairro e preservando o que era importante para a população local. Aos poucos, a entrada nas pensões e residências se tornou possível, o que viabilizou a consolidação de uma leitura socioterritorial que, mais tarde, durante o desenvolvimento da proposta coletiva, viria a servir de subsídio para as discussões com os próprios moradores.

Os levantamentos buscaram compreender as histórias e os modos de vida das famílias residentes, assim como as potencialidades de transformação daquele território, sem que as construções precisassem ser demolidas para ser requalificadas. Neste processo, a percepção dos moradores, que a todo momento eram provocados e instigados a participar e construir uma leitura conjunta, foi fundamental para que o diagnóstico da área fosse o mais próximo das necessidades que estavam colocadas em sua realidade cotidiana.

## O QUE ENCONTRAMOS

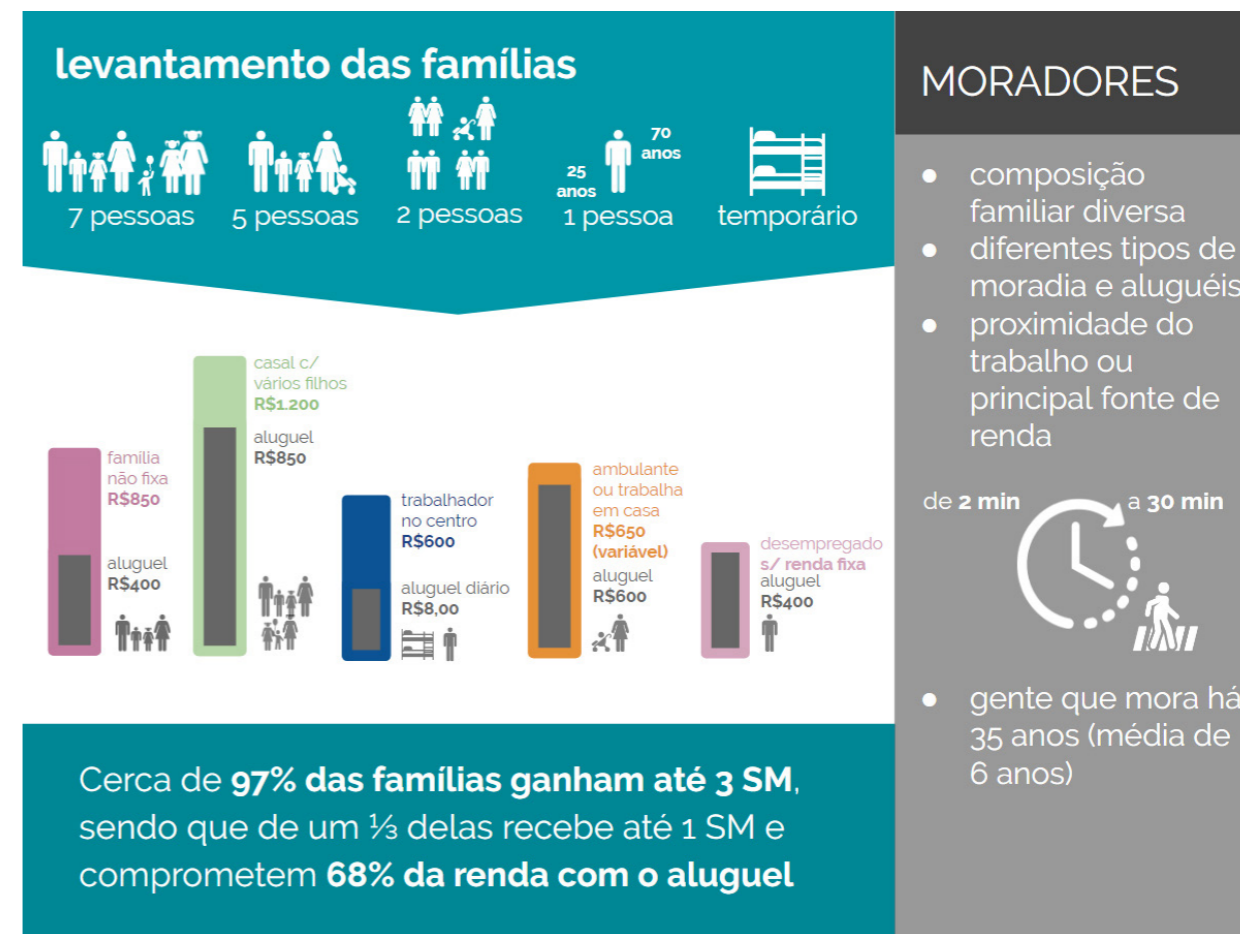
O processo de aproximação, a realização de oficinas e de pesquisas de campo permitiu sistematizar uma leitura sobre as quadras 36, 37 e 38 que apresentou a realidade e a diversidade dos modos de morar e das atividades econômicas locais.

Foram identificados vários tipos de arranjos familiares, como núcleos de 7 pessoas, núcleos monoparentais (em sua maioria, constituídos por uma mãe com um ou mais filhos) e também uma grande quantidade de pessoas morando sozinhas. Nestes casos, foi comum observar o aluguel de camas (e não de cômodos), pago semanal ou diariamente (em vez de mensalmente).

A região também é um lugar tradicional de moradia cigana. Apesar do nomadismo, há famílias que moram sazonalmente na mesma pensão há 25 anos: sempre que voltam a viver na cidade de São Paulo, escolhem o mesmo imóvel da rua Helvétia para morar.

Quanto a renda das famílias, foi observado um baixo padrão econômico, com rendimentos que dificilmente chegam aos três salários mínimos mensais. Apesar da baixa renda, foi observado

Figura 43. Síntese dos dados habitacionais, mais qualificados que os da Prefeitura, levantados pelo Mundaréu da Luz.



Fonte: Publicação "Campos Elíseos Vivo", 2018.

um alto grau de comprometimento com os custos da moradia, sendo que muitas famílias – quase metade – destinam mais de dois terços dos seus rendimentos para o pagamento do aluguel, configurando um quadro evidente de necessidades habitacionais a serem contempladas por políticas públicas adequadas.

Hipoteticamente, se os edifícios produzidos pela PPP Habitacional fossem oferecidos para as famílias das quadras 36, 37 e 38 – o que não era a proposta inicial do Governo do Estado e da Prefeitura –, seu padrão de renda seria um impeditivo ao financiamento imobiliário exigido pelo programa habitacional. Não apenas o modelo de financiamento da parceria público-privada seria inadequado ao padrão de renda desses moradores, mas também as tipologias seriam absolutamente inapropriadas para a diversidade de arranjos familiares existente. De saída, além de pressupor a remoção das famílias que já vivem nesta região do centro, o programa proposto pelo poder público não dialoga com o perfil social e econômico desses grupos, que, seguramente, deveriam ser assistidos por políticas de toda sorte, inclusive habitacional.

Deveria ser desnecessário defender premissas tão óbvias, mas é evidente que o desenho de políticas públicas deveria partir das necessidades reais da população a ser beneficiada pela ação do Estado, de modo que os programas públicos fossem adequados aos grupos que visam atender e não o contrário. Neste caso da PPP Habitacional do centro, pode-se supor que o modelo de política habitacional construído para esta região não pretendia realmente solucionar os problemas das famílias que ali vivem e sim trazer novas pessoas para ocupar esta região pretensamente desabitada.

O diagnóstico também foi bastante eloquente em relação ao comércio da região. A maioria dos comerciantes são locatários do imóvel que ocupam e suas lojas estão abertas há cerca de dez anos. Esses comerciantes e os demais empregados que trabalham em seus estabelecimentos também são moradores daquelas quadras ou de quadras vizinhas nos Campos Elíseos. Não raramente, o comércio ou serviço ocupa o térreo do mesmo imóvel em que moram.

Há, portanto, uma relação muito forte entre a moradia e o comércio do bairro, ou, entre a casa e a atividade econômica responsável pela

Figura 44. Síntese dos dados do comércio local levantados pelo Fórum Mundaréu da Luz.



Fonte: Publicação “Campos Elíseos Vivo”, 2018.

renda familiar; algo que, tradicionalmente, as políticas habitacionais não conseguem contemplar em suas diretrizes e linhas de ação. Não foi diferente no caso do projeto original da Prefeitura de São Paulo, via PPP Habitacional: as famílias com comércio no bairro seriam removidas e, além de ficarem sem as casas, não receberiam nenhum tipo de compensação pela perda de sua fonte de renda.

A proximidade entre casa e trabalho – ou entre a casa e as principais oportunidades de emprego e renda – é um fator essencial para a escolha da moradia e, sobretudo, para o desejo de ali permanecer, mesmo no caso daquelas famílias que não têm um negócio na região ou que não trabalham em algum comércio ou serviço naquelas quadras do Campos Elíseos.

Apesar de as pesquisas de campo realizadas no âmbito do Fórum Mundaréu não terem recenseado todo o conjunto de moradores das três quadras, o processo de aproximação, a permanência e o contato cotidiano, através das oficinas com a população, possibilitaram uma leitura muito mais profunda e detalhada do que a própria Prefeitura foi capaz de produzir no mesmo período. Além de subsidiar o projeto coletivo, essas informações muniram a ação da

sociedade civil nos Conselhos Gestores de ZEIS, criados após muita pressão. Os Conselhos se tornaram um espaço institucional importante de embate, resistência e questionamento. Neles, passaram a atuar algumas das entidades que integram o Fórum Aberto Mundaréu da Luz, como o Instituto Pólis.

## ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

### DISPUTAS NA JUSTIÇA

Paralelamente à elaboração do projeto Campos Elíseos Vivo, o Mundaréu da Luz e os moradores do Campos Elíseos articularam uma série de estratégias em diferentes campos para garantir amplitude ao processo de resistência contra às ameaças de remoção. Uma delas foi a estratégia jurídica, baseada na articulação do Fórum com a Defensoria e com o Ministério Público (MP) do Estado de São Paulo, que, em momentos-chave, foram essenciais para mover ações e interpelar em favor dos direitos dos moradores da região. A argumentação jurídica foi baseada no direito à moradia dos residentes do bairro e nos marcos regulatórios que gravaram aquelas quadras como ZEIS. A

estratégia foi de atestar as irregularidades nas demolições promovidas pela gestão Dória, já que, segundo o Plano Diretor Estratégico municipal, qualquer intervenção em área de ZEIS precisa ser aprovada por seu Conselho Gestor (CG) e a população local deve ter espaço e direito à voto.

A primeira vitória no âmbito destas ações de resistência foi a instituição dos Conselhos Gestores de ZEIS. A decisão judicial favorável à ação do MP obrigou o poder público municipal a cumprir a lei e instalar um Conselho para as quadras da região. Inicialmente foi criado o CG para as quadras 37 e 38, onde o Município propôs a PPP Habitacional, e, posteriormente, outro Conselho para a quadra 36, onde o Estado propôs a construção do hospital. Apesar da divisão em duas instâncias, em vez de um único CG para toda a ZEIS, os espaços foram constituídos de maneira paritária, com a presença de representantes dos moradores e também de instituições e organizações do Mundaréu da Luz.

A estratégia jurídica obteve outras pequenas vitórias, retardando remoções e evitando despejos sumários, que deixariam famílias na rua sem qualquer auxílio ou atendimento provisório.

Contudo, esta estratégia de judicialização e de atuação com a Defensoria e o Ministério Público apresentou suas limitações, já que este campo de disputa se revelou tendenciosamente mais favorável às decisões do Estado e da Prefeitura. Apesar de as quadras 37 e 38 ainda resistirem, a Justiça de São Paulo determinou a remoção das famílias da quadra 36 e a demolição dos imóveis para a construção do Hospital Pérola Byington, cujo projeto só foi aprovado no Conselho Gestor meses após as demolições e somente porque o poder público articulou manobras e submeteu a proposta à votação, irregularmente, sem discussão prévia e sem espaço para questionamentos.

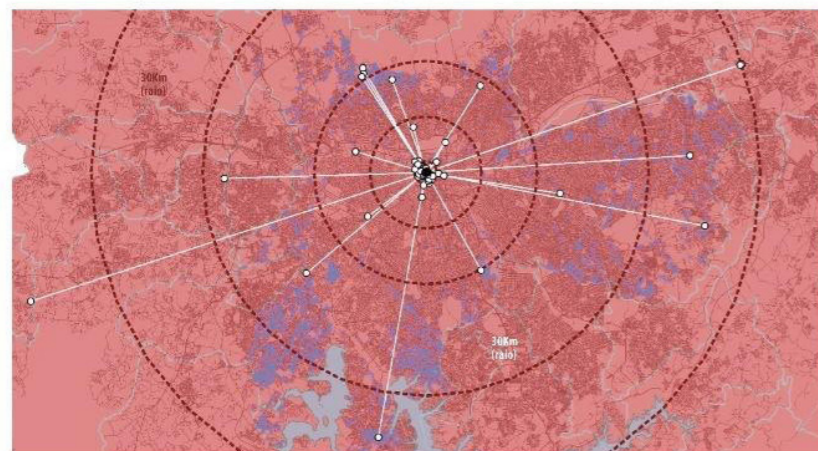
### DISPUTAS DE NARRATIVAS

A disputa de narrativas na mídia foi outra linha de ação estratégica adotada pelo Mundaréu. Ela implica um trabalho contínuo e cheio de obstáculos, pois as mídias tradicionais têm incorporado o discurso da necessidade da eliminação da “Cracolândia”. Até mesmo o diálogo com a mídia alternativa, que tradicionalmente tem um posicionamento mais crítico em relação às remoções forçadas, é truncado e cheio de vícios, dado que o uso

Figura 45. Remoção das famílias da região da Luz.

## PARA ONDE FORAM AS FAMÍLIAS REMOVIDAS DA ZEIS NA QUADRA 36 EM CAMPOS ELÍSEOS?

Levantamento realizado pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz que acompanhou o processo de remoção das famílias que ali moravam ou trabalhavam



As famílias buscaram, majoritariamente, permanecer no Centro, mantendo suas condições de sobrevivência, mesmo em situações de precariedade, mas em alguns casos os deslocamentos foram para as bordas da cidade ou para a Região Metropolitana, sobretudo favelas.

Fonte: Levantamento realizado pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz, mundareudaluz.org

recorrente de expressões como “Cracolândia” reproduz todo o estigma da região na percepção da opinião pública e reitera a narrativa de que é fundamental intervir a qualquer custo na região para “revitalizá-la”.

Mostrar que outros modelos de intervenção são possíveis, revertendo o estigma, é uma forma de questionar publicamente as propostas oficiais, dando ênfase aos seus impactos e às violações de direitos. Para tanto, é fundamental

apresentar matérias jornalísticas positivas que considerem soluções alternativas. A incidência na imprensa foi muito importante para desvelar, ao público em geral, o que realmente acontecia no Campos Elíseos e que era tornado invisível pela narrativa oficial, estruturada em torno da ideia de que as ações policiais e demolições de edifícios eram medidas imprescindíveis para acabar com a “Cracolândia” e prender traficantes.

Figura 46. Discussão das propostas pela comunidade local nos Conselhos Gestores de ZEIS



Fonte: Fotos do Instituto Pólis - Fórum Aberto Mundaréu da Luz.

Nossa estratégia não ficou restrita à incidência na mídia tradicional. Elaboramos muitos materiais gráficos e digitais para disseminação nas redes, buscando humanizar as famílias atingidas, mostrando suas histórias, seu cotidiano, seus rostos, tirando-as da invisibilidade e da impessoalidade dos números. Por outro lado, algumas peças tentaram retratar o impacto das remoções, demonstrando a dispersão da população despejada irregularmente.

## ATUAÇÃO NOS CONSELHOS GESTORES

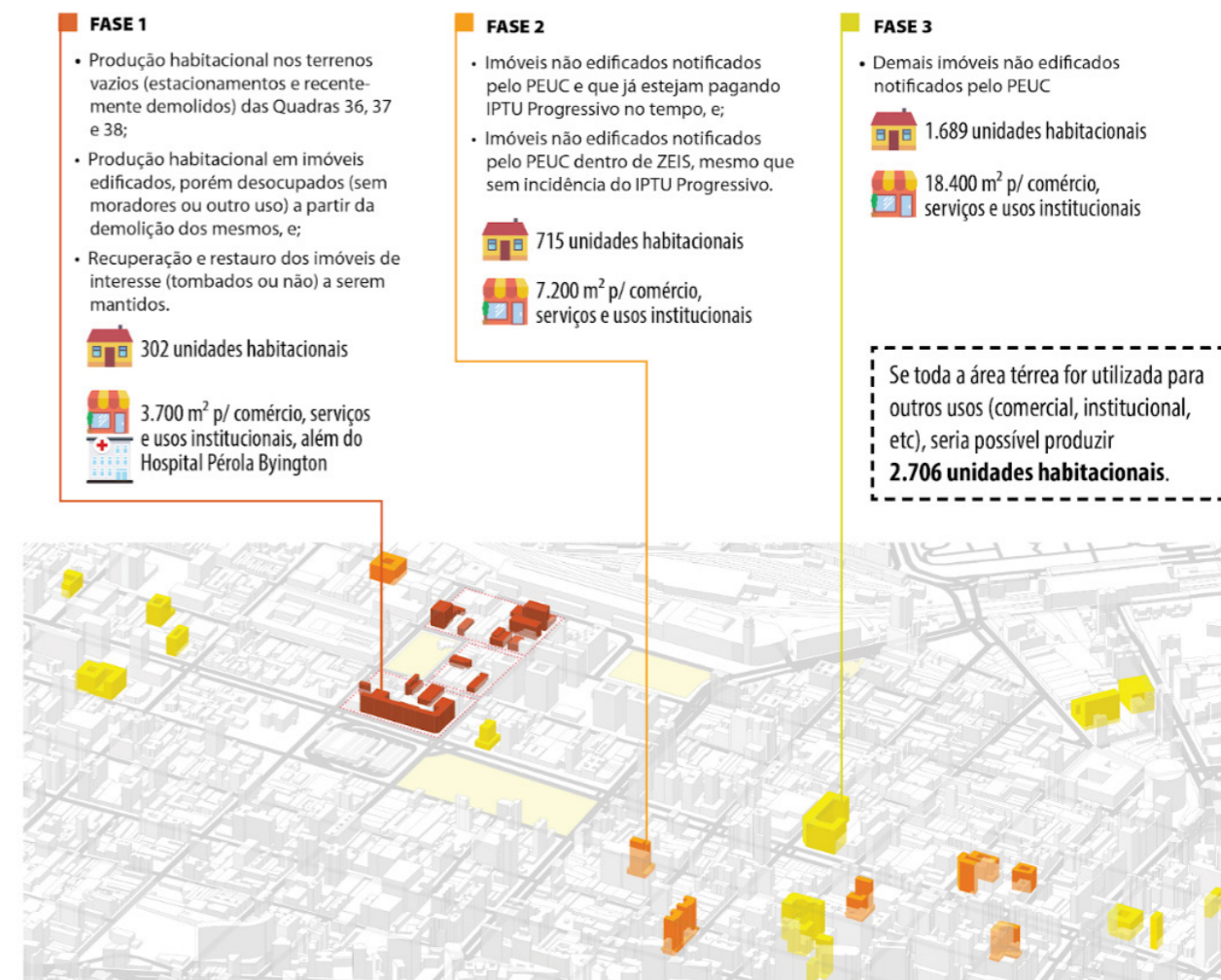
Os Conselhos Gestores das ZEIS, já mencionados anteriormente, têm sido um espaço fundamental de luta e resistência. A estratégia de ocupar essas instâncias oficiais de representação é essencial para a disputa. Membros do Mundaréu e moradores comprometidos com a construção de soluções alternativas às oferecidas pelo poder público passaram a atuar ativamente nestes Conselhos. Os Conselhos Gestores integraram as reivindicações da sociedade civil, que exigiu a criação de espaços institucionais para o diálogo direto com o poder público, para solicitar informações e explicações, para apresentação das políticas propostas, para obter respostas às dúvidas dos moradores e, principalmente, para disputar as decisões sobre do território.

No entanto, não há como deixar de reconhecer os limites dos Conselhos que, apesar de serem paritários, possuem um regimento interno favorável ao comando e às diretrizes da Prefeitura Municipal que os coordena, já que cabe à presidência do CG (geralmente ocupada por um representante da SEHAB) a decisão final – o voto de minerva – em votações empatadas. Assim, em disputas mais duras e equilibradas entre governo e sociedade civil, tendem a prevalecer as imposições da Prefeitura.

Fora desses espaços institucionais de participação, o poder público adotou canais privados diretos e não oficiais com alguns moradores, principalmente, com os proprietários. Desta forma, levou as negociações para dentro dos gabinetes, visando fortalecer sua agenda e enfraquecer os Conselhos. Ainda assim, os Conselhos Gestores são arenas políticas de discussão e decisão e têm sido importantes espaços de resistência porque garantem, minimamente, a oportunidade para contestação, para disputa e para a organização da sociedade civil em torno de propostas alternativas. O próprio projeto Campos Elíseos Vivo foi apresentado e discutido no âmbito dos Conselhos de ZEIS das quadras 36, 37 e 38, como alternativa à

Figura 47. Infográfico das fases e da produção Habitacional e outros espaços

### FASEAMENTO



Fonte: Publicação “Campos Elíseos Vivo”, 2018.

política proposta pelo Estado e pela Prefeitura. Parte de suas diretrizes teve que ser incorporada às diretrizes apresentadas posteriormente pelo poder público, o que mostra a efetividade, ainda que parcial, das forças de resistência no interior deste âmbito institucional.

A garantia de que todas as famílias sejam incluídas na demanda habitacional e a aprovação do cadastro para o atendimento definitivo também são exemplos de competências dos Conselhos que garantem o cumprimento de medidas para efetivar os direitos das famílias do bairro. Os ritos formais, a fiscalização e a cobrança dos conselheiros têm conseguido impor um outro ritmo ao andamento das intervenções da Prefeitura, impedindo que ela implante seu projeto de forma arbitrária, violando direitos da forma brutal que caracterizou suas ações no primeiro semestre de 2017. As diretrizes propostas pela Prefeitura puderam ser questionadas no plano da técnica, ao serem contrapostas às alternativas oferecidas pelo Mundaréu por meio do projeto Campos Elíseos Vivo.

Assim, apesar dos limites, os Conselhos têm ajudado a tornar o Fórum Mundaréu um ator político relevante nas disputas em torno das políticas previstas para a região. Assim,

este espaço institucional organiza uma força de resistência no interior de um processo de intervenção. Se o início foi avassalador, em determinado momento, tomou um novo rumo. Um dos motivos para esta guinada é certamente a atuação dos Conselhos Gestores.

### CAMPOS ELÍSEOS VIVO

O projeto Campos Elíseos Vivo é um plano popular alternativo às propostas do poder público e apresenta um projeto urbanístico e social para a região dos Campos Elíseos, no centro de São Paulo. O plano foi elaborado ao longo de quase um ano junto com os moradores e trabalhadores da área, através de oficinas, reuniões e ações de rua promovidas pelo Fórum Aberto Mundaréu da Luz. Apesar de ser entendido como um processo coletivo, que não tem necessariamente uma forma final e definitiva, a articulação se propôs a formatar e apresentar publicamente o projeto em abril de 2018. A data serviu como oportunidade para aproveitar o tempo político das mudanças de comando no Estado e no Município, já que se tratava de um ano eleitoral que provocaria mudanças na gestão da Prefeitura.

Figura 48. Eixos do projeto



Fonte: Publicação “Campos Elíseos Vivo”, 2018.

O plano é estruturado em três grandes eixos. O primeiro eixo trabalha a questão da moradia e do trabalho, o segundo aborda aspectos dos espaços e dos equipamentos públicos e um terceiro eixo trabalha a questão do fluxo com mais profundidade a partir da abordagem proposta pelas políticas de redução de danos.

Uma das diretrizes centrais do projeto consiste na produção de novas unidades habitacionais em terrenos vazios existentes na própria região (a menos de 1 km de distância das quadras), dispensando a demolição de imóveis e comprovando que a remoção de famílias não é condição necessária para a provisão habitacional. Para além da construção de novas moradias, o projeto também propôs a requalificação de imóveis nas quadras 36, 37 e 38, já que muitos dos edifícios habitacionais existentes poderiam, perfeitamente, continuar desempenhando tal função ainda que precisem de reparos e melhorias – o que também evitaria demolições.

### ATENDIMENTO CHAVE-A-CHAVE

O objetivo desta proposta habitacional é possibilitar o atendimento às famílias da região sem que elas precisassem ser removidas do

lugar onde moram atualmente. É um modelo de atendimento chave-a-chave: a família só deixa sua casa quando receber a chave da sua nova moradia, próxima à atual, sem gerar necessidade de soluções provisórias e sem sobrecarregar as filas de espera para o atendimento habitacional definitivo.

Considerando apenas as áreas disponíveis dos terrenos vazios e os dois imóveis extremamente precários que precisam ser substituídos em razão de seu estado de degradação, seria possível construir cerca de trezentas novas unidades habitacionais nas quadras 37 e 38. O número poderia ser ainda maior, cerca de seiscentas unidades, se os terrenos já demolidos e desocupados da quadra 36 fossem utilizados para provisão habitacional em vez de abrigarem o hospital, cujo projeto segue sem avançar. Independentemente do cenário, o número de unidades seria suficiente para atender toda a demanda da população existente nas quadras, definida, hoje, pelas famílias ameaçadas de remoção. Tal provisão evitaria que famílias tivessem que se mudar para outra região da cidade, evitaria remoções, possibilitaria a construção de novas unidades com diversidade tipológica adequada às famílias locais e ainda destinaria as áreas térreas para usos não-

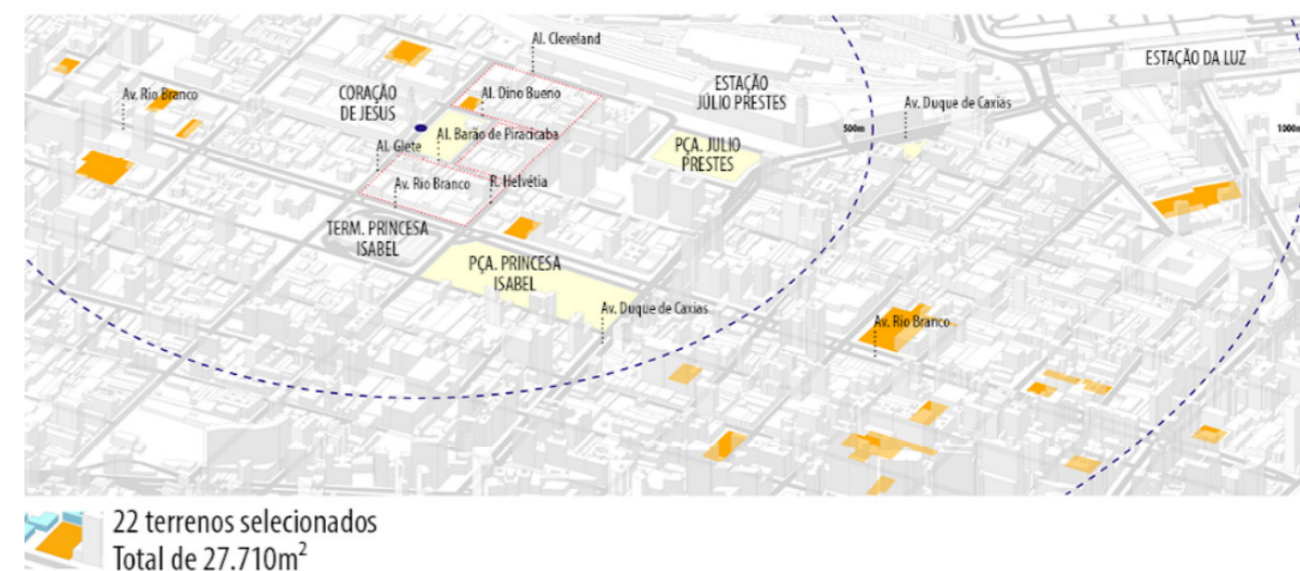
residenciais, atendendo também à necessidade dos comerciantes locais hoje ameaçados de perder sua fonte de renda.

Além de propor uma solução viável, o principal argumento do projeto Campos Elíseos Vivo é ausência de razões técnicas que justifiquem a

necessidade de remoção como única resposta possível. A remoção não é uma condicionante técnica para viabilizar a política habitacional, mas um imperativo higienista, de caráter meramente político e ideológico.

Figura 49. Infográfico das fases e da produção Habitacional e outros espaços

### TERRENOS SELECIONADOS



Fonte: Publicação “Campos Elíseos Vivo”, 2018.

## TERRENOS VAZIOS

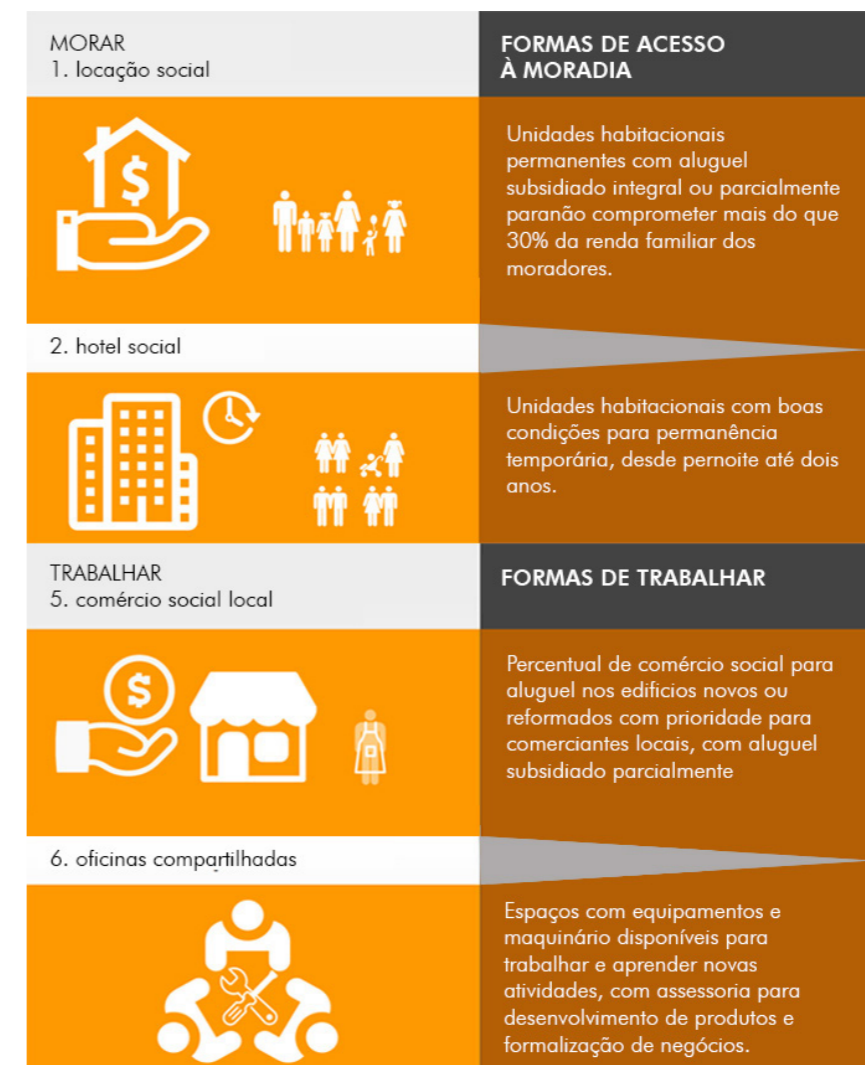
Fizemos o levantamento de terrenos vazios próximos às quadras. Estes terrenos poderiam ser utilizados para a produção de novas unidades habitacionais, evitando, assim, remoções e demolições desnecessárias. Para tanto, foram identificados lotes em um raio aproximado de 1km a partir do Largo Coração de Jesus (centro do bairro) que haviam sido notificados pela própria Prefeitura com o instrumento de Parcelamento, Edificação e Uso Compulsório (PEUC) previsto no Plano Diretor.

O instrumento visa efetivar a função social da terra obrigando proprietários de imóveis ociosos e subutilizados a dar um uso mais adequado à suas propriedades; daí o nome do parcelamento, da edificação ou do uso compulsórios. Se o dono não atender a notificação e não apresentar um projeto que dê nova finalidade ao imóvel, o mesmo passa a ser sobretaxado gradativamente através do IPTU progressivo no tempo, instrumento também previsto no Plano Diretor. Ainda assim, se nada for feito do imóvel no tempo determinado, o Município poderá desapropriar o bem, usando títulos da dívida pública.

Detalhes operacionais do PEUC à parte, o que importa dizer é que imóveis notificados por este instrumento são terrenos que, notadamente, não cumprem sua função social e que deveriam estar no horizonte da política urbana e habitacional por serem lotes subutilizados em uma região central, servida de infraestrutura e que concentra serviços e empregos. São áreas onde a produção habitacional pública deveria priorizar sua ação, sobretudo porque dispensam remoções.

O estudo encontrou 22 imóveis nesta condição, considerando apenas os lotes notificados e desocupados, com 500 m<sup>2</sup> ou mais de área. Mesmo excluindo os lotes de menor porte, estimou-se um potencial construtivo de mais de 40 mil m<sup>2</sup>, que possibilitaria a construção de cerca de 3 mil unidades habitacionais. Estimando que as quadras ameaçadas de remoção provocariam impactos na vida de aproximadamente 400 famílias, este projeto permitiria não apenas realocar as famílias atingidas em um raio de no máximo 1 km, partindo do Largo Coração de Jesus, mas também possibilitaria atender mais de 2 mil outras famílias de outros bairros da cidade de São Paulo.

Figura 50. Infográfico das fases e da produção Habitacional e outros espaços



Fonte: Publicação “Campos Elíseos Vivo”, 2018.



## OUTROS USOS

Para a área térrea dos edifícios, foi programado o uso comercial, o que seria suficiente para atender todos os comércios e serviços atualmente existentes no bairro e ainda possibilitaria a chegada de novos estabelecimentos. Além de promover um novo dinamismo ao bairro, a diversidade de usos seria uma maneira de atender a demanda dos comerciantes locais e de associar atividades econômicas à moradia, o que demonstrou ser crucial para o padrão de renda da população local mais vulnerável.

Além de destinar áreas para usos comerciais e serviços, o projeto também propõe o modelo de comércio social, uma inovação trazida a partir da reflexão desenvolvida em conjunto com moradores, que permite o uso desses espaços não-residenciais através de valores subsidiados como garantia para que o pequeno comerciante local possa efetivar seu direito de permanecer no bairro.

Além dos estabelecimentos comerciais e de serviços, o projeto também previu espaços de uso compartilhado, como oficinas para que os moradores que atualmente trabalham em casa possam exercer suas atividades econômicas em lugares mais adequados e seguros.

## CUSTOS

O projeto Campos Elíseos Vivo foi submetido a uma avaliação financeira para demonstrar sua viabilidade prática. Apesar de a proposta prever a construção de um número muito maior de unidades habitacionais do que o previsto pelo projeto oficial e de prever espaços comerciais, a implantação deste projeto custaria R\$ 110 milhões a menos do que a proposta do poder público. O componente de maior impacto na economia final é o custo da terra, que seria reduzido drasticamente com o uso do PEUC, já que o instrumento estimula o uso da terra sem, necessariamente, gerar ônus com aquisição ou desapropriações litigiosas.

Assim, o projeto Campos Elíseos Vivo demonstra, tecnicamente, que o projeto do poder público é ineficiente e mais caro que o necessário. Além disso, não busca atender as necessidades habitacionais da cidade, mas atender outros interesses, promovendo a substituição da população local por um público de mais alta renda para região.

## FORMAS DE ACESSO À MORADIA

O projeto Campos Elíseos Vivo também propõe uma maior diversidade de formas de acesso à moradia, mais adequadas aos diferentes perfis dos moradores, conforme a pesquisa de campo revelou. A proposta original do poder público foca no atendimento habitacional via transferência de propriedade privada através de um modelo de financiamento imobiliário inacessível à grande maioria das famílias que vive na região. A impossibilidade do crédito imobiliário apresentado pela PPP Habitacional não se deve apenas ao valor médio de rendimento das famílias que moram naquelas quadras, mas ao padrão intermitente e à informalidade das relações de trabalho a que muitos moradores estão submetidos.

Diante deste quadro, o Campos Elíseos Vivo propõe as modalidades de locação social, de hotéis sociais para as famílias ou pessoas de permanência temporária na região, e a moradia terapêutica articulada à política de redução de danos para os casos de extrema vulnerabilidade combinados ao uso de drogas. Esta solução em especial vem sendo muito trabalhada em vários lugares do mundo por entender a moradia como um ponto de acesso

a outros direitos e como o lugar inicial para reestruturação do indivíduo usuário de drogas. A reinserção do usuário e a possibilidade de passar pelos programas nos diferentes estágios de tratamento são as tônicas desta proposta.

A solução da casa própria seria apenas mais uma dentre as modalidades oferecidas e não a única alternativa. Se for entendida como a única solução existente, a propriedade individual cria obstáculos para famílias cujo perfil socioeconômico não é compatível com o financiamento de pagamento a longo prazo que ela pressupõe.

## ESPAÇOS PÚBLICOS E DE USO COLETIVO

O projeto alternativo também apresenta muitas propostas no âmbito dos espaços e dos equipamentos públicos: banheiros coletivos públicos, incluindo duchas que podem atender as pessoas que estão no fluxo, até restaurante popular, cozinhas compartilhadas para as quituteiras da região, espaços públicos destinados às crianças, espaços para atividades culturais, hortas coletivas, entre outros programas.

## VITÓRIAS E DERROTAS

O coração do projeto era demonstrar a viabilidade técnica e financeira de um plano alternativo à proposta higienizadora e gentrificadora do poder público, que propõe remover mais de 600 famílias sem lhes dar alternativas adequadas para continuarem morando na região central da cidade.

Até o momento, o Fórum Mundaréu Aberto da Luz acumulou algumas vitórias, como já citadas: a constituição dos Conselhos Gestores das ZEIS, o adiamento das desapropriações e das remoções, a inserção de algumas diretrizes do Campos Elíseos Vivo na política proposta pelo poder público.

No entanto, também tivemos reveses significativos. A remoção integral da quadra 36 e demolição de seus imóveis para a construção do hospital foi a principal derrota até o momento. As remoções foram extremamente violentas, com aviso prévio de curtíssimo prazo e com atuação muito violenta da polícia. Nem todas as famílias receberam o auxílio aluguel, solução provisória adotada pela SEHAB. Mais recentemente, os representantes do Conselho Gestor sofreram

uma dura derrota na aprovação das diretrizes de projeto, que foram submetidas ao voto do plenário sem ter sido apresentadas e discutidas previamente.

É fato que esta região e seus moradores vêm acumulando adversidades e derrotas. Nesta mesma quadra 36, vivia uma família que já havia sido removida no começo da década de 2000, durante a demolição do quarteirão vizinho onde ficava a antiga rodoviária e onde hoje estão sendo construídas, dez anos depois, as torres residenciais da PPP Habitacional; a mesma PPP que, por regra, não pode atender nenhum morador local.

Por não ter recebido atendimento habitacional do poder público na época, essa família foi morar em uma ocupação na quadra 36, que, em 2017, foi inteiramente demolida. Após esta última remoção, esta mesma família foi morar na ocupação do Edifício Wilton Paes de Almeida, que pegou fogo em maio de 2018. Este exemplo é uma ilustração bastante dramática da trajetória de vida e das violações cotidianas que afetam as famílias mais vulneráveis da região central. São estas pessoas que deveriam ser

contempladas pelas políticas públicas, mas que são sistematicamente excluídas dos planos do Estado.

No entanto, é importante demarcar mais duas vitórias significativas, que foram resultado deste processo e estão além dos ganhos institucionais dos Conselhos Gestores. Uma primeira conquista é a legitimidade e a representatividade que o próprio Fórum Aberto Mundaréu da Luz passou a ter perante o poder público, que teve que reconhecer a relevância das entidades e, sobretudo, dos moradores enquanto atores políticos nas arenas de debate sobre os destinos do centro de São Paulo.

Uma consequência indireta deste fortalecimento político local é a observação de que, mesmo dispersa, a população do bairro já está em outro estágio de articulação comunitária, menos distante de um processo emancipatório se comparado ao início da articulação em 2017. As lutas e a resistência possibilitaram um ambiente propício à maior coesão comunitária e ao surgimento de lideranças, as quais têm despontado como figuras políticas importantes neste processo, e que estão fazendo uma luta

muito significativa pela região e adquirindo o reconhecimento de seus direitos de permanência nesse território.

De modo geral, o Mundaréu da Luz e o projeto Campos Elíseos Vivo têm demonstrado que intervenções urbanas não derivam, exclusivamente, dos projetos concebidos pelo poder público (e por seus parceiros políticos) e que é possível desenvolver propostas contra-hegemônicas que sejam alternativas viáveis para efetivação de direitos, para qualificação do espaço urbano existente e para construção de cidades mais justas e democráticas.

# CAMPOS ELÍSEOS: PELA PERSPECTIVA DE UMA LIDERANÇA

Cássia Aparecida da Silva

O texto a seguir foi feito com base na transcrição de uma das principais lideranças da quadra 36, Cássia Aparecida da Silva. Ele contém tanto a fala inicial quanto as respostas dadas ao conjunto de perguntas que fsurgiram ao longo do seminário.

O texto foi mantido praticamente na íntegra, editamos apenas os vícios de linguagem que poderiam atrapalhar a leitura.

Cabe destacar que após essa edição o texto foi enviado à Cássia que autorizou a versão aqui transcrita.

## APRESENTAÇÃO INICIAL

Bom dia! Vou tentar passar para vocês, de tudo isso que já foi falado, um pouco sobre todos esses momentos. Eu vou tentar transferir a vocês um pouco sobre a minha vida, minha história, lá de dentro. Eu sou de São Paulo, eu morava na favela da Zacki Narchi que ficava no Carandiru. Depois que o meu pai morreu, eu vim para a Favela do Moinho e fiquei morando lá por durante 20 anos. Estou há 27 anos no centro da cidade de São Paulo, e o meu território é todo esse, é toda a Luz, e agora eu estou ali, nos Campos Elíseos.

A gente vai tentando construir raízes em certos locais, e é o que eu estou fazendo desde a Favela do Moinho, mas, de repente, acontece a possibilidade da gente sair dali, e qual é essa possibilidade que a gente coloca em nossa cabeça? A minha mãe, com 3 filhas mulheres, não queria estar à mercê de uma comunidade onde há traficantes, onde há um poder paralelo muito grande. “São meninas, são minhas filhas, são meus tesouros”. Então a minha mãe tentou algumas outras ocupações, perseguindo esse sonho de tentar dar o melhor para as filhas. Então, a gente começou uma peregrinação: passamos pela Ocupação Mauá, passamos pelo prédio de vidro, isso já foi há um tempo. Eu passei pelo prédio de vidro primeiro com a minha mãe, depois eu passei pelo prédio de vidro com os meus filhos. Eu tenho 4 filhos atualmente, eu sou aquela família enorme, fora os agregados que a gente vai conquistando, vai obtendo, e as pessoas vão gostando, e é assim.

Nesse contexto todo, a minha mãe era moradora da Favela do Moinho, e está há 10 anos no Bolsa Aluguel, há 10 anos! Não é só a Dona Francisca que está no Bolsa Aluguel. São mais ou menos 700 famílias, moradoras do Moinho, que estão no Bolsa Aluguel. Aí eu penso aqui, com a

minha ignorância toda: “Quanto o governo está gastando com esse Bolsa Aluguel?” Com esse recurso, ele poderia ter reformado um prédio, e poderia ter implantado uma locação social, alguma coisa, um projeto que complementasse mais as famílias.

O valor de R\$ 450,00, que é a quantia que as famílias recebem pelo Bolsa Aluguel, é simbólico, é simplesmente uma compra de interesse, e que não resolve o problema de ninguém. Não estou aqui falando para vocês que eu quero ganhar uma pensão do governo para pagar o meu aluguel, isso seria muito fácil. Não! Precisamos de soluções e as soluções não vêm mediante um Bolsa Aluguel, então é muito complicada essa situação quando se fala em Bolsa Aluguel. Eu não estou de pleno acordo, estou, agora, no programa de Bolsa Aluguel, mas não estou de pleno acordo com isso. Eu acredito que o dinheiro que eles gastam, o tempo que eles gastam com as pessoas que estão no Bolsa Aluguel, eles poderiam fazer um projeto bem maior, bem mais amplo, e eles têm dinheiro para isso, tem pessoas que podem ajudar com esses projetos, como o pessoal do Fórum Mundaréu da Luz que vêm com alguma solução em que você se encaixa. Porque quando a gente consegue abrir

Transcrição:

Eunice Remondini

O texto da Cássia Aparecida, moradora dos Campos Elíseos, foi uma transcrição com edições pontuais da fala realizada durante o SEMINÁRIO

Figura 51. Remoção do casarão da quadra 36 em abril de 2018.



Fonte: Instituto Pólis, 2018. Foto: Felipe Moreira

os olhos para fora da comunidade ou para fora da ocupação, percebe que há solução, que não precisa ficar naquela mesmice de passar de uma ocupação para outra, por que não tem como a gente se encaixar na sociedade, porque a gente não recebe um salário suficiente, não temos poder aquisitivo muito grande para pagar um aluguel alto, seja numa quitinete, seja num apartamento.

Hoje eu estou morando numa quitinete com 4 crianças. A minha sorte foi essa quitinete. É uma quite de construção antiga, então ela é mais ampla, mas são 4 crianças, então fica bem complicado. Quando você chega numa ocupação porque quer, dizendo assim: “Eu cansei de morar no apartamento, vou ali para a ocupação, passar uns tempos”. Ninguém vai para a ocupação porque quer, ninguém está ali... naquele momento que você está ali muito frágil, seja financeiramente, seja por outros motivos, muita gente chega na Ocupação porque vem da Bahia, vem do Recife, vem de Salvador, vem de todos os lugares do país para tentar a vida em São Paulo, e quando chega aqui, quando se depara com a cidade de São Paulo, vê que não é a cidade dos sonhos, que você vai chegar, vai trabalhar, vai ter a sua

moradia, vai estudar, e vamos pra frente, não é dessa maneira. Infelizmente, as pessoas que estão fora de São Paulo, que pensam que a cidade é aquele sonho – que é um dos maiores sonhos de muita gente –, mas São Paulo, quando você chega, você se depara com uma dificuldade imensa.

Primeiro, a moradia. O meu motivo para voltar pro centro da cidade de São Paulo foi uma separação, eu estava debilitada emocional e financeiramente, então o que eu vou fazer? Vou colocar os meus filhos na rua? Não! Não posso fazer isso. Então eu fui para uma ocupação; só que quando eu cheguei naquela ocupação, eu me deparei com certas coisas, e essas coisas são: primeiro, o poder público cai em cima de você. Eu, por exemplo, tenho um filho de 14 anos, então quando chegava o final de semana, eu às vezes tinha a opção de mandar ele para a casa do pai, não só ele, como a minha filha de 12 anos, ou então para a casa da avó, que era na comunidade do Moinho, porque provavelmente eu ia acordar na Ocupação, na sexta ou no sábado, com uma arma na cabeça. Aí você me pergunta: “Mas por quê? Ele é envolvido com o tráfico?” Não, porque quando os policiais entravam não queriam saber se ele tinha 14 anos; quando os policiais entravam,

pelo fato de eu estar num lugar que é invadido, eles acham que eu não tenho direitos. Então, é perseguição policial. Quando os meus filhos estavam na sexta ou sábado dentro da minha casa, e eu já sabia que ia ter uma operação policial, eu tirava eles de lá.

Pelo fato de eu estar em um local que é ocupado, que é ao contrário da Sandra, ao contrário do Pedro, e ao contrário do pessoal que estava aqui falando com vocês, a gente faz ocupações, que é o que o governo tem que disponibilizar pra gente – mas ele não faz isso, eles preferem deixar os prédios fechados do que dar moradia para as pessoas, a maioria está nas ruas, vão para o crack, vão para o tráfico, vão pra qualquer outra coisa, mas não é por opção, é porque eles são empurrados para isso, a maioria, quando vê uma oportunidade, abraça, agarra, como se fosse um bloco desse tamanho de ouro, mas não é, é simplesmente uma oportunidade.

Então, quando eu ficava sabendo que ia ter operação, eu tirava os meus filhos de lá. Mas só que às vezes a gente não sabia que ia ter operação. Teve um dia que meu filho acordou com um fuzil. Eu estava lá dentro, percebi essa movimentação no quintal, que era um corredor, que era o nosso quintal, e o que aconteceu? Eu fui ver o que era,

porque era um lugar que acontecia de tudo, você não sabia se era alguém escondendo alguma coisa na sua casa, se era um traficante, se era um cara que iria te roubar; enfim, acontecia de tudo, então a gente tem o alerta, a gente ia lá e saía, como qualquer um sairia pra ver o que está acontecendo; eu saí e me deparei com dois homens, do tamanho desse prédio aqui, dois homens grandes, os maiores homens do mundo foram aqueles dois que eu vi naquele dia. Eu não sei se era impressão, mas eu vi, eles estavam em punho com uma arma muito grande, naquele momento eles perguntaram pra mim quem estava na minha casa, e eu imediatamente abri as portas da minha casa, e falei: “Vocês podem ficar à vontade”. Perguntei para eles o motivo, por que eles estavam lá dentro. Eles disseram que um rapaz de camiseta azul tinha roubado nas imediações da Porto Seguro e correu ali pra dentro; eu disse que estava com os meus filhos dentro de casa, mas que podiam ficar à vontade; a gente tem uma casa pequena, então a gente faz o quê? Põe uma madeira aqui ou senão um guarda-roupa, e a gente divide, a gente faz quarto e cozinha, enfim, tudo isso. Então, os meus filhos estavam no quarto e o meu filho estava dormindo no chão, o quarto é pequenininho, tinha um beliche para 4 pessoas, mas não dava pra dormir todo mundo no beliche,

então o meu filho estava dormindo no chão. Naquele momento em que o meu filho estava dormindo no chão, o policial olhou para o meu filho – meu filho é grande – e perguntou: “Quem está ali?”. Eu falei: “É o meu filho de 14 anos”. Naquele momento, ali, eu já fiquei muito brava, muito nervosa. “Tem certeza que é o seu filho?”, ele disse. “Até que prove o contrário...” eles não iam fazer um DNA do meu filho, só que o meu filho dorme com a cabeça coberta, eu nem sei como ele consegue fazer isso, pode ser frio ou calor, ele dorme com a cabeça toda coberta. O policial pegou – pra mim aquilo lá era um fuzil – e com a ponta do fuzil ele descobriu a cabeça do meu filho. Quando eu vi, eu falei pra ele: “Não faça isso porque ele tem mãe, eu vou pedir pros senhores se retirarem da minha casa, porque se o senhor quiser ver o que tem dentro da minha casa, eu desmonto a minha casa inteirinha, só que não mexa com os meus filhos”.

Não foi a primeira vez, não foi a segunda, tive outras situações de estar dentro da ocupação e entrar um pessoal que xingou os policiais, só que o policial estava sozinho, e de repente vem a tropa de choque praticamente inteira, pegou todo mundo – a gente tinha um espaço que as crianças brincavam –, pegaram todo mundo, colocaram no chão, principalmente os homens,

os homens todos no chão e perguntaram quem tinha xingado eles, afrontado eles, enfim, alguma coisa assim. Eu acredito que naquele momento tinha sido uma criança, eles não queriam saber, eles entraram numa destruição tão grande que quem respondesse eles batiam, colocavam de cabeça no chão, virado para o chão, o rosto para o chão, e as pessoas que estavam saindo para trabalhar não podiam sair, porque eu moro na cracolândia, mas eu não sou a cracolândia, eu não sou usuária, eu sou aquele pessoal ali que eles dizem que tem que revitalizar. Por que tem que revitalizar a minha vida? Eu não tenho vida? Vão me ressuscitar? Vão fazer o quê?

Eu vejo cada matéria, cada coisa que é revoltante: “A cracolândia precisa de vida!” Mais vida ainda? Eu vou fazer mais quantos filhos para povoar tudo aquilo? São pessoas normais, são pessoas comuns, eu saía dali, não só eu como muitos, a gente sai às 5 horas da manhã, e volta às 8 horas da noite, vai para o trabalho, vai para a escola, vai para a faculdade, tem gente que está lá que não tem a possibilidade de pagar uma faculdade, então aperta para conseguir.

São várias as situações que a gente passa ali dentro, porque é uma opressão muito grande. Eu fiz minha mudança em menos de 15 minutos

quando a prefeitura decidiu que o casarão tinha que ser desocupado, que era onde eu morava, na quadra 36. Primeiro, eu tive um mês para procurar um lugar pra ir, e depois desse mês, eles me dariam uma suposta ajuda com a mudança. Eu tive 15 minutos para fazer essa mudança. E sabe como foi essa mudança? Entraram umas 10 pessoas com algumas caixas, e eles falavam assim para mim: “Senhora, isso aqui a senhora vai levar?” E eu respondia: “Vou”. “E isso aqui, vai levar?” E eles fizeram a mudança para mim. Então vocês imaginam aquilo tudo bagunçado, tudo misturado, uma coisa misturada com a outra. Se, por acaso, eu falasse: “Esse filho eu não vou levar”, eles com certeza iriam jogar o filho pela janela. Então é assim: você vai levar o quê e o que você não vai levar, e quem organizou tudo foram eles, as mudanças todas misturadas lá no caminhão. “O fulaninho vai para a zona sul, você também vai?” “Vou”. “Então vamos lá!” “Três mudanças ali, toca lá dentro, vai colocando pra dentro”. Então funciona assim, você não tem poder sobre a sua vida, porque para o poder público aquela área é interessante para eles.

A partir do momento em que você está pagando o seu aluguel, que você tem a sua casa há mais de 30 ou 40 anos, como aconteceu com o Sr. Fernando. Eu me indigno muito com a minha

situação, mas com a situação do Sr. Fernando ainda mais. Ele tinha a casa dele há 50 anos, até hoje ele não recebeu a indenização, ele foi arrancado de sua casa com os filhos dele, sem uma avaliação, sem nada. “Vai sair porque eu quero”. É uma frustração muito grande de se viver.

Hoje em dia, eu moro em uma quitinete, mas é porque o meu cunhado me ajudou. O contrato está no nome dele. Até no trabalho eu tive que

Figura 52. Remoção do casarão da quadra 36 em abril de 2018.



Fonte: Instituto Pólis, 2018. Foto: Felipe Moreira

mudar de área, porque como eu não tenho estudo, e eu tive que fazer o quê? Voltei a trabalhar como auxiliar de limpeza.

Hoje em dia, eu trabalho. Hoje em dia, eu tenho tudo o que eu poderia ter, só que eu não tenho a oportunidade que a prefeitura poderia ter me dado para eu estar no meu bairro. Eu vi a Praça Princesa Isabel ser construída da maneira como ela está hoje, eu peguei aquela praça ali numa época que eu acho que vocês nem a conheciam; ela já foi emparedada, ela já teve muro, ela já teve grade, ela já teve parque, e não foi só um, foram vários. Ela já teve quadra, eu já peguei tudo isso, só que eu não tenho o direito de ficar no meu bairro. Eu peguei a Praça da Luz quando a Praça da Luz ainda tinha barraquinha de venda, camelô, todas essas coisas, era legal, e eu peguei tudo isso. Hoje em dia, o que eu vejo na Praça da Luz? Teve vezes de chegar moradores, me ligar e falar: “Cássia, o que eu faço, eu saio de dentro de casa ou eu fico?” Eu falei: “Não! Você fica na sua casa”. “Mas eles vão emparedar a minha casa”. Eu já tive que chegar e falar para o oficial de justiça, esperar a pessoa tirar pelo menos o necessário: “Não, não pode, ele escolhe, ou ele fica dentro, ou ele fica fora”. “Mas se ele ficar dentro, o Sr. vai emparedar?” “Vou”. Cadê o direito de ir e vir? “Mas, ele precisa tirar as

coisas dele lá de dentro”. “Isso aí você não vai resolver comigo não. Eu tenho aqui uma ordem de emparedar esse estabelecimento, essa casa, e eu vou emparedar.”

Aí o sonho aconteceu.

Estávamos lá, e a nossa quadra foi removida, mas o sonho aconteceu, e construíram um apartamento pra gente. Oba! Não, não foi pra gente, porque eu não me encaixo: me tiraram da minha casa, do meu bairro, construíram um apartamento na quadra da frente, só que eu não me encaixo. Eu não consigo entender, porque eu não me encaixo? A minha família é muito grande? Por que eu não me encaixo? Eu não trabalho? Não, eu trabalho. A minha família é grande e tudo isso, e o sonho aconteceu, mas não foi pra mim, infelizmente não foi pra mim. E, detalhe, as pessoas que estão lá dentro, e que foram sorteadas para morar na PPP, estão saindo, estão vendendo porque não aguentam o fluxo, não aguentam a cracolândia. Só que eu vou falar uma coisa pra vocês: sabe aquele pessoal da cracolândia que vocês pensam que eles não escutam? Eles escutam, porque quando a gente fez a ocupação, o casarão era tomado por usuários sentados ali, e a gente conversando com eles, “tem família, oi criançada”, sabe o que

eles faziam? É o fluxo, eles andavam. Hoje em dia, quem está lá nas PPPs, linda, maravilhosa, não consegue ter esse diálogo, essa conversa com eles.

O sonho aconteceu, mas infelizmente eu não me encaixei nesse sonho, porque para eles eu não sou gente, eu não sou ser humano, a minha família não se encaixa no programa do governo.

Eu quero agradecer muito pela oportunidade, eu quero agradecer muito o pessoal do Pólis, eu quero agradecer muito a Lizete, a Natalina, a todo o pessoal do Fórum Mundaréu da Luz de estar me dando essa oportunidade de estar aqui para falar para vocês. Eu só estou aqui porque pessoas como vocês conseguem me escutar, e quem deveria me escutar, quando eu vou lá fazer aquele negocinho: escolhe dois deputados, dois não sei o quê, o prefeito, eles, os políticos, não me escutam. Então eu não sei o que eu estou fazendo ali. Aí, quando a gente fala que vai votar em branco ou que não vai votar, porque o meu voto não vale nada, aí o povo fala, você tem que exercer a democracia. Qual? Alguém pode me falar qual é?

Agradeço muito a presença de vocês aqui e o espaço que vocês me deram.

Figura 53. Remoção do casarão da quadra 36 em abril de 2018.



Fonte: Instituto Pólis, 2018. Foto: Felipe Moreira

## RESPOSTA AO PRIMEIRO BLOCO DE PERGUNTAS

Eu vou começar respondendo à pergunta sobre a questão das reintegrações, das remoções. É assim, quando a gente tem um aviso prévio, não é que a gente aceite, mas a gente se programa melhor. Eu acredito que em um mês ninguém consegue programar uma mudança. Então é assim: é muito, mas é muito devastador, não só no local, mas psicologicamente a gente fica muito abalada. Até hoje eu não consigo assistir nenhuma reportagem que fale sobre reintegração de posse, para mim emociona muito, as imagens que passam, eu “volto” ao local onde eu morava, não só eu, porque tiveram pessoas com reflexos muito grandes, separações, depressões, tiveram pessoas que não aguentaram a mudança, gente que veio a óbito –foi uma senhora que já não estava muito bem; outras migraram para o lado da cracolândia e ficaram lá mesmo, na rua, pois foram empurradas a isso.

Hoje eu passo lá, vejo e falo: “Tiraram a gente de lá pra quê?” Se aquele espaço está vazio... há muitos desses espaços vazios nas imediações mesmo. Eu não estou falando por aí não, eu estou falando que há muitos espaços ali mesmo que estão vazios!

Com relação ao pessoal do Mundaréu da Luz que está nos apoiando, esse apoio eu queria que viesse dos governantes. Então é assim: quando eu estou aqui, quando eu estou com essas pessoas, são a essas pessoas que eu agradeço todos os dias por terem aparecido na minha vida: gente, eu tenho agora um conhecimento que é estrondoso, é extremo, eu abri a minha cabeça de uma tal maneira, para enxergar a vida, as coisas, as possibilidades que nós podemos ter, porque quando se fala em reintegração de posse, quando se fala de você sair de um local que é invadido, primeiramente parece que você não tem direito nenhum, essa é a realidade, então vem aquela parte que a Sandra falou do corrompimento das pessoas, se a prefeitura chega lá e te dá um Bolsa Aluguel, você já aceita de imediato, porque, pela ignorância, pela falta de conhecimento, você pensa: “Poxa, eu não tenho nada, a prefeitura está querendo me ajudar”. E na verdade, não. Ela não está querendo te ajudar, ela está te dando um tempo.

Hoje, a gente está em um processo de carta de crédito oferecidas pela CDHU, que foi o “cala boca” que a gente recebeu, porque, pra eles, a gente precisava sair daquela região, e a Prefeitura fez uma lambança, não só a prefeitura, como o Governo do Estado também. Enfim, eles fizeram

uma lambança ali com aquelas PPPs que tem lá na Luz, que não são para nós. Como é que você vai tirar uma pessoa da sua casa e vai construir uma casa para o vizinho? Então eles deram um jeito de corromper a maioria, tem muita gente que pegou a carta de crédito, tem gente que não pegou, que não se encaixou, tem gente que fez o mesmo o que aconteceu ali com a Sandra [da vila autódromo]: o marido negociou e a mulher não. Hoje a mulher está onde? Passando necessidades, passando dificuldades com as crianças, e ainda tem o marido que também pegou o Bolsa Aluguel, e onde ele está? E a mulher continua com os filhos, não estou falando só de mulher, estou falando vice-versa também. O Bolsa Aluguel é um programa que não é eficaz, essa é a real. Os programas que os governos oferecem, as cartas de crédito, o Bolsa Aluguel, eles não funcionam, não tem como funcionar, e as pessoas vão acabar migrando novamente para onde? Para as outras ocupações, para as favelas. Não tem como, não é uma solução esse método deles.

Figura 54. Remoção do casarão da quadra 36 em abril de 2018.



Fonte: Instituto Pólis, 2018. Foto: Felipe Moreira

## RESPOSTA AO SEGUNDO BLOCO DE PERGUNTAS

Eu quero colocar como é a nossa relação com os governantes. Vou contar a minha experiência nua e crua. Se eu for sozinha, eu não entro na prefeitura. Só vou entrar se eu for convocada para uma audiência. Eu fui convocada para uma audiência, mas essa audiência que eu fui convocada tinha uma juíza. Na primeira audiência que eu fui, eu fui sem a minha “tropa”, sem o meu time fantástico – do Fórum Mundaréu da Luz –, a gente ainda não tinha desenvolvido o projeto Campos Elíseos Vivo, não estávamos mais agarrados uns ao outros, então fomos somente os moradores. E nessa de somente ir os moradores, eu me lembro que eu escutei – eu não vou falar o nome da pessoa –, mas eu escutei uma frase que até hoje eu levo comigo, o secretário da habitação – eu nem sei o nome dele –, mas o secretário da habitação falou para o Sr. Marcos Vinícios que é o promotor – essa foi a primeira audiência –, ele virou e falou assim: “Esse bando de pé sujo, não! Esse bando de pés descalços não deveria ter nenhum direito, eles deveriam sair de lá agora, sem nada”.

Nem todo dia eu estou de chinelo, mas escutar isso de uma pessoa que deveria estar pelo menos

nos ajudando a achar uma solução, é muito frustrante. Eu vou falar uma coisa para vocês: inúmeras vezes a gente tenta fazer um projeto de moradores e levar para a prefeitura, para a Câmara dos Deputados, enfim, se não fossem as instituições, as faculdades, o pessoal que faz esse estudo com a gente, a gente não teria voz, a gente não teria oportunidade, então é assim: a oportunidade que essas pessoas nos dão, não tem preço, é maior do que qualquer coisa que vocês possam imaginar.

Eu, hoje em dia, não tenho a minha casa ainda, mas só de saber que eu consegui conquistar, construir essa relação com essas pessoas que têm uma magnitude enorme para fora, não somente para dentro da comunidade com os moradores, eu posso chegar para a Lizete e dizer: “Lizete, o que você acha? Vamos lá na prefeitura?” Junta 3, 4 pessoas, 10, 20... “Vamos, agora!” Você chegar para os moradores e dizer: “Vamos lá na prefeitura? Quem vai conseguir entrar?” Então é muito complicado. Essa é a oportunidade que eu tenho tido todos os dias com eles, e eles são maravilhosos.

Eu falo sempre para os moradores que o nosso time de conselheiros é excelente, é excepcional, eu estou muito bem acompanhada com o meu

time de conselheiros, eu falo em time, porque nós somos um time.

## RESPOSTA AO TERCEIRO BLOCO DE PERGUNTAS

Então a PPP habitacional era para ser para mim que sou do centro, para as pessoas que são do centro, não só para o pessoal que mora em Santo Amaro, não para o pessoal que morava na Praia Grande. Então as pessoas de fora chegam e não se adaptam. Então aquilo ali foi mal planejado, foi mal programado em relação às pessoas que vão morar.

Quem vai morar ali? Se eu for morar ali, eu consigo lidar bem com o fluxo, com o pessoal, porque eu consigo conversar, eu tenho um diálogo com eles, eu chego e falo: “Então, pessoal, tem família aqui, ok?” Aqueles muros em volta dos edifícios novos são para aquelas pessoas que estão na PPP não verem a redondeza, para aquelas pessoas que estão no fluxo não entrarem.

Meus agradecimentos eternos para vocês, em questão de conhecimento e de sabedoria, tudo o que está sendo passado para mim, a minha nova etapa. Eu vou falar uma coisa para vocês,

Figura 55. Edifícios emparedados após a remoção das famílias da quadra 36.



Fonte: Instituto Pólis, 2018. Foto: Felipe Moreira



a revitalização que o poder público quer fazer no centro de São Paulo, aconteceu no meu interior, mas pelas pessoas do Mundaréu que eu conheci. Muito obrigado, eu realmente fui revitalizada com a cultura, com o conhecimento.

Já que está na moda revitalizar o centro, então as pessoas do poder público poderiam, elas mesmas, se revitalizar, se reformar, porque se elas conseguissem escutar um pouco a população como vocês escutam, se os nossos governantes, se tivessem pelo menos um deles aqui sendo representado neste Seminário, eles conseguiriam aprender a escutar a população e ver que essas pessoas que estão aqui estão fazendo um papel muito importante na nossa vida. Que o centro sim, tem solução. Pode ser revitalizado? Não, ele pode ser simplesmente melhorado, e não é com brutalidade, não é com força, não é fazendo aquele arrastão que eles fazem nas quadras, no centro inteiro, é simplesmente dando oportunidade para as pessoas. É bem simples, é assim mesmo, é simplesmente dando oportunidade para as pessoas. Se as pessoas do centro, dali das quadras, tivessem ali, eu garanto para vocês que a cracolândia não tinha acabado, mas eu tenho certeza que ela tinha diminuído, ou senão o fluxo teria andado.

Muito obrigado.



Figura 56. Quadra 36 após a demolição  
Fonte: Instituto Pólis, 2018. Foto: Felipe Moreira

REFLEXÕES FINAIS  
PRÁTICAS ALTERNATIVAS

# UM BALANÇO DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PLANEJAMENTO NAS GRANDES CIDADES BRASILEIRAS

Renato Pequeno

## INTRODUÇÃO

Este artigo traz algumas reflexões apresentadas na mesa redonda do seminário sobre Planejamento Alternativo, organizado pelo Instituto Pólis com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo, no dia 21 de fevereiro de 2019. Não se trata de uma transcrição “*ipsis litteris*” dos conteúdos apresentados oralmente, uma vez que algumas partes da fala pouco contribuiriam ou representariam interrupções que poderiam vir a interferir no sentido das ideias que busco apresentar neste texto.

Vale destacar que a mesa redonda da qual fiz parte foi posterior às explicações iniciais voltadas a propor uma tipificação dos processos de planejamento alternativo, discutir as práticas de assessoria técnica vinculadas à autoconstrução e realizar uma análise de conjuntura nas diversas escalas. Da mesma forma, é importante mencionar que esta fala buscou dialogar muito mais com as quatro experiências que apresentadas pelos grupos convidados pelos organizadores para o evento.

Em um esforço de síntese, buscou-se identificar os principais pontos de cada experiência a partir do que foi apresentado, bem como apontar possíveis similaridades ou variáveis que pudessem revelar contraposições e complementariedades entre elas.

Contudo, nunca é demais lembrar que este seminário se deu em torno de um universo bastante restrito, contendo poucos casos situados em algumas das maiores cidades brasileiras, as quais tem sido alvo de práticas avassaladoras conduzidas pelo Estado em favor do capital imobiliário e financeiro. Estas práticas, por sua vez, estão diretamente associadas tanto à retração das políticas habitacionais, como à consequente expansão da precariedade que assola os diferentes cantos, dos centros às periferias.

Este texto se organiza em duas partes: uma primeira, voltada a destacar os principais aspectos de cada um dos casos e estabelecer possíveis interfaces; uma segunda, contendo uma série de recomendações para debate, ou mesmo para que possam ser adotadas em práticas futuras.

É claro que não se trata de um receituário. Seria muito pretensioso de nossa parte. Ao contrário, corresponde a um conjunto de pontos, que poderiam ser interligados. Esses pontos poderiam ser utilizados, parcialmente ou em sua totalidade, seja para pautar uma prática alternativa de planejamento, seja para avaliar um processo em curso ou mesmo já finalizado. Também não tive a intenção de estabelecer uma sequência lógica. Este texto corresponde muito mais a um livre exercício de reflexão para propor possibilidades de atuação em questões similares que perpassam todas as experiências de planejamento discutidas, diante do riquíssimo aprendizado trazido por todos os palestrantes do seminário.

O acúmulo de problemas no atual cenário urbano requer ações diretas. As perspectivas futuras indicam que estes problemas tendem a se repetir. É diante deste quadro que estas análises e recomendações podem servir como contribuição ao debate.

## QUATRO EXPERIÊNCIAS DE PLANEJAMENTO ALTERNATIVO

Os casos trazidos como práticas alternativas de planejamento possuem alguns pontos em comum. Eles correspondem a situações que têm sido travadas em algumas das maiores cidades brasileiras, cada um deles repleto de peculiaridades inerentes aos processos em que se inserem.

Que riqueza nos depoimentos! Especialmente se consideramos a junção, ao vivo e a cores, entre o conhecimento técnico e o saber popular. A ideia de trazer para o debate tanto o olhar da assessoria técnica quanto de um representante do grupo social com quem a prática foi desenvolvida foi das mais felizes. Um enorme acerto! A proposta estava longe de confrontar estes olhares. Antes de tudo, reuniu análises complementares.

É a partir destes depoimentos que elenquei alguns elementos de análise, visando iluminar a importância e a complementariedade dos processos locais relatados, bem como abrir

possibilidades para reflexões posteriores. Não se trata, portanto, de um texto fechado. Ao contrário, se almeja trazer à tona algumas questões para dar prosseguimento ao debate, que, inicialmente, se dá no plano analítico.

Estas análises se organizam em três eixos: (i) a dimensão territorial, que envolve a diversidade escalar e a localização na cidade; (ii) a dimensão institucional, que identifica práticas e instrumentos; e (iii) por fim, as perspectivas futuras de atuação.

## DIMENSÃO TERRITORIAL

Não resta dúvida quanto ao predomínio da população de baixa renda como público-alvo das ações de planejamento alternativo aqui debatidas. Via de regra, tratam-se de grupos sociais atingidos por práticas do Estado voltadas à remoção, assim como pela ausência de políticas públicas associadas à garantia de direitos.

Com isso, condições como a informalidade nas relações de trabalho, a baixa renda da unidade doméstica, os reduzidos padrões de consumo, a precariedade habitacional, a irregularidade fundiária, a dificuldade de

acesso aos equipamentos sociais e aos serviços urbanos tornam-se características comuns às comunidades. Entretanto, vale aqui ressaltar que estas condições são relativas, uma vez que o universo de cada uma das quatro cidades apresenta uma heterogeneidade cada vez maior entre os assentamentos populares.

No que diz respeito à dimensão territorial, chama atenção a diversidade escalar apresentada por este pequeno e seletivo agrupamento de práticas alternativas de planejamento. Do maior para o menor, do mais amplo para o mais restrito, é possível apontar a algumas questões.

Inicialmente, a experiência de Fortaleza, Ceará, apresentada por Valéria Pinheiro, do Laboratório de Estudos da Habitação LEHAB-UFC, e por Pedro Fernandes, da Comunidade do Titanzinho, situada no Grande Serviluz, traz a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que chegam a abranger dez setores distintos da cidade, diferenciados quanto à localização geográfica e ao porte, e similares quanto às tentativas históricas de remoção. Trata-se, portanto, de um processo na escala da cidade em que a assessoria técnica se voltou para todo o território do município. A escala maior se confirma, dada a importância de que as ZEIS de vazios sejam

compreendidas em sua complementariedade para solucionar as demandas derivadas da urbanização de assentamentos precários e do déficit habitacional que impacta os mais pobres. Além disso, o caso da comunidade do Grande Serviluz vem sendo aprofundado, considerando a disputa territorial em ela está inserida, frente à implementação de grandes projetos urbanos conduzidos pela prefeitura municipal de Fortaleza.

Em seguida, o caso paulistano do Mundaréu da Luz, em São Paulo, foi relatado por Danielle Klintowitz, do Instituto Pólis, pela professora Lizete Rubano, coordenadora do Mosaico – Escritório Modelo da FAU-Mackenzie, e por Cássia Aparecida da Silva, moradora. Este caso apresenta uma prática na escala do bairro, ou mesmo de um setor da cidade, com toda a peculiaridade de sua localização central. Ainda que a intervenção projetual possa ser vista como pontual, restrita a algumas poucas quadras, ela diz respeito a um processo que atinge uma parte importante do centro da maior metrópole da América do Sul. Sua replicabilidade seria imediata, considerando o entorno ampliado.

A diversidade em meio a um pequeno recorte também deve ser mencionada, se consideradas

as diferentes formas de moradia precária que nele se apresentam.

A Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, foi o terceiro dos casos relatados. Contou com a participação de Giselle Tanaka, do IPPUR-UFRJ, e de Sandra Teixeira, uma das moradoras que até hoje resiste e reside na área. A Vila se coloca na dimensão de um loteamento relativamente isolado, apesar do grande porte da intervenção urbana motivadora da luta travada pela permanência. Foi sendo progressivamente reduzido, especialmente se considerado o porte dos equipamentos envolvidos em sua desterritorialização. Em poucos anos, o assentamento se reduziu a um pequeno conjunto de unidades ocupadas por algumas famílias que conseguiram permanecer. A comunidade assistiu a seu progressivo desmonte, em que a Vila Autódromo foi sendo substituída por um complexo esportivo vazio de conteúdo.

Por fim, o quarto caso foi a experiência de Belo Horizonte, conduzida pelo PRAXIS-UFMG e apresentada pela pesquisadora Geruza Lustosa e pela moradora Maria das Graças, também conhecida como “Morena”. Aqui, trata-se de outra escala de intervenção, restrita ao lote

e à edificação autoconstruída, ainda que a concepção do projeto se apoie em questões da vizinhança. Entretanto, se considerado o universo da situação atendida, o caso da reforma da residência da Morena, na Vila Acaba Mundo, aponta para uma demanda inacabável, constituindo-se num problema historicamente ausente quando da formulação das políticas públicas habitacionais locais.

Dois casos mostram maior proximidade com as áreas centrais: Fortaleza e São Paulo. O primeiro é reconhecidamente mais diversificado se visto na sua totalidade e o caso paulistano é amplamente central. Os outros tendem a ser percebidos como realidades periféricas: um loteamento popular no Rio de Janeiro e uma favela em encosta íngreme em Belo Horizonte.

No caso das ZEIS de Fortaleza, como se trata de um grande número de áreas dispersas pela cidade, verifica-se que há casos periféricos, intermediários e pericentrais. São dez zonas que reúnem diferentes comunidades, depreendendo-se a heterogeneidade presente entre as áreas de ocupação de Fortaleza. Ressalta-se que seis das dez ZEIS encontram-se no litoral de Fortaleza, o que as associa às tentativas de remoção. A condição de

resistência histórica também perpassa todas estas comunidades, frente às pressões feitas no passado para deslocá-las para grandes conjuntos habitacionais periféricos. Elas também se fortaleceram politicamente, o que as coloca em um mesmo grupo.

Em São Paulo, os relatos evidenciam o poder desproporcional do Estado em conjunção com o que Raquel Rolnik denomina de complexo financeiro imobiliário, dados os interesses por esta posição na cidade. A perspectiva de valorização imobiliária desterritorializa dos mais pobres e induz à adoção de despejos forçados e violentos.

Os estudos de caso trazidos pelas equipes de Belo Horizonte e do Rio de Janeiro são periféricos. O primeiro, um caso típico de comunidade de baixa renda situada na periferia, um fim de linha para a urbanização ao sul da cidade, porém apenas a seis quilômetros de distância do centro. O outro, a Vila Autódromo, é um fragmento periférico ocupado como loteamento por seus moradores décadas atrás, quando a faixa litorânea era o motivador da expansão urbana na direção oeste, bem antes da expansão imobiliária pautada pelos megaeventos.

As ameaças de remoção sofridas pelas comunidades melhor localizadas indicam que a regra seria a posição na cidade como o todo, considerando a sua estruturação e seu padrão de segregação. O que pesa é estar no meio do caminho de uma frente de expansão do setor imobiliário em valorização, constituindo um conflito territorial. Não há dúvida de que isto prepondera à condição central ou periférica.

Qual seria a representatividade de cada caso na totalidade da cidade? Se olharmos para o quanto o problema motivador da prática se repete, os processos de planejamento alternativo ganham maior impacto. Disto também decorre a necessidade de que eles sejam mais bem conhecidos e disseminados.

Para além das realidades locais, os casos relatados deveriam ser melhor compreendidos por um público amplo, no sentido de fornecer diretrizes para muitas outras realidades presentes nas cidades brasileiras. A informalidade se expande cada vez mais. A ela se associam as condições de moradia, o desenho urbano desordenado e a irregularidade fundiária, fazendo das ZEIS um instrumento de inclusão social fundamental para os territórios populares. São inúmeros os casos de remoção forçada

Brasil a fora, conduzidos pelos governos estaduais e municipais em parceria com o capital imobiliário e financeiro, frente aos quais as comunidades atingidas pouco têm reagido.

## DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Na dimensão institucional, um aspecto importante a ser considerado diz respeito ao papel do Estado. Afinal a quem competiria desenvolver as práticas de planejamento, especialmente aquelas destinadas ao combate do acirramento das desigualdades sócio-espaciais?

É possível perceber a similaridade recorrente entre as práticas analisadas: a ausência, senão a negligência, das instituições governamentais na realização de suas atribuições, no cumprimento de seu papel como gestores e promotores do estado de bem-estar social. Exceção feita ao caso de Belo Horizonte, onde o Estado é omissor na realização da assistência técnica pública em arquitetura e urbanismo, os demais denunciam algo mais grave: a exacerbada associação dos governos com o setor privado.

Ao tentarem impedir e desacelerar a regulamentação das ZEIS, dando preferência por concentrar esforços na implementação de grandes projetos urbanos, as instituições da

Prefeitura de Fortaleza revelam a opção feita pela parceria com o mercado imobiliário. Ao promover remoções violentas no Bairro da Luz, desalojando centenas de pessoas e viabilizando a produção de moradias destinadas a um outro segmento de renda, o Estado favorece os proprietários de terrenos e os possíveis investidores, graças aos mecanismos estabelecidos na política urbana.

Mais ainda, ao remover a Vila Autódromo, claramente se observa o privilégio dado àqueles que viram, nas obras olímpicas e na Copa do Mundo, possibilidades de ampliar seus ganhos, como as grandes empreiteiras. Os ganhos não são obtidos apenas por meio da construção dos equipamentos e infraestruturas, mas também pela apropriação das terras beneficiadas, espoliando seus moradores, na condução de empreendimentos imobiliários e até na gestão dos bens de uso coletivo, como as arenas, os serviços de mobilidade etc.

Ainda considerando o papel do Estado à frente dos processos de planejamento, as situações que foram apresentadas e debatidas podem exemplificar um dos eixos norteadores dos estudos recentes realizados no LEHAB-UFC, onde se busca investigar se ocorre a dissociação entre as políticas urbana e habitacional, bem

como se os grandes projetos urbanos passam cada vez mais a prevalecer sobre os processos de planejamento.

Ao desconsiderar, ao longo dos últimos dez anos, a regulamentação das ZEIS caracterizadas pela presença de favelas, reagindo frente às pressões dos movimentos e seus apoiadores, a Prefeitura de Fortaleza deixa claro o baixo nível da intersectorialidade na gestão pública, notadamente no âmbito das políticas urbana e habitacional. Ao não utilizar um só metro quadrado das ZEIS vazios para construir uma unidade residencial sequer para os atingidos por seus projetos urbanos de grande porte, revela por qual time estaria torcendo, ou seja, revela uma clara opção política.

O mesmo pode ser percebido e mencionado quanto às demais práticas. Nos casos de remoções forçadas vivenciados e denunciados pelos que tomam parte do Mundaréu da Luz e do Plano Popular da Vila Autódromo, as intervenções desconsideraram violentamente o direito à cidade e à moradia digna. Seja pelo reassentamento distante e de má qualidade, pelo baixo valor da bolsa aluguel ofertada, pelo despejo sem opção, os desdobramentos das ações governamentais

indicam um papel deturpado do Estado indutor de desenvolvimento urbano e promotor de benefícios ao setor privado.

A condição das quatro situações debatidas como ZEIS complementa a compreensão das práticas equivocadas do poder público vinculadas ao planejamento urbano. Todos os casos estudados abrangem setores das cidades marcados como ZEIS. Isto não deixa de corresponder a avanços e vitórias, visto que todos eles abrigam comunidades de baixa renda e em situação de ameaça de despejo. O reconhecimento e a inserção das ZEIS nos planos diretores e nas leis de zoneamento indicaria a necessidade de inverter prioridades, apontando setores críticos da cidade.

Todavia, a incidência das ZEIS abre caminho para algumas reflexões. Por um lado, olhando de maneira pessimista, pode-se dizer que o instrumento é ineficaz, ou seja, que não teria de fato funcionado como mecanismo de resistência e garantidor de direitos. Por outro, enxergando um outro horizonte, as ZEIS ainda correspondem a uma trincheira na luta pelo direito à cidade. São um instrumento de inclusão social que permite a flexibilidade de índices urbanísticos e, como costumamos dizer,

que aproxima a cidade legal da cidade real de maneira coerente.

Um olhar para o presente com perspectivas para o futuro sugere algumas reflexões sobre os atores sociais envolvidos diretamente com as práticas de planejamento alternativo, considerando seu alcance enquanto instrumentos que possam não apenas contribuir com a resistência, mas também trazer esperanças para as comunidades atingidas.

A análise dos casos expostos no seminário indica a composição de um campo popular nas quatro cidades, que se constitui em reação às práticas conduzidas por parcerias entre o Estado e o setor privado, especialmente envolvendo o imobiliário e o financeiro. Em cada um deles, é possível constatar a presença de alguns atores: as comunidades diretamente envolvidas, não necessariamente acompanhadas de movimentos sociais; a universidade, por meio de seus laboratórios de pesquisa e extensão; assim como coletivos e apoiadores atuantes em defesa de direitos humanos.

Dependendo do porte e do alcance da prática alternativa de planejamento, observa-se que o debate se amplia, ganhando maior importância no cenário urbano e dialogando

com outras ações similares. Pouco a pouco, voz e visibilidade são garantidos àqueles que estão tendo seus direitos usurpados. No entanto, é possível perceber especificidades em cada situação.

No caso de Fortaleza, destaque para a composição da Frente de Luta por Moradia, que adotou as ZEIS como uma questão central. Algumas comunidades estão em uníssono na frente e parceiros relevantes estão sendo atraídos para a articulação. Isto resultou, por exemplo, na convocação de audiências públicas pela promotoria de conflitos fundiários.

Em São Paulo, também se verifica a formação de uma articulação mais ampla, o Fórum Mundaréu da Luz, que reúne ONGs, escritório modelo, grupos de extensão, laboratórios de pesquisa, assim como indivíduos interessados em contribuir. Outros articuladores passaram a atuar, facilitando a inserção do tema na mídia por meio dos mais importantes veículos. Em um determinado momento, mesmo o Estado teria se curvado às propostas, demonstrando interesse em conhecê-las e abrindo portas aos técnicos.

Em Belo Horizonte, apesar de o caso se restringir a uma prática de atendimento a uma

demanda individual, ele revela a intensidade da associação entre os envolvidos com a prática de assessoria técnica em arquitetura.

Por sua vez, a Vila Autódromo e seu Plano Popular tiveram o maior protagonismo das universidades como apoiadores da comunidade. Além disto, as universidades também foram fundamentais para atrair outros parceiros. No caso, a localização da comunidade vinculada ao megaevento causador dos problemas contribuiu com a divulgação da situação pelos quatro cantos, evidenciando tanto os problemas sofridos com a remoção, como a resistência dos seus moradores e apoiadores frente aos agentes interessados na desterritorialização da comunidade.

Chama atenção a presença das universidades e dos coletivos na realização destas práticas de planejamento alternativo. Isto sugere alguns pontos para reflexão: a procura por setores da universidade pelas comunidades que são alvo de processos de remoção ou que tenham seus direitos à cidade e à moradia violados, substituindo as ONGs, exceção feita ao caso paulistano; e a maior importância dada às práticas de assessoria técnica em

diversos campos de conhecimento e práticas profissionais concomitante à retração do Estado, cada vez mais reduzido e terceirizado.

### **SOBRE AS PERSPECTIVAS DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE PLANEJAMENTO**

Mais uma vez, o caso mineiro requer considerações especiais, tendo em vista o porte e a forma como se realizou a prática alternativa de planejamento relacionada a uma assessoria técnica individual. O longo ciclo do projeto à obra, tendo em vista a progressividade da intervenção, costuma ser um aspecto a ser aprofundado por aqueles que pesquisam a produção da moradia autoconstruída. O mesmo deve ser considerado para os casos de atendimento para reformas e expansões domiciliares.

Para os demais, a dimensão do tempo é de outra ordem. Tratam-se de situações demoradas em que os atingidos não têm acesso às informações, as intervenções do Estado desconsideram os processos de planejamento urbano e os serviços públicos não são prestados. Via de regra, o desgaste das populações atingidas é dos mais intensos.

A situação das ZEIS em Fortaleza corresponde a mais de dez anos de luta dos movimentos sociais. Iniciada em 2006, a composição do campo se reformula ao longo destes anos, reconhecendo-se oportunidades para uma atuação coletiva por parte das comunidades e de seus apoiadores, ampliando com isso as possibilidades de enfrentamento.

Contudo, os avanços ainda são diminutos, permanecendo a ameaça de desmantelamento do instrumento por ocasião do futuro processo de revisão do plano diretor. Afinal, passados dez anos de vigência e desuso, e, diante da firme junção entre o poder local e a incorporação imobiliária, as ZEIS tornaram-se alvos a ser combatidos por se apresentarem como uma trincheira capaz de fazer frente à especulação e ao lucro de investidores.

Práticas reativas às ações do Estado, como o ocorrido no Mundaréu da Luz, revelam as discrepâncias de poder entre as coalizões governamentais e seus parceiros frente às articulações sociais. Depois do início avassalador da intervenção na Cracolândia, as práticas participativas da articulação contrária à remoção têm testemunhado o avanço de violações do direito à cidade e à moradia. Pouco

a pouco, verifica-se a progressiva substituição residencial, mediante a demolição desenfreada de moradias e o despejo de famílias que vivem em edifícios ocupados.

Ações de médio e longo prazo conduzidas pelo Estado e seus parceiros ocultos fragilizam as forças contrárias, reduzindo sua capacidade de resistência. Não bastassem as disparidades em termos financeiros, os conluios englobando as instituições governamentais e os interessados por parte do setor privado, apoiados em instrumentos legais e em consultorias, têm conseguido superar as tentativas populares de enfrentamento.

A situação enfrentada pela Vila Autódromo é exemplar, se consideradas as pressões conduzidas pelos governos estadual e municipal e seus apoiadores, impactando continuamente a resistência da comunidade.

Todavia, dada a replicabilidade dos casos, é possível reconhecer e manter a esperança. Todas as práticas relatadas se repetem no dia a dia das cidades. Cada vez mais, observam-se similaridades com outras intervenções estatais dentro da mesma cidade e também em outros municípios, onde caberia a realização de práticas alternativas de planejamento. Respeitadas as peculiaridades de cada lugar,

ao reunirem atores diversos em suas ideias, formações, capacidades e em seus instrumentos, as práticas em si podem ser entendidas como o que David Harvey entende por espaços de esperança. São espaços especialmente abertos a constituir ambientes de pesquisa, formação e atuação política.

Na parte seguinte, buscarei apontar algumas recomendações tendo em vista novas práticas alternativas de planejamento. Não se trata de um receituário, mas apenas de uma tentativa de trazer, para o debate, alguns pontos que possam vir a fortalecer as práticas alternativas de planejamento. Afinal, conforme se pode perceber, são muitas as dificuldades enfrentadas em suas diferentes dimensões.

## ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

Os embates e conflitos de interesse analisados até aqui revelam um amplo desequilíbrio nos jogos de poder, em que prevalece o Estado e seus parceiros, por vezes ocultos, frente às articulações em defesa de direitos de comunidades atingidas.

Diante disso, constata-se a necessidade de formular diretrizes alternativas que viabilizem

práticas sociais de resistência e ações de exigibilidade de direitos. Compreende-se inclusive que elas possam ser adotadas nas diferentes escalas em que se pode perceber a negação e a violação do direito à cidade e à moradia digna, seja pela inversão de sentido nas políticas públicas, ou pela pura e simples ausência destas políticas.

- Na atual conjuntura, com nossos direitos adquiridos ameaçados como nunca haviam sido antes, é importante ser estratégico e concentrar esforços. Não é possível dar conta de todos os problemas urbanos. É preciso ter foco, planejar-se, pautar e não ficar apenas reagindo às movimentações do Estado-capital.
- Partir para atitudes radicais, realmente transformadoras. Isto significar ir diretamente na raiz do problema, na forma como o geógrafo Marcelo Lopes de Souza indica. Seria a questão fundiária um tema a ser aprofundado de modo a incidir frente às remoções e aos deslocamentos para grandes conjuntos periféricos? Afinal, como evidenciar os interesses de proprietários fundiários, a valorização imobiliária e seus impactos nas comunidades atingidas por intervenções urbanísticas associadas à

especulação imobiliária?

- Construir bancos de dados com análise e disseminação imediatas. Sempre buscar fazer levantamentos e análises junto com as comunidades, garantindo, com isso, que a informação se dissemine nas áreas envolvidas. Neste sentido, é fundamental conceber uma estratégia de comunicação social que fortaleça os grupos envolvidos nas práticas alternativas de planejamento. Além disso, colocar em prática a ideia de que um bom diagnóstico resulta do diálogo entre o conhecimento técnico e o saber popular.
- Reconhecer o campo de forças políticas e o quadro de agentes envolvidos, conforme sugere Roberto Lobato Correa, em seus diferentes papéis e interesses, para saber com quem dialogar e com quem se pode contar. Quem está a frente dos processos, quem promove ameaças? Que parcerias vêm sendo formadas? Quais as suas composições?
- Dar nome aos bois, revelar quem são e onde atuam os donos da cidade. Da mesma forma, dar endereço à cidade informal, como sugere Arlete Moisés Rodrigues, revelando



sua intensidade e representatividade no todo da cidade.

- Enfrentar e revelar os conluios presentes nas instâncias de controle social, como os conselhos municipais e as comissões criadas pelo Estado. As lutas pela garantia da transparência e pelo acesso às informações, disseminando-as para entidades e apoiadores tendem a combater as práticas em que prevalecem os interesses da cidade-capital e do mercado.
- Viabilizar a inserção de outros atores sociais que possam contribuir como profissionais, assim como de comunidades ou movimentos que estejam sendo alvo de processos semelhantes, garantindo a construção de apoios, e viabilizando o impacto positivo das resistências frente às violações do direito à cidade e à moradia.
- Iluminar os “pontos opacos”, na definição por Milton Santos. Os pontos opacos são aqueles que não são apresentados pelos diagnósticos. Para tanto, podem ser realizadas atividades de cartografia social, mapeamentos coletivos, espacialização de

processos, linha da vida, campo de forças, por exemplo.

- Exercitar o olhar clínico para saber onde estão as brechas. Afinal, quais seriam as fissuras abertas para a atuação das resistências? É fundamental buscar reconhecer onde se encontram os conflitos e as disputas internas do outro lado.
- Retomar a história local e valorizar as vitórias. Para além das práticas bem-sucedidas, também é importante compreender as condições que levaram a alguns insucessos.

Por fim, cabe insistir na importância crucial em promover oportunidades de trocas e compartilhamento de experiências como a que presenciamos nestes dias de seminário. É cada vez mais necessário transferir e adquirir conhecimento mediante o diálogo em torno das práticas espaciais, nas quais a vivência do grupo alvo representa um insumo fundamental para a construção de alternativas de planejamento e de projetos.

PLANEJAMENTO  
ALTERNATIVO

OFICINAS  
TEMÁTICAS

# OFICINA 1

## PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PROJETO ARQUITETÔNICO COMPARTILHADO

Mosaico\*

A partir da ideia de montar oficina de projeto arquitetônico compartilhado realizada dentro do Seminário Nacional de Planejamento Alternativo em iniciativa do Instituto Pólis e CAU-SP, cabe perguntar qual o lugar do próprio projeto de arquitetura construído com comunidades vulneráveis e seu entrelaçamento com ideias de acesso ao lugar de habitabilidade, onde problemas como habitação precária – no entendimento de habitação como conjunto de serviços e oportunidades articulados de infraestruturas, equipamentos, trabalho e lazer, além do abrigo de morar -, trabalho informal, violência policial e dependência química na escala da saúde pública constituem a (sobre) vida cotidiana.

Com o entendimento de que as lógicas reais de tempo e intervenções no espaço, resultantes de uma sociedade desigual que beneficiam o capital como fim, uma vez que sua reprodução se apresenta em oposição ao interesse da geração de vida, vê-se a constituição de um movimento social urbano, instituído a partir de práticas projetuais que visam a construção de cidadania, iluminando a necessidade de resistência

e de projeto que se coloquem como barreira à reprodução do capital, principalmente porque sua reprodução instrumentaliza o espaço. Para tanto, a oficina se apresenta como ferramenta que busca contribuir com o debate crítico e a formulação de práticas políticas-projetuais, numa criação de ode ao pensamento que dialogue com a ação efetiva através da criação de instrumentos concretos, para discutir o direito ao espaço habitado capaz de transformar a cidade em espaço de experiência política. A ideia de projeto como meio efetivado entra não apenas pela procura de um desenho possível, mas como produção de conhecimento para a sociedade, através do balizamento do debate social no entendimento do projeto arquitetônico como ferramenta de discussão, produção e atuação do cidadão na busca pela cidadania de todos.

A arquitetura aqui é entendida, por meio técnico do seu campo de conhecimento, como três hipóteses na busca por uma reinvenção política do projeto, através de práticas e experiências aplicadas no cotidiano do pensar e repensar espacial. A saber:

1. como possível ação de reparação que age como ponte de diálogo e prática social, para redefinir o que é cidade nas dimensões cultural, política e econômica – cultural, enquanto expressão coletiva; política, na busca pela possibilidade do encontro e da liberdade de (auto)regulação social; e econômica, como lugar da simultaneidade e do encontro;
2. como processos de pertencimento a partir da conscientização da população em relação aos seus direitos como cidadãos;
3. como instrumentos de resistência na hipótese da constituição de um movimento de mudança, de forma experimental, não como somente sujeitos, mas a partir de práticas e experiências em ato, na constituição da possibilidade de uma vida coletiva.

Essas ações, cujos sujeitos são múltiplos, mas o denominador comum é a experiência (da violência) urbana, se apresentam como

instrumento de construção de paisagem para a vida e agem como ponte de diálogo e prática social. Esta ligação corrobora para redefinir o que é cidade - a partir da proposição coletiva do pensar e fazer como instrumento de emancipação social - através da experimentação empírica do processo projetual, considerando fundamental o entrelaçamento da população moradora na área com profissionais técnicos conscientes de seu papel social.

O objetivo da oficina visava ampliar olhares propositivos como laboratório de ideias para reverberação através da potência dos relatos de vivência da situação urgente e extrema feitos durante o Seminário Nacional de Planejamento Alternativo, tendo como finalidade discutir o papel do projeto por meio da articulação de propostas gráfico-espaciais, partindo de ações como insurgência e resistência por meio de diálogos abertos e coletivos.

Para tanto, foi tomada como base a região dos Campos Elíseos, bairro central da cidade de São Paulo, território de constantes incursões de grande violência por parte de agentes públicos e do mercado imobiliário e o trabalho desenvolvido

pelo Fórum Mundaréu da Luz. À disposição um varal - material gráfico com imagens, relatos de moradores, frases sínteses e partes dos projetos feitos para a área até então (tanto pelo Fórum Mundaréu da Luz, grupo formado por moradores, companhias e coletivos culturais, organizações que atuam no campo da saúde mental, laboratórios e escritórios modelo de arquitetura e urbanismo, história social e psicologia de universidades, ONGs com atuação em políticas urbanas e de assistência social, entre outros quanto pelo projeto da PPP para a área) e mapas com o mapeamento de terrenos com mais de 500 m<sup>2</sup> notificados pelo instrumento urbano PEUC (Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios) em um raio de 1 km a partir do Largo Coração de Jesus.

A oficina contou com um grupo de provocadores formada por Felipe Moreira (Instituto Pólis); Antonio Fabiano Jr., Beatriz Mayumi Toma, Gustavo Henrique P. Castro, Heloisa Bergamin Retamero, Jennifer Barros Xavier, Laura Vasconcelos Antunes, Lizete Maria Rubano (Emau Mosaico - Mackenzie), Adriana Rodrigues Domingues, Guilherme Silveira Caltabellotta, Tainner Vinícius Pinheiro de Almeida, Giovanna de Paula Moura, Rafael Moreno de Azevedo Bohne (LEW - Laboratório

de Estudos da Violência e Vulnerabilidade Social - Mackenzie) e Leôncio Nascimento (É de Lei).

Foi proposto o seguinte cronograma em etapas sequenciais:

- Apresentação da oficina: feita conjuntamente com todos os participantes e provocadores.
- Anúncio de perguntas e levante de questões (o que é projeto, o que é participação, o que é urbano, o que é cidadania, o que é morar...).
- Aproximação da Luz (Luz enquanto espaço e enquanto busca de uma “luz” possível e de um devir de futuro) através do varal para um início de escolha de questões.
- Desenvolvimento da proposta. Transformação do varal: de diagnóstico e problematização, dado e problema à diretrizes de atuação (ato-ação).
- Produção de projeto por meio de colagens, desenhos, espacialidades, instalação, textos etc.
- Apresentação de todos os resultados das oficinas.

Os participantes (de diversas origens, mas majoritariamente da área de arquitetura e urbanismo) se dividiram em três grupos temáticos, escolhidos pelos próprios, a partir de interesses e afinidades pessoais: “morada e economia”, “soleira para dentro” e “soleira para fora” como outra maneira de descobrir situações criadas pela emergência, como construção cultural e/ou pelas relações de solidariedade e cooperação, no exercício do experimento do fazer arquitetônico através de uma metodologia onde presidem os fatos do cotidiano alimentando teorias projetuais com a pressão da urgência e de solidariedades que, apesar de tudo, resistem. Deste modo, colocava-se a necessidade de conceber outras formas de produção do espaço, relações sociais e relações espaciais em contra-formas que se opõem à mercantilização do espaço e da vida como função estratégica, técnica, ética e estética vinda de grupos múltiplos movidos por ações diversas.

Considerando essa primeira aproximação, nos interessava seguir em direção a seguinte pergunta: como projetar, se considerarmos que a formulação projetual deva estar comprometida com a realidade dos moradores da área, com as disputas pelo território central como local

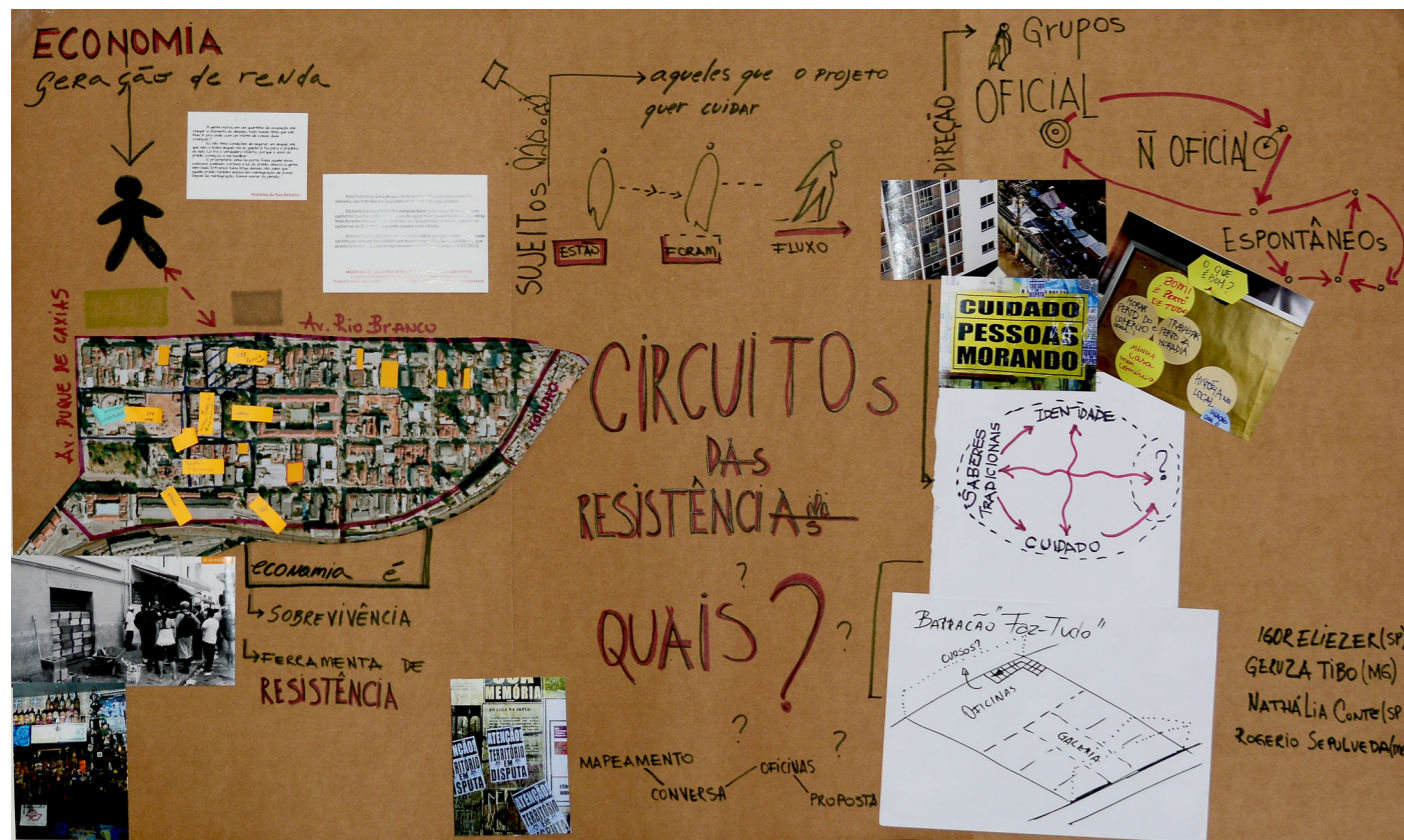
de direito à moradia e com os canais de troca (trabalho junto à população) e participação institucional (Conselho Gestor de ZEIS)?

Após dadas condições, dois momentos importantes foram formados: o de reconhecimento e o de produção de propostas e hipóteses (espaciais, programáticas e de sociabilidade cotidiana). Sabendo do objetivo de elaborar um produto, o primeiro momento apresentava uma dupla situação, onde os participantes identificavam não somente a sua relação com a questão/espaço, mas também as relações de quem vivia na área com as tensões provenientes de outras matrizes (econômicas, sociais e políticas). A linha tênue de divisão dada pelo reconhecimento/identificação e pela produção de ações propositivas geraram os seguintes resultados:

## EQUIPE 1 – “MORADIA E ECONOMIA”

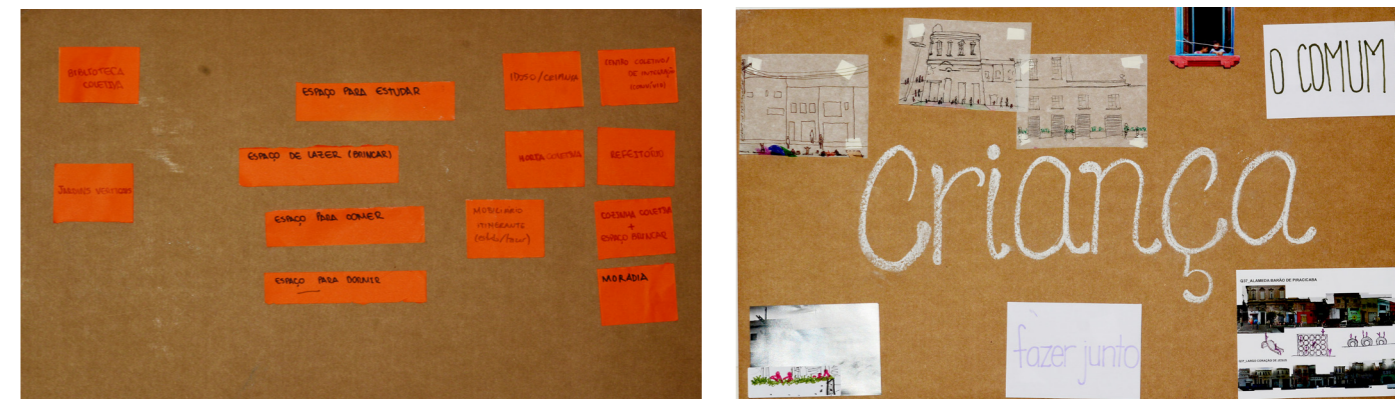
Em um contexto em que interesses econômicos e/ou particulares sobrepõem-se às circunstâncias relativas àquilo que é público - sócio, econômico, histórico e, conseqüentemente social -, pensou-se na ideia de emancipação econômica como ação primeira na busca em prol de uma construção comum. O poder do

Figura 57. Prancha esquemática da equipe 1 - Moradia e economia



Fonte: Foto do Instituto Pólis, fevereiro de 2019.

Figura 58. Pranchas esquemáticas da equipe 2 - soleira para dentro

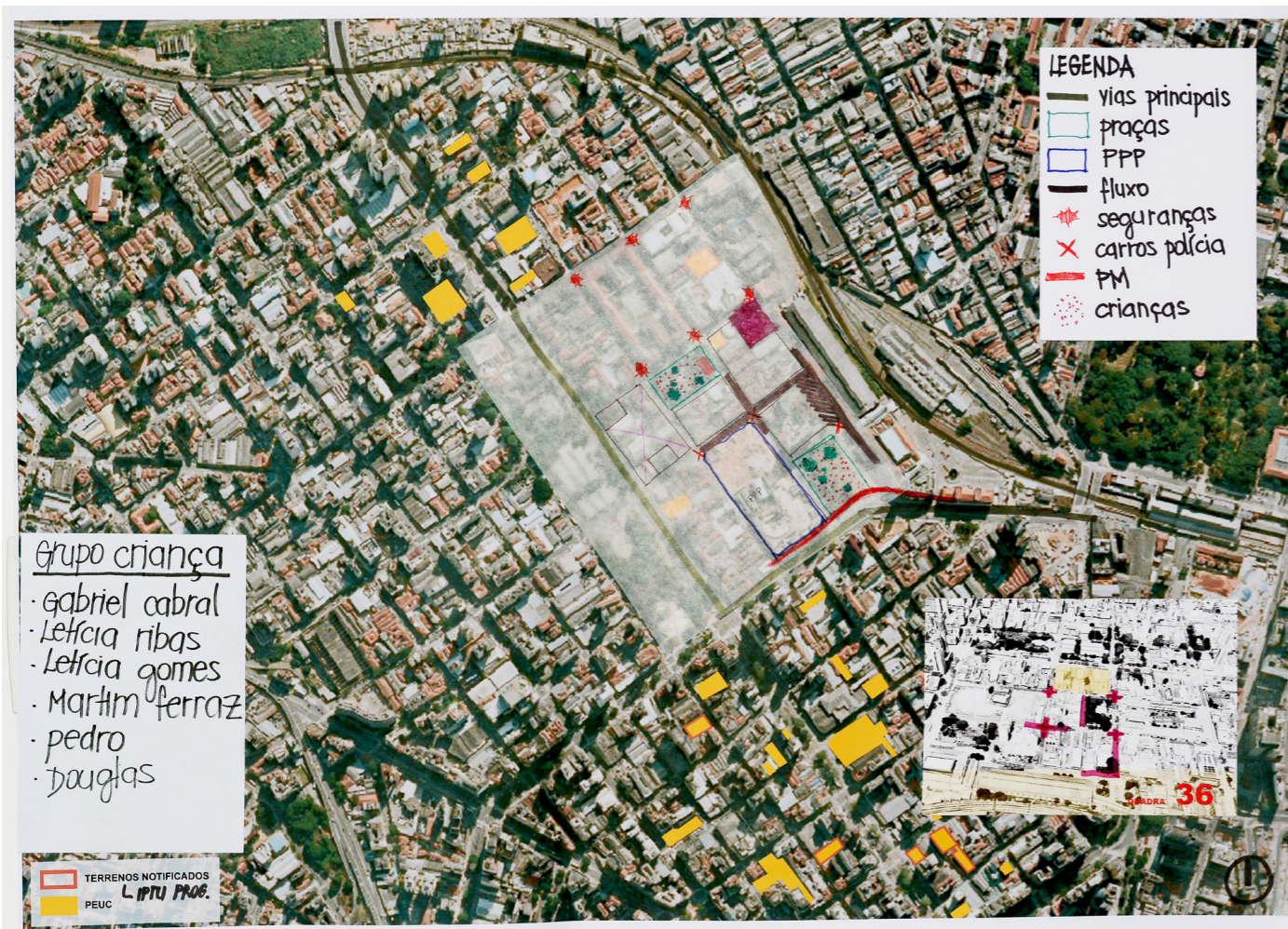


Fonte: Foto do Instituto Pólis, fevereiro de 2019.

tempo da história está justamente no fato de sua representação mental da existência, como resultado de uma consciência diante das transformações das coisas e, conseqüentemente como deformação que nos move, manifestação e expressão do tempo relativo em todos nós. Os moradores estão lá, por fato histórico, criando a própria história do local. Suas relações com o território transcendem a ideia de morar.

É proposto o estabelecimento de um sistema capaz de compreender a ideia de troca intrínseca constituída. Para tanto, propõe-se operação de pontos de troca onde o sistema de economia colaborativa se apresenta como linha condutora apresentando pontos de coleta de recicláveis atrelados à cooperativas de transformação dessas matérias; escolas-oficinas de capacitação de novas relações de

Figura 59. Prancha esquemáticas da equipe 2 - soleira para dentro



Fonte: Foto do Instituto Pólis, fevereiro de 2019.

transformação social e cozinhas coletivas atreladas à hortas comunitárias propostas.

Em primeira instância, pensa-se na criação de grupos cooperativados de interesses comuns para regimento e reconhecimento de pares constituintes.

### EQUIPE 2 – “SOLEIRA PARA DENTRO”

Foi discutido e identificado o sombreamento do conceito de soleira como linha de separação entre espaços privados e públicos, partindo da criança como agente capaz de costurar essas duas pontas de forma potente e efetiva por meio da ternura como elo de ligação.

Tal recorte possibilitou a entrada na discussão acerca da liberdade nos espaços públicos, afinal, como seria o viver livre em um espaço estigmatizado por sua complexidade e violência? Quais são os espaços de medo e de acolhimento? O que rompe as dinâmicas pré-estabelecidas?

A estratégia aproximativa partiu da ocupação em pontos estratégicos do território, de forma a criar laços de resistência em torno do convívio cotidiano. Seis pontos mapeados (as escolas, o Largo Coração de Jesus, a Praça Júlio Prestes,

a área ocupada pelo “fluxo”, os seguranças da empresa Porto Seguro que ocupam as esquinas das quadras e as áreas ocupadas pela polícia) receberiam, em um primeiro momento, atividades e eventos coletivos como mutirões de desenhos na rua e construção de hortas coletivas, para, em seguida, reverberarem nos espaços internos das residências das crianças que ali moram.

### EQUIPE 3 – “SOLEIRA PARA FORA”

A equipe partiu da discussão das diferentes dinâmicas e conflitos do espaço público e desenvolveu metodologia de leitura e análise por meio de uma “rede intersetorial de potencialidades”. Essas camadas associavam dois pontos de movimento: o fluxo - entendido como os usuários de crack que residem e circulam nas ruas - e o fixo - entendido como os moradores que residem e circulam entre as pensões e hotéis, com o território e as políticas públicas.

A partir do embate desses dois polos, viu-se que as soleiras se apresentam como fronteiras fluidas dos conhecidos lados público-privado, uma vez que a rua abriga usos íntimos de uma residência e as residências se estruturam a partir de áreas comuns de sociabilidade.

Desta maneira, sugere-se, a partir do entendendo destas dinâmicas do “viver junto”, o desenvolvimento, como ação emergencial, de estruturas permanentes e móveis que atendam a população em situação de rua e máxima vulnerabilidade, destrinchadas em 3 categorias:

1. Proteção a intempéries com abrigos em casos de necessidades físicas de proteção;
2. Acolhimento, com ações de redução de danos e reinserção na sociedade;
3. Necessidades básicas, como banheiros públicos.

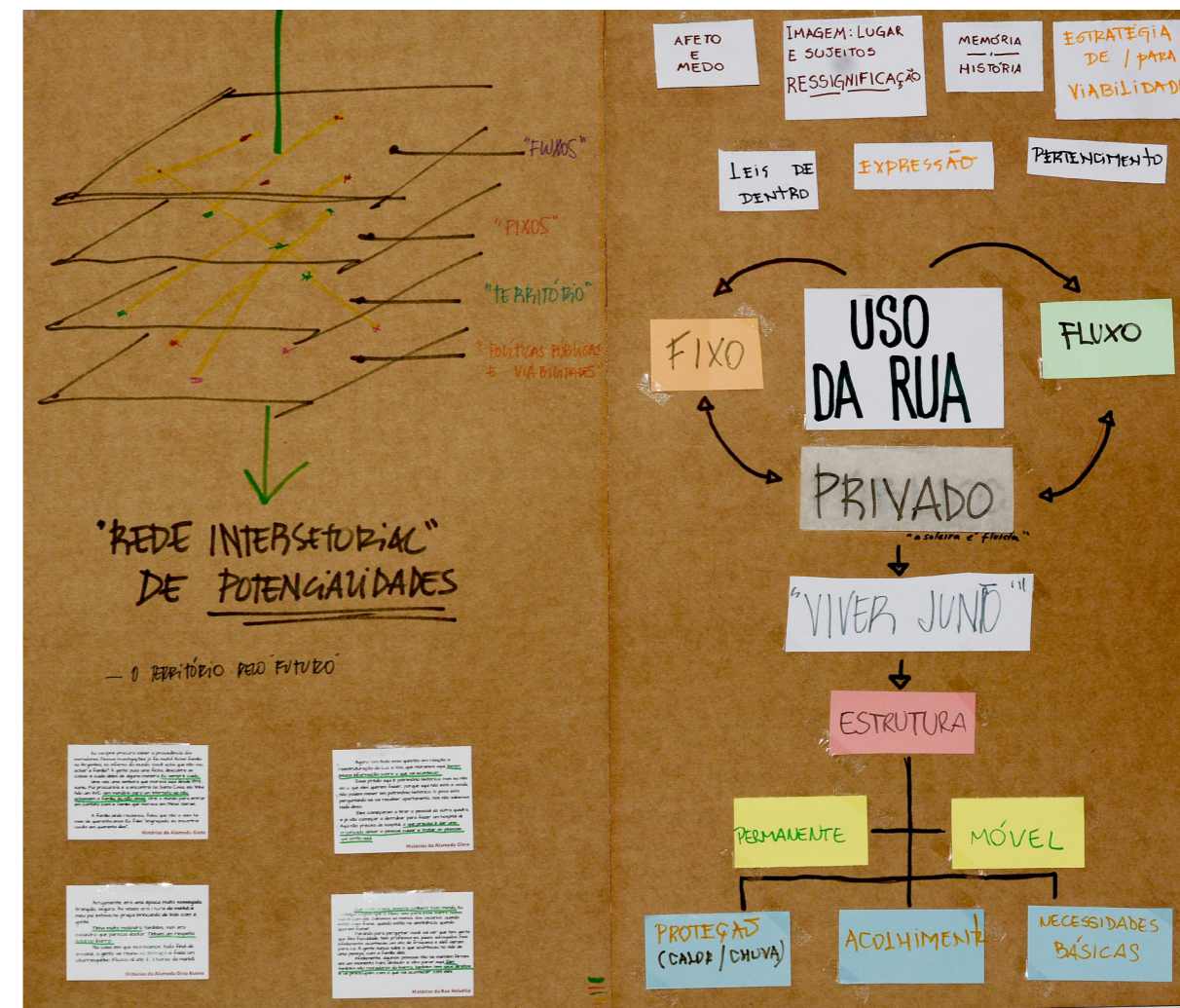
Em sua totalidade, os grupos priorizaram o desenvolvimento de hipóteses metodológicas de aproximação com o território, tanto em sua escala física quanto em suas relações interpessoais. Os resultados obtidos, portanto, acabaram por subverter a noção do planejamento tradicional, prevendo a possível interação da população em um processo efetivo de criação de projeto e de luta coletiva, além de contribuírem positivamente com o detalhamento das diretrizes já identificadas no projeto Campos Elíseos Vivo.

Atesta-se o entendimento do trabalho de projeto como ato de resistência, na medida que reconhece, no projeto de arquitetura, parte intrínseca e indissociável da cidade, um instrumento privilegiado de discussão, e se constitui como uma hipótese factível de dar forma ao mundo para todo mundo e um ato de reparação, na medida em que se apresenta como instrumento de construção de paisagem para a vida, a partir da proposição e percepção de espaços como lugares de afeto, através da construção de territórios de falas e de escutas, capazes de propiciar vocações de lutas coletivas comuns.

\*Autores:

Antonio Fabiano Jr.  
 Beatriz Mayumi Toma  
 Gustavo Henrique P. Castro  
 Heloisa Bergamin Retamero  
 Jennifer Barros Xavier  
 Laura Vasconcelos Antunes  
 Lizete Maria Rubano

Figura 60. Prancha esquemáticas da equipe 3 - soleira para fora



Fonte: Foto do Instituto Pólis, fevereiro de 2019.

# OFICINA 2

## ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Instituto Pólis

### PROPOSTA E OBJETIVOS DA OFICINA

As oficinas propostas para encerrar o Seminário de Planejamento Alternativo tinham o objetivo de trabalhar recortes temáticos do conteúdo do evento, de modo a dar vazão às discussões e reflexões feitas nos dois dias de seminário expositivo, quando foram apresentadas as quatro experiências locais de planos populares e projetos compartilhados em Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A escolha pelo formato de oficina deve-se às possibilidades de maior interação entre o público participante, assim como de organização dos resultados dessa mesma interação coletiva.

Optou-se por reservar menos vagas a oficina do que no seminário teórico, para que grupos menores (de até 10 integrantes) pudessem se reunir, discutir e, eventualmente, encaminhar o debate sobre o tema pautado na direção de aprofundar as avaliações e ser mais críticas e propositivas.

O tema da mobilização e participação, central para as experiências expressas durante o seminário, foi colocado como

um mote à discussão dos participantes, ou, uma chave analítica para tais discussões. Assim, a oficina poderia se focar mais objetivamente sobre apenas um aspecto das quatro experiências locais, para que o debate gerasse algum produto, ou, um resultado material das reflexões.

Não foi delimitado um formato específico para o produto da oficina, mas sua metodologia foi planejada para que todas as reflexões pudessem ser sistematizadas simultaneamente à discussão feita pelos participantes.

### PÚBLICO DA OFICINA

Ao todo, participaram XX pessoas. Todas elas eram ou estudantes ou graduados em arquitetura e urbanismo, sendo que algumas já demonstravam alguma experiência prática no desenvolvimento de projetos, como de assessoria técnica, em assentamentos precários como favelas. Embora o público inscrito no seminário fosse mais diverso, as pessoas interessadas nesta oficina foram apenas estudantes ou profissionais da área de arquitetura e urbanismo.

### METODOLOGIA

A oficina propôs discutir os processos de mobilização e participação social que as quatro experiências locais puderam revelar, de modo que cada participante pudesse se posicionar criticamente em relação ao tema a partir das seguintes perguntas orientadoras e provocações:

- O que deu certo em relação à mobilização e participação: considerando as experiências apresentadas e também a sua prática, quais os principais aprendizados positivos?
- O que deu errado em relação à mobilização e participação: considerando as experiências apresentadas e também a sua prática, quais os principais aprendizados negativos?
- O que poderia ser diferente?

Cada pergunta deveria ser respondida em momentos diferentes da dinâmica nesta mesma ordem em que foi apresentada. Foi solicitado que os participantes, em duplas, respondessem suas análises de forma sintética em cartelas para que as mesmas fossem

organizadas em um quadro conceitual, para estruturar uma reflexão coletiva e, ao mesmo tempo, sistematizar toda a discussão em algo visualmente organizado. Ao apresentar, cada dupla explicitava suas impressões, justificava a análise e, naturalmente, propiciava reações e novas discussões daqueles que ouviam.

Como orientação, foi requerido que as duplas tentassem sintetizar a resposta em no máximo 4 linhas, para que o preenchimento das cartelas não fosse muito sucinto a ponto de não ser claro o suficiente em relação a seu conteúdo, nem muito extenso com uma redação exagerada e pouco objetiva.

Tanto durante o preenchimento das cartelas quanto durante a apresentação da dupla, a equipe de moderação esteve presente para orientar os participantes, provocar novas questões e também organizar o quadro de forma clara, para que as ideias se estruturassem de forma articulada e conexa.

Também foram colocadas questões complementares, que, apresentadas como perguntas de fundo, não precisariam ser respondidas durante o exercício, embora



devessem ajudar a construir a reflexão crítica sobre as perguntas iniciais. Fazendo referência ao processo de mobilização com as comunidades e/ou grupos, foi colocado:

- Como chegar? que ferramentas, estratégias e que linguagens podem ser adotadas para se aproximar de um grupo, mobilizá-lo e articulá-lo em torno de alguma causa, projeto ou plano?
- Como ficar? que forma e metodologias podem garantir a permanência e a construção contínua e perene de um processo de construção coletiva, envolvendo o maior número de pessoas, garantindo representatividade e força política ao grupo mobilizado?
- Como sair? existe um momento certo para sair? Como proceder para deixar a comunidade agir com autonomia completa?

Embora tenham sido colocadas como perguntas de fundo, elas representam questões chave para as estratégias de mobilização e participação em processos compartilhados de planos e projetos populares.

## RESULTADOS

Os resultados serão apresentados conforme a estrutura da dinâmica da própria oficina, em que cada pergunta orientadora deu origem a uma discussão e a um painel com as cartelas organizadas.

### O QUE DEU CERTO?

Apesar da objetividade da pergunta, que visava provocar reflexões a partir das quatro experiências locais apresentadas durante o seminário e também das práticas pessoais, muitas das questões apresentadas pelos participantes já trouxeram uma carga propositiva pela forma como foram elaboradas e defendidas. Algumas cartelas foram apresentadas com perguntas que questionavam, de certa forma, o próprio mote da dinâmica com a indagação “O que é dar certo?”. O fato de a pergunta não ter sido respondida à risca não é um problema, pelo contrário, já que sua função era provocar e organizar as reflexões dos participantes, o que de fato aconteceu.

Figura 61. Painel dos Princípios, Processo e Estratégias da Oficina 2



Fonte: Foto do Instituto Pólis, fevereiro de 2019.

A partir das apresentações de cada dupla, foi possível organizar um painel, que, embora não represente necessariamente os pontos positivos (“que deram certo”) no processo de mobilização das experiências locais, elenca diretrizes, precauções, princípios e até estratégias para realizar um processo de articulação local, não impositivo, que identifique as demandas e construa as alternativas em um processo participativo e que seja apropriado pela população para que se torne um instrumento de luta.

## PREMISSAS E PRINCÍPIOS

Algumas cartelas trouxeram constatações que podem ser entendidas como premissas da mobilização local, e que combinam tanto análises das experiências apresentadas no seminário quanto experiências próprias da prática de cada participante. O entendimento de que o projeto - - ou plano - - popular é, antes de tudo, um instrumento de luta apareceu como um consenso. Projetos compartilhados e planos alternativos populares não são meras peças técnicas construídas a partir das necessidades locais, porque funcionam como uma ferramenta política de resistência, de embate, de contra-argumentação e expressão da população.

Este reconhecimento da dimensão política em qualquer ação é fundamental para o processo de mobilização, pois dá a linha da articulação e constrói uma luta coletiva por direitos em uma situação patente de conflitos sociais, onde o Estado é, via de regra, o agente promotor de violações e o não o efetivador de direitos.

Neste sentido, também foi colocada a importância de a mobilização ter como meta um processo representativo, ao mesmo tempo que multiescalar, uma vez que a luta política não se dá apenas no âmbito individual de uma família, e deve, na medida do possível, dialogar com projetos pontuais assim como planos mais amplos, que tocam a abrangência de políticas públicas.

Ainda foram colocadas duas premissas muito importantes e que também foram destacadas durante os dois dias de seminário:

- Experiências de projetos coletivos e de planos populares são construções únicas, como afirma a cartela “Cada caso é um caso”. Reconhecer a especificidade de cada situação é primordial para evitar ruídos e/ou equívocos durante o processo de mobilização, o qual deve partir deste pressuposto, não podendo, em hipótese alguma,

ignorar o fato de que o trabalho de articulação local deve dialogar diretamente com as especificidades de cada comunidade ou grupo, sejam elas econômicas, demográficas, territoriais, políticas, etc;

- A mobilização leva tempo. Qualquer processo de mobilização que se apresse e não reconheça as complexidades e o tempo de cada situação e contexto corre riscos de se fragilizar ou, pior, de produzir um efeito contrário de desarticulação política de moradores e moradoras. Reconhecer que trata-se de um trabalho, contínuo, de muita insistência e
- Diálogo e que não se resolve da noite para o dia, é fundamental para a mobilização local.

Foram discutidos outros princípios quanto ao papel do técnico que chega de fora e procura se articular a um grupo. De uma maneira geral, defende-se que ele seja, de fato, um agente importante, que traz um conhecimento científico ou especializado para a comunidade, mas que tal domínio deve estar sempre à serviço desta mesma comunidade, sem estabelecer uma relação vertical e hierárquica. O técnico

traria subsídios e outros elementos, como estratégia de mobilização sem perder o foco de que o protagonismo desse processo deve ser dos próprios moradores e moradoras. Ele potencializa um processo que deve ser construído internamente à comunidade, sem ser imposto de fora para dentro de maneira artificial e autoritária.

Não se trata de um trabalho simples e que, evidentemente, não compete a apenas um perfil profissional ou apenas a uma área do conhecimento. Há entendimento consensual de que o processo de mobilização prescinde de uma rede multidisciplinar e muito bem integrada com ações articuladas entre suas diversas frentes de atuação, o que pressupõe um trabalho coordenado entre a população e seus representantes, ONGs, coletivos, academia, etc.

O trabalho com populações vulneráveis e que estão, de alguma forma, sob ameaça, precisa de estratégias de aproximação muito cuidadosas e que saibam criar diversos canais de relacionamento com as diversas condições (pessoais ou coletivas) que caracterizam tal vulnerabilidade. Daí a importância de um projeto de mobilização que coordene profissionais, pesquisadores e ações multidisciplinares.

## PROCESSO

Foram feitas algumas colocações no sentido de que a mobilização e a participação constituem um processo contínuo, e não um conjunto de atividades pontuais. É um entendimento que reconhece a complexidade deste tipo de planejamento e, vai além, preconiza a construção coletiva ao longo do tempo mais do que os produtos e resultados da mobilização.

Assim como foi colocado que a mobilização é um processo interno, engendrado de dentro pra fora, foi apontado que o processo de mobilização é, também, um processo de troca. Ele não apenas permite que agentes externos (como da academia ou de organizações) tragam contribuições técnicas para as lutas locais, como também permite construir canais de escuta e de aprendizado mútuos. Foi problematizada como um exercício essencial “Saber ouvir” , muitas vezes negligenciado nos processos, mas que deve ser feito continuamente e que alicerça o processo de mobilização. Em outras palavra, mobilizar não implica apenas estratégias ativas de articulação e participação popular, porque também pressupõe espaços e momentos para a população local poder se colocar, se expressar e se fazer compreendida.

Não raramente, esse processo de mobilização não surgirá voluntariamente e demandará desses técnicos um papel importante como provocadores, o que requer bastante cuidado e planejamento. Há nesta função, um limiar muito delicado entre as ações que visam provocar e mobilizar, e, algo que possa ser interpretado como algo invasivo e até oportunista. Valorizar o processo e entender que não se trata de uma ação pontual com resultados imediatos é, novamente, um pressuposto importante, sobretudo se essa mobilização visa um processo de caráter emancipatório.

Um processo que estimule a autoorganização e a autodeterminação dos sujeitos, que mobilize na luta por direitos é o que, via de regra, foi apontado como um processo ideal para a mobilização de grupos e comunidades. Instigar a noção de que as populações vulneráveis têm direitos e de que a situação de conflito e de ameaça em que se encontram não os anulam, é uma forma de se organizar o processo de mobilização; em torno de um processo de resistência. Para isso, esse grupo ou essa população local, precisa se enxergar como parte de conflitos e de lutas maiores, que têm uma escala de abrangência mais ampla, o que demanda uma prática conjunta, perene e aberta para que haja trocas em ambos os sentidos.

## ESTRATÉGIAS

A consciência de direitos é o norte da mobilização que foram apontadas durante a oficina. Ainda que não seja uma tarefa simples, os participantes da oficina apontaram algumas estratégias:

- Uso de linguagem clara, acessível e condizente com o contexto e com os problemas locais. A comunicação é um ponto nevrálgico de qualquer processo de mobilização e não pode ser negligenciada. A escolha de uma linguagem adequada vai muito além da escolha de termos simples ou palavras mais populares, porque a linguagem no processo de mobilização pressupõe método, que, por sua vez, demanda outras formas de comunicação e de interação entre os técnicos e a população local. A definição de problemas e objetivos comuns depende de um entendimento mútuo, que pode ser construído com um vocabulário mais acessível, mas também com dinâmicas de participação mais interativas, lúdicas. O uso de canais digitais não está excluído, mas vale demarcar a importância da presença física na construção de um processo permanente de mobilização.

- Pensando em formas de reverberar e fortalecer o processo local, é importante construir uma estratégia conjunta para disputar as narrativas hegemônicas sobre o território em disputa. Esse tipo de disputa, geralmente, tem efeitos mais positivos no campo institucional e da opinião pública, o que pode ser um elemento de estimular a mobilização e o projeto coletivo em si.
- A escuta, já mencionada anteriormente, é uma estratégia poderosa e que faz parte de todo o processo de mobilização, embora seja apontada como sendo fundamental no início, quando da aproximação dos agentes externos na comunidade. Ela é entendida como o momento de construção afetiva, de trocas e de fortalecimento da luta local.

## O QUE DEU ERRADO?

Também neste momento da dinâmica, a pergunta orientadora não foi respondida à risca, porque os participantes da oficina afirmaram não ter como apontar erros, ou aspectos que não tiveram sucesso das experiências locais, simplesmente porque não



experiências locais. Transformar dados e termos técnicos em informações palpáveis é um desafio central para qualquer estratégia de mobilização. Propor metodologias e formas de comunicação mais livres e baseadas no intercâmbio e no aprendizado mútuo, favorece a comunicação durante a mobilização, sem torná-la um processo depositário e de mão única.

- A linguagem utilizada também é um ponto central na forma como se estabelecem relações menos hierarquizadas, em que o saber técnico, pretensamente iluminado, não se impõe aos saberes locais. O desafio é construir uma relação não que não seja vertical e de dominação através do conhecimento científico mas que estimule, desde o início da mobilização, o protagonismo dos moradores locais-independente dos aportes que o saber técnico possa trazer para contribuir.
- A confiança também foi colocada como um grande desafio geral. A

construção dela no âmbito de um processo coletivo, em um grupo ou comunidade, pode ser feita a partir de provocações e contribuições de agentes externos, mas requer muito cuidado e um trabalho permanente. A transparência e a gestão das expectativas durante a mobilização, já colocadas anteriormente, podem ser importantes nesse processo, que deve ser contínuo. Construída uma relação de confiança entre técnicos e população, o trabalho para sua manutenção e consolidação deve ser permanente, dado que, em situações de vulnerabilidade e, sobretudo, de ameaças, qualquer descuido pode fragilizar o relacionamento, cuja reconstrução pode ser ainda mais difícil.

#### PROBLEMAS CONJUNTURAIS

- Um aspecto negativo que apareceu nos diagnósticos, entendidos como problemas gerais para a mobilização, é o permanente estado de violência a que muitas comunidades vulneráveis

estão submetidas, que se atribui ao próprio Estado, seja através da ação das forças de segurança, seja através da falta de serviços básicos, que nega direitos e também configura uma forma de violência cotidiana para populações já vulneráveis. Independentemente das ameaças de remoção, que muitas vezes são o gatilho para a mobilização e construção de um projeto coletivo, existe um estado contínuo de violências e violações que fragilizam ainda mais a situação de vulnerabilidade, impondo mais obstáculos ao processo de mobilização.

- A intangibilidade dos direitos no cotidiano das populações locais sob algum tipo de ameaça também foi colocado como um problema conjuntural. A noção de que políticas públicas e a efetivação de direitos não alcançam aqueles grupos cria uma certa suspeição sobre qualquer iniciativa que vise construir um projeto coletivo no sentido contrário, da afirmação de direitos.

- Outro problema colocado foi a assimetria entre a força de ação do mercado em relação à iniciativa popular, seja ela qual for. Há uma percepção que a correlação de forças é, via de regra, desfavorável para a elaboração de projetos e planos alternativos, o que cria uma “sensação de impotência” na luta coletiva por direitos.

#### PROBLEMAS LOCAIS

- Alguns problemas locais foram colocados por participantes que expuseram questões oriundas de sua prática militante e profissional, a partir de provocações feitas pela moderação da oficina, o que foi interessante como complementação às leituras que vinham sendo feitas a partir das experiências locais do seminário.
- Ausência do senso de pertencimento e de coletividade são observações feitas sobre algumas experiências, incluindo a do Fórum Aberto

Mundaréu da Luz. A falta de uma identidade comunitária entre os moradores, ou qualquer sentido que dê alguma coesão, ou, unidade ao conjunto deles, caracteriza um tecido social mais fragmentado e fragilizado (apesar da proximidade física de vizinhança) que dificulta a mobilização. Essa leitura coincide com o quadro de certa fragilidade dos vínculos entre as pessoas e o território, o que afeta o senso de pertencimento e, conseqüentemente, parte da motivação necessária à mobilização local.

- Um ponto pertinente apresentado diz respeito ao alcance de ações muito pontuais ou individuais. Este tipo de prática pode prejudicar a mobilização e o sentido coletivo da ação política ensejada por planos e projetos populares, sobretudo se tais planos e projetos assumem um caráter político de luta e resistência
- Alguns participantes da oficina apontaram que a centralidade do diálogo e da representação em

determinadas lideranças pode ser um fator complicador para gerar a mobilização pretendida. Trata-se de um problema local difícil de se contornar, mas que não pode ser ignorado. Esse tipo de concentração, às vezes involuntária por parte da própria liderança, impede que o movimento desejado tome uma abrangência maior e envolve mais pessoas da comunidade. Lideranças voluntariamente centralizadoras prejudicam a representatividade do processo e são um impedimento para o processo de mobilização do coletivo, concentram poder e enfraquecem a potência da construção compartilhada que se deseja.

## RISCOS

- Mais do que a ausência de direitos, a ausência de uma consciência por parte dos moradores sobre sua condição enquanto sujeitos de direitos configuram um risco grande ao processo de mobilização, porque aumenta sua exposição a todo tipo

de violência, assédio e cooptação por parte de outros agentes externos, cujo interesse é desarticular a comunidade, e não mobilizá-la em torno de alguma luta.

- Foram colocados também os riscos de desgaste emocional e físico que atingem não apenas os moradores expostos às violações e ameaças, mas também daqueles agentes externos à comunidade que se propõem a trabalhar de forma conjunta com ela. As constantes violações que fragilizam ainda mais famílias já em uma situação de vulnerabilidade, a pouca capacidade de resposta a ações impositivas e violentas, o desgaste de se construir uma luta conjunta que constantemente é afetada por ações do Estado ou de algum outro conjunto de interesses mais poderoso são fatores que progressivamente afetam as pessoas e desgastam a mente, o emocional e o corpo. Este tipo de risco aponta para a necessidade de todo processo de mobilização se precaver com estratégias de autocuidado.

## SÍNTESE DAS ESTRATÉGIAS

- Saber se identificar é crucial para as estratégias de aproximação em qualquer comunidade. Deixar claro que não se trata de uma gente do Estado, o que muitas vezes é entendido como uma presença hostil, é fundamental para iniciar a mobilização, mas não basta. É importante afirmar de onde os técnicos vêm, porque razão estão naquele território, qual a finalidade da ação deles naquele local, o que se espera daquele tipo de trabalho, quais as contribuições, possibilidades e limites daquela ação etc, são aspectos que caracterizam essa identificação mais responsável e ajudam no processo de mobilização.
- Essa aproximação inicial pode ser uma das etapas mais truncadas e demoradas. Compreender que trata-se de um processo que leva tempo e tem um ritmo próprio é muito importante para o bom andamento da mobilização no momento de chegada em uma comunidade.

- Mapear os atores locais e entender as particularidades do lugar em que se chega são medidas estratégicas para qualquer aproximação. Entender “quem é quem” é fundamental: quem são as lideranças, quem são os diferentes grupos que compõem aquela comunidade, as correlações de força, os conflitos internos e os laços, etc.
- A articulação em rede, apontada no “O que deu certo?” é uma estratégia fundamental para estrutura a ação em qualquer comunidade. A interdisciplinaridade e a ação integrada e coordenada das várias organizações e profissionais são componentes centrais na ação em rede para fortalecer a mobilização e o desenvolvimento de uma proposta conjunta, legítima e com força técnica e política para disputar as narrativas e as políticas públicas.
- É importante pensar em diferentes metodologias de participação e adequá-las aos perfis da população local, de modo a garantir o

envolvimento de todos ou, pelo menos, de parcelas representativas do grupo que se deseja mobilizar. Essa é uma forma de evitar a concentração de lideranças em poucas figuras e, conseqüentemente, construir um processo coletivo mais representativo e potente.

- Neste sentido, as metodologias de participação também devem preconizar o envolvimento mais ativo dos moradores de modo que os saberes locais sejam valorizados e incorporados ao projeto coletivo que se deseja construir. Assim, “ouvir e respeitar” são máximas que devem estar presentes no processo de escuta.
- Um dos pontos mais importantes colocados como uma premissa estratégica diz respeito à atuação em situações frágeis e conflituosas em geral. É importante que a ação técnica e política, que visa construir projetos alternativos e contra-hegemônicos, parta do pressuposto de que os conflitos e disputas em um determinado território não devam ser ignorados ou

anulados. Pelo contrário, a força da mobilização e do projeto coletivo está também em saber lidar com as situações de conflito, tirando potencialidades delas e buscando reequilibrar a correlação de forças local para construção de processos insurgentes, questionadores e mais democráticos. Neste sentido, o acolhimento da dúvida e da divergência como forma de construir são estratégias muito importantes.

- O autocuidado, já mencionado anteriormente, deve constituir uma estratégia em si como uma forma de proteção dos que se propõe atuar nos territórios em disputa, tanto do ponto de vista físico quanto emocional e mental. Isso vale para os técnicos, mas também para os moradores e para a relação que se cria entre os atores envolvidos no processo.

Uma das intervenções questionou quais seriam as entradas no Estado para poder fazer o processo local (alternativo, comunitário, contra-hegemônico) dialogar e incidir sobre os espaços decisórios, sobre o desenho de políticas e

programas públicos e, portanto, na efetivação de direitos. Considerando que o estado não é homogêneo, é fundamental entender que resistir a ações arbitrárias capitaneadas por ele não significa que todos os espaços e aparelhos do corpo estatal é refratário a ideias e iniciativas populares que questionam suas políticas.

Essa questão não foi enunciada como uma estratégia em si, mas foi apresentada como um aspecto central, não apenas para o processo de mobilização, mas também para toda a construção coletiva do projeto ou plano locais - o que dialoga muito com a discussão proposta pela Oficina de (nome da oficina 3). Como fazer essas ações, que tem um caráter insurgente, aderir, de alguma forma, às institucionalidades do Estado para ganharem alguma concretude (se é que este é o único meio)? Considerar que o Estado não é monolítico, que tem níveis diversos, nuances, porosidades e que ele também tem conflitos internos e está em constante disputa. Esta é uma visão fundamental para fazer com que o projeto alternativo também possa apresentar sua visão técnica, sua defesa política e possa ser implementado.

# OFICINA 3

## INTERFACES DO PLANEJAMENTO ALTERNATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS E URBANAS: AVANÇOS, LIMITES E DESAFIOS

*Instituto Pólis*

### PROPOSTA DA OFICINA

A apresentações e debates suscitados a partir dos dois dias de seminário trouxe aportes importantes sobre quatro experiências de práticas alternativas elaboradas a partir do diálogo com os territórios como forma de contestação e/ou resistência às políticas e ações propostas e implementadas pelo Estado. As diferentes experiências debatidas durante o seminário trouxeram relações e ações que ajudam a compreender o Estado como um campo de disputa de narrativa e de construção de políticas públicas.

O tema da oficina 3 buscou provocar os interlocutores a aprofundar as reflexões sobre os limites e desafios de propostas formuladas a partir da resistência do território e que se contrapõem as elaboradas nos espaços institucionais das políticas públicas de Estado. A pergunta inicial da Oficina para nossos interlocutores buscou suscitar a reflexão sobre diferentes formas de realizar processos de planejamento alternativo surgidos do seio da

sociedade civil: “Quais estratégias a sociedade civil pode utilizar para transformar desejos e demandas da população em políticas públicas?”

O objetivo geral da oficina era refletir com os participantes possíveis formas de interação entre processos de planejamento alternativo e o Estado, detentor do poder decisório sobre os recursos e políticas públicas a serem implementadas, a partir de todo o debate ocorrido nos dois dias de seminário.

### PÚBLICO DA OFICINA

O público se dividiu entre acadêmicos, estudantes, professores, e gestores públicos de diferentes partes do Brasil. Na maior parte dos casos, as pessoas demonstravam alguma experiência prática no desenvolvimento de projetos, como de assessoria técnica em assentamentos precários como favelas e, no caso dos gestores, dentro da administração pública. Entretanto, ninguém que estava na oficina já havia participado da elaboração

de algum projeto de planejamento alternativo surgido eminentemente como forma de resistência às políticas do Estado.

### METODOLOGIA

A dinâmica proposta para a oficina dividiu os participantes em duplas para estruturarem cartelas com estratégias possíveis para avançar na provocação proposta sobre como a sociedade civil pode orientar a estruturação de políticas públicas com base em seus desejos e demandas.

Após o tempo determinado de debate entre as duplas, cada equipe apresentou suas cartelas e apontou estratégias possíveis para transformar desejos da população em políticas públicas, conforme a provocação inicial.

Os moderadores foram conformando um quadro propositivo, estruturado ao longo das falas. A partir do quadro inicial buscou-se construir coletivamente uma reflexão sobre

o que são estes processos de planejamento alternativo e como eles podem dialogar com a formulação e implementação de políticas públicas, de maneira a complementar o quadro propositivo e formular uma reflexão final coletiva. Neste processo, o papel da equipe de moderação e de provocação foram fundamentais para contribuir com o debate tanto no sentido de instigar e fomentar reflexões, como o de sistematizar o que estava sendo discutido de forma lógica e sucinta.

### RESULTADOS

Esta reflexão coletiva conformou um grande painel de estratégias e ações possíveis, que foram agrupadas ao redor de alguns temas. A construção da narrativa pelos participantes, de forma geral, trouxe elementos não só referentes à interlocução com o Estado, mas também de compreensão da problemática, de estratégias de articulação e formulação de plano/ação local, de construção de narrativas, dentre outras.



Constatou-se que os participantes sentiram a necessidade de dar um passo atrás. Como nenhum dos presentes já havia participado de processos de planejamento alternativos surgidos de territórios em disputa com o Estado, para pensarem que estratégias de implementação destes planos, precisaram antes formular as etapas dos próprios processos de planejamento. Este fato refletiu-se no quadro desenvolvido coletivamente que compreendeu reflexões desde a leitura da problemática envolvida no território, questões sobre a mobilização da população, até as estratégias de ação e interação com o Estado propriamente ditas.

No primeiro campo, da organização e compreensão da problemática destacaram-se abordagens referentes à identificação de problemas e potencialidades, da importância do mapeamento dos atores e de identificação e formação de lideranças locais, contribuindo para uma ampliação e diversificação da mobilização social no território. Destacou-se a importância de trabalhar o campo dos desejos entre os moradores e usuários do território, aprofundando a compreensão de permanência e pertencimento. Ainda dentro do campo de organização e formulação de

propostas, o papel do conhecimento técnico como instrumental importante para esta construção.

Um segundo campo de ideias se estruturou a partir da identificação de interlocutores estratégicos, como forma de viabilizar articulações em diversas frentes possíveis de atuação, abrangendo três esferas de governo, bem como a sociedade civil de forma geral. Dentre os interlocutores apontados destacam-se: Legislativo, através de vereadores e deputados; judiciário no papel das Defensorias Públicas e Ministério Público, bem como executivo, através de técnicos e gestores estratégicos dos Governos Estaduais e Prefeituras. Os Conselhos setoriais também foram apontados como possíveis frentes de atuação e incidência, bem como a sociedade civil de forma geral.

A disputa de narrativa através de estratégias de comunicação foram pontos frequentemente apontados para viabilizar a construção de empatia e sensibilização sobre a temática, de forma a trazer a sociedade civil como parceiro nas disputas. O desafio se concentra em como trazer a sociedade para olhar e se alinhar na resistência contra hegemônica, na ampliação

Figura 63. Painel dos Princípios, Processo e Estratégias da Oficina 2



Fonte: Foto do Instituto Pólis, fevereiro de 2019.

de direitos, maior consciência política e especialmente no enfrentamento às violações de direito, atualmente banalizadas no discurso e práticas de intervenção do Estado nos territórios objeto de intervenções resistências e conflitos. Os principais interlocutores identificados foram a mídia tradicional – que ainda deve ser objeto de disputa das narrativas - as mídias alternativas, redes sociais, influenciadores estratégicos, dentre outros. Outra vez, o conhecimento técnico foi apontado como instrumental importante também nesta frente de atuação para construção de narrativas contra hegemônicas que tenham bases sólidas em dados de pesquisa e propostas técnicas viáveis.

Num campo mais diretamente relacionado às estratégias de atuação junto ao Estado surgiram duas frentes com táticas e objetivos diferentes. Uma delas seria a identificação de “brechas” legais, processuais ou institucionais com objetivo tanto de implementação das propostas alternativas, mas também como forma de resistência e enfrentamento à atuação do executivo contra a população local. Os principais articuladores nesta frente seriam a

Defensoria Pública e Ministério Público. Este campo de judicialização de políticas públicas a partir de violações básicas de direito ou “brechas” tem sido amplamente utilizada e foram relatadas nos casos apresentados ao longo do seminário.

A outra frente junto ao Estado busca efetivamente incidir na formulação ou alteração de políticas públicas relacionadas ao direito à cidade. Neste debate foi ressaltada a importância de compreender que as práticas conhecidas de Planejamento Alternativo ou Insurgentes nasceram exatamente como resistência à insuficiência ou incapacidade das políticas públicas vigentes efetivamente incorporarem a demanda existente no território e toda a diversidade e complexidade que esta envolve. Dentre as estratégias e propostas foram apontados: critérios de enquadramento em programas – ampliar este arcabouço compreendendo não somente moradia na região e renda, mas conexões de trabalho, no uso de equipamentos públicos, etc; alteração de critérios de enquadramento em financiamentos, considerando a demanda e

renda local, bem como programas alternativos de acesso à moradia que não envolvem a compra de imóvel também foram apontados como estratégias possíveis.

## REFLEXÕES FINAIS DA OFICINA

A reflexão coletiva a cerca de estratégias possíveis entre a elaboração de processos de planejamento alternativo e o Estado demonstrou que ainda existe uma barreira concreta entre o processo decisório na formulação das políticas públicas pelo Estado e as reais necessidades e demandas da sociedade, principalmente em territórios populares.

As esferas participativas instituídas, como Conselhos Participativos e Conselhos Gestores de ZEIS ainda tem estruturas que não permitem que as demandas da sociedade tenham supremacia nas decisões sobre as políticas públicas e, portanto, apesar de serem espaços privilegiados de diálogo da sociedade com o poder público não têm

a potência necessária para modificar a estrutura hegemônica de formulação de políticas públicas.

Neste contexto, as práticas e processos de planejamento alternativo, ou contra hegemônico, são fundamentais na disputa pelos territórios com o Estado. Mas constatou-se que não existe uma fórmula ou estratégia única que possa servir de modelo, cada território, a partir de suas especificidades, deverá encontrar suas formas de resistência e de interação com o Estado.

# PLANEJAMENTO ALTERNATIVO

propostas e reflexões coletivas

Parceria de fomento



Realização



Instituto **Pólis**